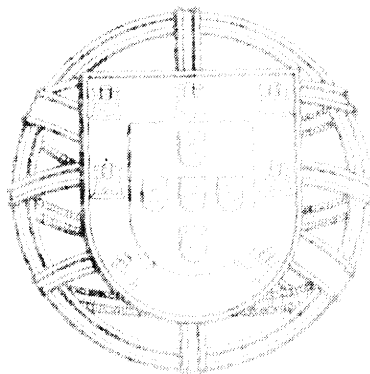




II
S É R I E

DIÁRIO DA REPÚBLICA

APÊNDICE N.º 139/97

SUMÁRIO

1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada	3	2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães	14
2.º Juízo Criminal da Comarca de Almada	4	3.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães	15
3.º Juízo Criminal da Comarca de Almada	4	1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria	15
1.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro	4	2.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria	17
2.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro	4	3.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria	17
1.º Juízo Criminal da Comarca de Barcelos	5	1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa	17
2.º Juízo Criminal da Comarca de Barcelos	5	2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa	20
1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga	5	3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa	28
2.º Juízo Criminal da Comarca de Braga	6	4.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa	29
3.º Juízo Criminal da Comarca de Braga	6	5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa	29
4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga	7	6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa	31
2.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais	9	1.º Juízo Criminal da Comarca de Loures	32
3.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais	9	2.º Juízo Criminal da Comarca de Loures	32
4.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais	10	1.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos	32
1.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra	10	2.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos	33
2.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra	10	3.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos	33
3.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra	11	4.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos	33
1.º Juízo Criminal da Comarca de Faro	11	1.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras	34
2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro	11	2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras	34
1.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal	12	1.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis	36
2.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal	13	1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto	36
2.º Juízo Criminal da Comarca de Gondomar	13	2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto	40
1.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães	13		

3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto	45	Tribunal da Comarca de Guimarães	65
2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira	52	Tribunal da Comarca de Lagos	65
2.º Juízo Criminal da Comarca de Santarém	53	Tribunal da Comarca de Macedo de Cavaleiros	66
1.º Juízo Criminal da Comarca de Santo Tirso	54	Tribunal da Comarca da Marinha Grande	66
1.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal	54	Tribunal da Comarca de Montemor-o-Novo	66
2.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal	55	Tribunal da Comarca de Oeiras	67
3.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal	56	Tribunal da Comarca de Oliveira do Bairro	67
1.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra	56	Tribunal da Comarca de Oliveira de Frades	68
2.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra	56	Tribunal da Comarca de Ovar	68
2.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Franca de Xira	57	Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira	68
3.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Nova de Gaia	57	Tribunal da Comarca de Penafiel	68
2.º Juízo Criminal da Comarca de Viseu	57	Tribunal da Comarca de Peniche	68
Tribunal de Círculo de Anadia	58	Tribunal da Comarca de Pombal	69
Tribunal de Círculo de Braga	58	Tribunal da Comarca de Ponte da Barca	69
Tribunal de Círculo de Coimbra	58	Tribunal da Comarca de Portimão	69
Tribunal de Círculo do Funchal	59	Tribunal da Comarca de Porto de Mós	69
Tribunal de Círculo de Mirandela	59	Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim	70
Tribunal de Círculo de Portimão	59	Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão	70
Tribunal de Círculo de Santa Maria da Feira	59	Tribunal da Comarca de Seia	70
Tribunal de Círculo de Setúbal	59	Tribunal da Comarca de Silves	71
Tribunal de Círculo de Sintra	60	Tribunal da Comarca de Tavira	71
Tribunal de Círculo e de Comarca de Beja	60	Tribunal da Comarca de Tondela	71
Tribunal de Círculo e de Comarca da Figueira da Foz	61	Tribunal da Comarca de Torres Vedras	72
Tribunal de Círculo e de Comarca de Vila Real	61	Tribunal da Comarca de Trancoso	72
Tribunal da Comarca de Águeda	61	Tribunal da Comarca de Valença	72
Tribunal da Comarca de Albergaria-a-Velha	61	Tribunal da Comarca de Vieira do Minho	72
Tribunal da Comarca de Albufeira	61	Tribunal da Comarca de Vila do Conde	72
Tribunal da Comarca de Alcanena	62	Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão	72
Tribunal da Comarca de Amarante	62	Tribunal da Comarca de Vila Pouca de Aguiar	73
Tribunal da Comarca de Anadia	62	Tribunal da Comarca de Vila Real	73
Tribunal da Comarca de Baião	62	Tribunal da Comarca de Vila Real de Santo António	73
Tribunal da Comarca do Barreiro	63	Tribunal da Comarca de Vila Verde	74
Tribunal da Comarca de Bragança	63	Tribunal de Execução das Penas de Lisboa	74
Tribunal da Comarca de Cabeceiras de Basto	63	1.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	74
Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha	63	2.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	74
Tribunal da Comarca do Cartaxo	63	3.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	75
Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva	64	5.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	75
Tribunal da Comarca de Elvas	64	6.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	75
Tribunal da Comarca de Espinho	64	7.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	76
Tribunal da Comarca de Fafe	64	8.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	76
Tribunal da Comarca de Felgueiras	64	10.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa	77
Tribunal da Comarca da Guarda	65	1.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo do Porto	77
		3.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo do Porto	78
		4.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo do Porto	78

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE ALMADA

Aviso de contumácia n.º 21 381/97 — AP. — O Dr. Eduardo Pires, juiz de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 486/94.0PCALM, do 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Mário Fernando da Silva Mota, filho de Fernando Mota e de Susana Charrua e Silva Mota, natural do Beato, Lisboa, onde nasceu a 22 de Julho de 1948, e portador do bilhete de identidade n.º 1085243, e com última residência conhecida na Avenida de Mouzinho de Albuquerque, 51, 5.º, direito, Lisboa, por ter cometido o crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e com referência aos artigos 313.º e 314.º do Código Penal de 1982 foi, o arguido por despacho de 16 de Outubro de 1997, declarado contumaz implicando esta declaração a suspensão dos ulteriores termos do processo e para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos celebrados após a declaração, bem como a impossibilidade de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, obter certidões de nascimento e de casamento e o arresto de todas as quantias que o arguido possua em contas bancárias de que é titular no nosso país.

21 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Eduardo Pires*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 382/97 — AP. — O Dr. Eduardo Pires, juiz de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 181/94.0PDCSC-A, do 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra a arguida Filomena do Coração de Jesus Pereira Ferrinho Mourão, filha de João Ferrinho e de Georgina Maria de Sousa Pereira e Ferrinho, natural de Moçambique, onde nasceu a 14 de Julho de 1958, com residência conhecida na Rua de Vicente Arnoso, lote 52, cave direita, Parede, Cascais, por ter cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi a arguida por despacho de 16 de Outubro de 1997, declarada contumaz implicando esta declaração a suspensão dos ulteriores termos do processo e para a arguida a anulabilidade de todos os negócios jurídicos celebrados após a declaração, bem como a impossibilidade de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte e de obter certidões de nascimento e de casamento.

21 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Eduardo Pires*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 383/97 — AP. — A Dr.ª Ana Marisa Nunes, juíza de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 413/96.0TAALM-C, do 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Luís Filipe dos Santos Pedroso, nascido a 22 de Outubro de 1959, em São Sebastião da Pedreira, filho de Jaime José de Oliveira Pedroso e de Maria Adelaide Santos, com residência conhecida na Rua da Quinta do Paço, 6, rés-do-chão, direito, Cruz de Pau, Almada, por ter cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o arguido por despacho de 17 de Outubro de 1997, declarado contumaz implicando esta declaração a suspensão dos ulteriores termos do processo e para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos celebrados após a declaração, bem como a impossibilidade de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte e de obter certidões de nascimento e de casamento.

21 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Marisa Nunes*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 384/97 — AP. — A Dr.ª Ana Marisa Nunes, juíza de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 243/94.4TBALM, do 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido António Jorge Pereira da Silva, com residência conhecida na Rua da Boa Fé, 19, Rio Tinto, Gondomar, Porto, por ter cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, por despacho de 16 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia, por prescrição.

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Marisa Nunes*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 385/97 — AP. — O Dr. Eduardo Pires, juiz de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, registados sob o n.º 1098/94.4TAALM-C, que o Ministério Público move contra a arguida Rosa Maria Costa Pires de Oliveira, filha de Manuel Pires de Oliveira e de Deolinda de Barros Costa, natural da Ribeira, Ponte de Lima, Viana do Castelo, nascida a 31 de Agosto de 1964, e com última residência conhecida na Rua de Andrade, 40, cave esquerda, Lisboa, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 218.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal, foi por despacho de 28 de Outubro de 1997, a arguida declarada contumaz implicando esta declaração a suspensão dos ulteriores termos do processo e para a arguida a anulabilidade de todos os negócios jurídicos celebrados após a declaração, bem como a impossibilidade de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte e de obter certidões de nascimento e de casamento.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Eduardo Pires*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 386/97 — AP. — O Dr. Eduardo Pires, juiz de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 548/96.0PAALM, do 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Farid Piaraly Rajabali, filho de Rajabali Hasano e de Massimbano Salemane Ali Vassajali, natural de Moçambique, onde nasceu a 22 de Fevereiro de 1969, e portador do bilhete de identidade n.º 9799270, e com última residência conhecida no Bairro do Fundo de Fomento de Habitação, bloco A6, lote 2, 4.º, C, Vale Figueira, Almada, por ter cometido o crime previsto e punido pelo artigo 143º do Código Penal, foi o arguido por despacho de 27 de Outubro de 1997, declarado contumaz implicando esta declaração a suspensão dos ulteriores termos do processo e para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos celebrados após a declaração, bem como a impossibilidade de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte e de obter certidões de nascimento e de casamento.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Eduardo Pires*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 387/97 — AP. — O Dr. Eduardo Rodrigues Pires, juiz de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 304/91, do 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido José Agostinho de Almeida Franco, filho de Maria Antónia de Almeida Franco, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, onde nasceu a 8 de Julho de 1959, portador do bilhete de identidade n.º 52235517, e com última residência conhecida na Rua de Ladislau Piçarra, 1, Lisboa, por ter cometido o crime previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, por despacho de 24 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia do arguido, por prescrição.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Eduardo Rodrigues Pires*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 388/97 — AP. — O Dr. Eduardo Pires, juiz de direito no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 3447/95.9PAALM-A, do 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Francisco da Silva Grilo, filho de José Rosado Grilo e de Maria Adelaide Silva, natural de Almada, Almada, onde nasceu a 1 de Abril de 1968, e com última residência conhecida na Quinta de Santo António, bloco 10, rés-do-chão, esquerdo, Laranjeiro, Almada, por ter cometido o crime previsto e punido pelos artigos 26.º e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, foi o arguido por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarado contumaz implicando esta declaração a suspensão dos ulteriores termos do processo e para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos celebrados após a declaração, bem como a impossibilidade de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte e de obter certidões de nascimento e de casamento.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Eduardo Pires*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*.)

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE ALMADA

Aviso de contumácia n.º 21 389/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 17 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 999/91, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, cessou a situação de contumácia em que foi colocada a arguida Maria Ângela Cardoso Ferreira, filha de José Martins Ferreira e de Maria de Jesus Cardoso, natural da Sertã, Castelo Branco, nascida a 1 de Novembro de 1959, com residência na Rua de Adães Bermudes, lote 252, 8.º, F, Chelas, Lisboa.

21 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Teresa Costa Abrantes*. — A Escriutária Judicial, *Fátima Grácio*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE ALMADA

Aviso de contumácia n.º 21 390/97 — AP. — O Dr. Pedro Miguel da Cunha Lopes, juiz de direito, do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 125/94.OTBALM, pendentes neste 3.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Jorge Manuel Robalo Pais, nascido a 18 de Julho de 1954, filho de Manuel Ferreira Pais e de Maria Emília Bispo Robalo, com última residência conhecida na Rua de Garcia de Orta, 26, 1.º, loja 13, Almada, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro ou 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, por despacho de 3 de Outubro de 1997, foi declarada a cessação da contumácia ao abrigo do artigo 336.º, n.º 3 do Código Penal.

16 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel da Cunha Lopes*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 391/97 — AP. — A Dr.ª Gabriela Feiteiras, juíza de direito, do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 1173/93.2PAALM, do 3.º Juízo, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Luísa Barros Sousa, nascida a 25 de Outubro de 1949, em Lisboa, filha de Luís António de Sousa e de Fernanda da Soledade Estêvão Barros, portadora do bilhete de identidade n.º 4801223, com última residência na Urbanização dos Jardins do Sado, lote 10, 4.º, A, Setúbal, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelas disposições conjugadas pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1 do Código Penal, por despacho de 24 de Outubro de 1997, foi declarada a cessação da contumácia ao abrigo do artigo 336.º do Código de Processo Penal.

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Gabriela Feiteiras*. — O Escriutário Judicial, *Miguel Salgado*.

Aviso de contumácia n.º 21 392/97 — AP. — A Dr.ª Chandra Gracias, juíza de direito, do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Almada, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 422/93.1TBALM, do 3.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido João Manuel Silva Faria, nascido a 21 de Dezembro de 1957, em Lisboa, filho de Ananias Faria dos Santos e de Lucília Rodrigues, portador do bilhete de identidade n.º 5036243, com última residência na Rua dos Pinheiros Mansos, 18, Assafora, São João das Lampas, 2710 Sintra, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelas disposições conjugadas pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, por despacho de 22 de Outubro de 1997, foi declarada a cessação da contumácia ao abrigo do artigo 336.º do Código de Processo Penal.

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Chandra Gracias*. — O Escriutário Judicial, *Miguel Salgado*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE AVEIRO

Aviso de contumácia n.º 21 393/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 174/97, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro, que o Ministério Público move contra o arguido José Manuel Sampaio da Cunha, casado, gestor, nascido a 2 de Setembro de 1959, filho de Félix Ferreira da Cunha e de Maria Fernanda Moita Sampaio, natural da freguesia do Bonfim, Porto, com

o bilhete de identidade n.º 3698082, emitido a 21 de Setembro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Praça de Augusto Lino Santos, 22, 6.º, direito, Coimbrões, Vila Nova de Gaia, por estar acusado de um crime previsto e punido pelos artigos 1.º, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal, nos termos do artigo 336.º, n.º 1 do Código de Processo Penal, foi aquele arguido declarado contumaz. Tal declaração implica, para além da suspensão do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, bem como a proibição de, por si, obter quaisquer documentos, passaportes, bilhete de identidade, carta de condução e certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina Seguro Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria do Céu Fernandes Neves*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE AVEIRO

Aviso de contumácia n.º 21 394/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, colectivo, n.º 300/92, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro (ex-2.ª Secção do 1.º Juízo), que o Ministério Público move contra o arguido Fernando José Ferreira Pires da Cal, solteiro, empregado de hotelaria, nascido a 6 de Fevereiro de 1973, natural das Caldas das Taipas, Guimarães, filho de José Teixeira Pires da Cal e de Emília Mota Ferreira, portador do bilhete de identidade n.º 10307675, com última residência conhecida na Rua do Brejo, 143, rés-do-chão, Aradas, Aveiro, acusado de haver cometido um crime de furto, três crimes de falsificação e três crimes de burla, previstos e punidos pelos artigos 296.º e 297.º, n.ºs 1, alínea g), e 3.º, 228.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, com referência aos artigos 229.º e 313.º todos do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, por despacho de 20 de Outubro de 1997.

24 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Antunes Coimbra*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena da C. Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 395/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, colectivo, n.º 300/92, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro (ex-1.ª Secção do 3.º Juízo), que o Ministério Público move contra o arguido David Lo Mascoso, casado, empregado especializado, nascido a 27 de Novembro de 1949, natural de Itália, filho de Luigi e de Brigida, portador do bilhete de identidade n.º 89984235, emitido em Itália, com última residência conhecida em Real de Baixo, Válega, Ovar, Aveiro, acusado de haver cometido um crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, por despacho de 21 de Outubro de 1997.

24 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Antunes Coimbra*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena da C. Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 396/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 440/93, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro, que o Ministério Público move contra o arguido António Lebres Magalhães, solteiro, nascido a 21 de Dezembro de 1964, natural da Régua, filho de António Cardoso Ferreira de Magalhães e de Maria Rosa Azevedo Lebres, portador do bilhete de identidade n.º 9746840, com última residência conhecida na Pensão Moderna, Aveiro, acusado de haver cometido um crime de ofensas corporais com dolo de perigo, um crime de ofensas corporais voluntárias e tiro com arma de fogo, previstos e punidos pelos artigos 144.º, 142.º, n.º 1, e 152.º, n.º 1, alínea a), todos do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, por despacho de 20 de Outubro de 1997.

24 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Antunes Coimbra*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena da C. Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 397/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 274/92, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro (ex-2.ª Secção do 1.º Juízo), que o Ministério Público move contra a arguida Maria Adorinda Abrantes Vaz, casada, doméstica, nascida a 9 de Julho de 1956, natural da freguesia de Barco, do concelho da Covilhã, filha de António Vaz e de Beatriz Abrantes, portadora do bilhete de identidade n.º 4194850, emitido a 1 de Agosto de 1968, com última residência conhecida na Barra, Ílhavo, Aveiro, acusada de haver come-

tido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada a cessação de contumácia, por despacho de 21 de Outubro de 1997.

24 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Antunes Coimbra*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena da C. Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 398/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 140/93, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro (ex-1.ª Secção do 3.º Juízo), que o Ministério Público move contra a arguida Maria Emilia Pereira Oliveira, casada, manipuladora, nascida a 29 de Setembro de 1957, natural da freguesia de Revelhe, do concelho de Fafe, filha de António Augusto Oliveira e de Maria Emilia Pereira, portadora do bilhete de identidade n.º 57550844, emitido a 12 de Dezembro de 1981, em Lisboa, com última residência conhecida na Rua dos Heróis de Angola, 29-A, Gafanha da Nazaré, Ílhavo, Aveiro, acusada de haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada a cessação de contumácia, por despacho de 22 de Outubro de 1997.

24 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Antunes Coimbra*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena da C. Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 399/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 20 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 111/97, pendentes neste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Aveiro, que o Ministério Público move contra o arguido Manuel dos Anjos Maia Samuel, solteiro, vendedor, filho de Joaquim Mateus Samuel e de Maria Gabriela Vieira Maia, nascido a 5 de Março de 1972, em Glória, Aveiro, e residente na Urbanização de Santiago, bloco 29, 1.º, D. Aveiro, portador do bilhete de identidade n.º 10187225, e actualmente em parte incerta, pela prática de um crime de dano com violência, previsto e punido pelo artigo 214.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, e um crime de burla na obtenção de serviços, previsto e punido pelo artigo 220.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz ao abrigo do disposto nos artigos 335.º e 336.º ambos do Código de Processo Penal, implicando tal declaração a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação do arguido e, ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar a partir desta declaração, e a proibição de, por si, obter ou renovar documentos de identificação, certidões ou registos junto das autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Antunes Coimbra*. — O Funcionário Judicial, *António Celestino G. Oliveira*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE BARCELOS

Aviso de contumácia n.º 21 400/97 — AP. — O Dr. António José Oliveira Santos Rodrigues, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Barcelos, faz saber que, pelo 1.º Juízo, desta comarca, correm seus termos legais uns autos de processo comum, colectivo, registados sob o n.º 304/91, do 1.º Juízo, em que são autor o Ministério Público e o arguido Carlos Alberto Ferreira Pereira, solteiro, empregado de hotelaria, nascido a 4 de Junho de 1972, natural de Vila Frescainha, São Pedro, Barcelos, filho de Joaquim Lourenço Pereira e de Maria dos Prazeres Ferreira Veloso, com última residência conhecida no Paço Velho, Vila Frescainha, São Pedro, Barcelos, titular do bilhete de identidade n.º 11396812, foi este arguido declarado contumaz, por despacho de 13 de Novembro de 1991, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º do Código Penal, pelo crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.ºs 1, alíneas a) e f), e 2 do Código Penal. Por despacho de 28 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia em virtude de o arguido de ter apresentado a juízo e ter sido julgado.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António José Oliveira Santos Rodrigues*. — A Escriutária Judicial, *Ana Maria Trindade Coelho*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE BARCELOS

Aviso de contumácia n.º 21 401/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 472/96, do 2.º Juízo

Criminal da Comarca de Barcelos, que o Ministério Público move contra o arguido Luís Manuel Pinto Soares, casado, empregado de balcão, nascido a 25 de Setembro de 1969, em Lijó, Barcelos, filho de José Maria Teixeira Soares e de Maria Gracinda Magalhães Pinto, titular da carta de condução n.º 713328, Braga, emitida a 20 de Setembro de 1991, com última residência conhecida no lugar do Monte, Lijó, Barcelos, actualmente ausente em parte incerta, foi este arguido declarado contumaz, por despacho de 24 de Outubro de 1997, em virtude de se encontrar indiciado pela prática de um crime de consumo de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, tendo esta contumácia os efeitos previstos nos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a anulabilidade a partir de agora dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ele celebrados, com proibição de o arguido obter quaisquer documentos e certidões ou registos junto de repartições públicas, até à sua apresentação em juízo ou detenção.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Eduarda Maria Pinto e Lobo*. — O Escrivão-Adjunto, *José Manuel da Silva Pereira*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGA

Aviso de contumácia n.º 21 402/97 — AP. — O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 1457/94, pendentes no 1.º Juízo, foi declarada cessada a contumácia do arguido Luís Ferreira Moreira, casado, calceteiro, nascido a 23 de Janeiro de 1956, em Irivo, Felgueiras, Porto, filho de Joaquim Armindo Moreira e de Olinda Teixeira Ferreira, e residente em Guilhufe, Penafiel, Porto, conforme publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 3 de Maio de 1995.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Aida Lemos*.

Aviso de contumácia n.º 21 403/97 — AP. — O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho proferido a 30 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 350/95, pendentes neste 1.º Juízo, foi declarada cessada a contumácia do arguido Francisco Alberto Prazeres Pereira, casado, gerente comercial, nascido a 19 de Abril de 1971, em Aboim, Barcelos, Braga, filho de Joaquim de Carvalho Pereira e de Maria de Lurdes dos Prazeres, portador do bilhete de identidade n.º 9946008, emitido a 28 de Outubro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Quinta da Eira, lote 23, Tenões, Braga, conforme publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 12 de Fevereiro de 1996.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — O Escriutário Judicial, *Domingos L. O. de Faria*.

Aviso de contumácia n.º 21 404/97 — AP. — O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 347/97, do 1.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Armando Eduardo Gomes Faria, portador do bilhete de identidade n.º 10638368, do Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no lugar do Monte, Oleiros, Vila Verde, Braga, por despacho de 30 de Outubro de 1997, foi o arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, por nos referidos autos ter sido recebida a acusação em que lhe é imputada a prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal. Tal declaração implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, do mesmo passo que lhe é proibida a aquisição de quaisquer certidões ou registos, nomeadamente para obtenção de bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e demais documentos respeitantes a veículos automóveis. Os autos ficarão suspensos até que o arguido se apresente em juízo ou seja detido.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Aida Lemos*.

Aviso de contumácia n.º 21 405/97 — AP. — O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da

Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 999/92, pendentes no 1.º Juízo (antiga 1.ª Secção do 1.º Juízo), foi declarada cessada a contumácia do arguido Carlos Alberto Lopes de Sousa, casado, desenhador, nascido a 24 de Junho de 1947, em São João do Souto, Braga, filho de Raul Fernandes de Sousa e de Maria Olívia Duarte Lopes, e residente na Rua do Conselheiro Lobato, 559, 1.º, direito, Braga, conforme publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 11 de Abril de 1994.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Aida Lemos*.

Aviso de contumácia n.º 21 406/97 — AP. — O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 63/94, pendentes no 1.º Juízo, foi declarada cessada a contumácia do arguido Agostinho Fernando Ferreira Soares, casado, comerciante, nascido a 17 de Agosto de 1951, em São Cosme, Gondomar, Porto, filho de Domingos Soares e de Justa Ferreira, e residente na Avenida de D. João I, 919, 923, Rio Tinto, conforme publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 276, de 29 de Novembro de 1994.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Aida Lemos*.

Aviso de contumácia n.º 21 407/97 — AP. — O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 876/93, pendentes no 1.º Juízo (antiga 1.ª Secção do 1.º Juízo), foi declarada cessada a contumácia do arguido Armando Joaquim de Sousa Almeida, casado, empregado fabril, nascido a 15 de Março de 1966, em Couto de Cima, Viseu, filho de Adelino de Almeida e de Maria Cândida de Sousa Ferreira, residente na Rua Escura, 19, Viseu, conforme publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 266, de 17 de Novembro de 1994.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Aida Lemos*.

Aviso de contumácia n.º 21 408/97 — AP. — O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 135/97, pendentes neste 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Manuel Ferreira Teixeira, solteiro, metalúrgico, actualmente desempregado, nascido a 22 de Maio de 1963, em Espinho, Braga, filho de José Mendes Teixeira e de Maria Ferreira, titular do bilhete de identidade n.º 8897937, emitido a 11 de Fevereiro de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Braga, residente no Bairro da Imaculada Conceição, 5, São Lázaro, Braga, foi, por despacho proferido a 1 de Julho de 1997, declarada cessada a contumácia do arguido (publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 17 de Setembro de 1997, sob o registo n.º 12754/97), sendo que, onde se lê «processo comum, singular, n.º 153/97», deve ler-se «processo comum, singular, n.º 135/97», conforme rectificação já efectuada, em virtude de o arguido se ter apresentado em juízo tendo sido julgado e absolvido, por sentença de 28 de Outubro de 1997.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — O Escriutário Judicial, *Domingos L. O. de Faria*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGA

Aviso de contumácia n.º 21 409/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 362/97, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarado contumaz o arguido António Fernando Vieira Pereira, divorciado, nascido a 14 de Março de 1955, em Cedofeita, Porto, filho de Américo da Silva Alves Pereira e de Alice Vieira, com última residência conhecida na Rua de Baixo, 191, 4, frente, Braga, portador do bilhete de identidade n.º 5717974, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, implicando tal declaração para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a

proibição de o arguido obter, a seu requerimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, conforme o preceituado no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima C. Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivã-Adjunto, *António Pereira Gomes*.

Aviso de contumácia n.º 21 410/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 80/97, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarado contumaz o arguido José Francisco da Costa Correia, divorciado, nascido a 19 de Setembro de 1957, em Braga, filho de Manuel Correia Silva e de Arminda Gonçalves da Costa Azeres, com última residência conhecida na Rua de Albano Belino, 33, 4.º, esquerdo, Braga, portador do bilhete de identidade n.º 5938893, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, implicando tal declaração para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de o arguido obter, a seu requerimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, conforme o preceituado no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima C. Cunha Lopes Furtado*. — O Escrivã-Adjunto, *António Pereira Gomes*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGA

Aviso de contumácia n.º 21 411/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja M. Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 14/95, do 3.º Juízo, foi declarada cessada a situação de contumácia respeitante ao arguido José Esteves da Costa, casado, construtor civil, nascido no dia 9 de Setembro de 1953, em Encourados, Barcelos, Braga, filho de António Joaquim Gomes da Costa e de Marcelina Rodrigues Esteves, titular do bilhete de identidade n.º 3874617, e residente no lugar de Vessadinha, Encourados, Braga.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja M. Matos*. — A Escriutária Judicial, *Liliana Silva Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 21 412/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja M. Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 318/94, do 3.º Juízo, foi declarada cessada a situação de contumácia respeitante ao arguido José Esteves da Costa, casado, construtor civil, nascido no dia 9 de Setembro de 1953, em Encourados, Barcelos, Braga, filho de António Joaquim Gomes da Costa e de Marcelina Rodrigues Esteves, titular do bilhete de identidade n.º 3874617, e residente no lugar de Vessadinha, Encourados, Braga.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja M. Matos*. — A Escriutária Judicial, *Liliana Silva Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 21 413/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja M. Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 179/93, do 3.º Juízo, foi declarada cessada a situação de contumácia respeitante ao arguido José Esteves da Costa, casado, construtor civil, nascido no dia 9 de Setembro de 1953, em Encourados, Barcelos, Braga, filho de António Joaquim Gomes da Costa e de Marcelina Rodrigues Esteves, titular do bilhete de identidade n.º 3874617, e residente no lugar de Vessadinha, Encourados, Braga.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja M. Matos*. — A Escriutária Judicial, *Liliana Silva Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 21 414/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja M. Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 446/94, do 3.º Juízo, foi declarada cessada a situação de contumácia respeitante ao arguido José Esteves da Costa, casado, construtor civil, nascido no dia 9 de Setembro de 1953, em Encourados, Barcelos, Braga, filho de António Joaquim Gomes da Costa e de Marcelina Rodrigues Esteves, titular do bilhete de identidade n.º 3874617, e residente no lugar de Vessadinha, Encourados, Braga.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja M. Matos*. — A Escriutária Judicial, *Liliana Silva Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 21 415/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja M. Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 203/94, do 3.º Juízo, foi declarada cessada a situação de contumácia respeitante ao arguido José Esteves da Costa, casado, construtor civil, nascido no dia 9 de Setembro de 1953, em Encourados, Barcelos, Braga, filho de António Joaquim Gomes da Costa e de Marcelina Rodrigues Esteves, titular do bilhete de identidade n.º 3874617, e residente no lugar de Vessadinha, Encourados, Braga.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja M. Matos*. — A Escriutária Judicial, *Liliana Silva Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 21 416/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja Martins Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 661/96, pendente no 3.º Juízo, foi declarado contumaz o arguido José Manuel Lino Barroca, casado, profissional de seguros, nascido a 24 de Setembro de 1951, natural de Ferreira do Alentejo, Beja, filho de Joaquim Amaro Barroca e de Luísa da Conceição Lino, titular do bilhete de identidade n.º 2151130, e com última residência conhecida na Rua de 4 de Outubro, 23, Bairro dos Canaviais, Évora, actualmente a residir em parte incerta, por se encontrar indiciado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 218.º, n.º 2, do Código Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos termos ulteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta data, bem como a proibição de o arguido obter certidões ou quaisquer outros documentos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, e repartições de finanças, passaporte ou sua renovação e carta de condução, e bilhete de identidade e certificado do registo criminal. Fica-lhe também vedado efectuar quaisquer registos junto de autoridades públicas, nomeadamente conservatórias, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja Martins Matos*. — A Escrivã-Adjunta, *Marília de Fátima S. Teixeira*.

Aviso de contumácia n.º 21 417/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja Martins Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 432/97, pendente no 3.º Juízo, foi declarado contumaz o arguido Sotero Manuel Lucas Alves, casado, industrial, nascido a 1 de Julho de 1955, natural de Angola, filho de António Maria Alves e de Heliadora da Glória Lucas, titular do bilhete de identidade n.º 3854190, e com última residência conhecida na Rua do Relógio, 137, Porto, actualmente a residir em parte incerta, por se encontrar indiciado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, o que implica para o arguido a suspensão dos termos ulteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta data, bem como a proibição de o arguido obter certidões ou quaisquer outros documentos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, e repartições de finanças, passaporte ou sua renovação e carta de condução, e bilhete de identidade e certificado do registo criminal. Fica-lhe também vedado efectuar quaisquer registos junto de autoridades públicas, nomeadamente conser-

vatórias, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja Martins Matos*. — A Escrivã-Adjunta, *Marília de Fátima S. Teixeira*.

Aviso de contumácia n.º 21 418/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja Martins Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 661/96, pendente no 3.º Juízo, foi declarado contumaz o arguido Manuel Sebastião Moreira de Carvalho, casado, vendedor, nascido no dia 13 de Outubro de 1966, natural da freguesia de Parada de Cunhos, Vila Real, filho de Manuel Altino Maia da Cunha de Carvalho e de Maria Adelaide Nogueira Moreira, titular do bilhete de identidade n.º 8160792, e com última residência conhecida em Vale da Granja, Parada de Cunhos, Vila Real, actualmente a residir em parte incerta, por se encontrar indiciado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos termos ulteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta data, bem como a proibição de o arguido obter certidões ou quaisquer outros documentos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, e repartições de finanças, passaporte ou sua renovação e carta de condução, e bilhete de identidade e certificado do registo criminal. Fica-lhe também vedado efectuar quaisquer registos junto de autoridades públicas, nomeadamente conservatórias, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja Martins Matos*. — A Escrivã-Adjunta, *Marília de Fátima S. Teixeira*.

Aviso de contumácia n.º 21 419/97 — AP. — O Dr. José Manuel Igreja M. Matos, juiz de direito do 3.º Juízo criminal da Comarca de Braga, faz público que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 627/97, pendente no 3.º Juízo, foi declarada contumaz a arguida Isolina Branca da Silva Ferreira Coelho, nascida a 6 de Março de 1952, filha de Armindo Ferreira Jorge e de Ermelinda Rosa da Silva Gomes, portadora do bilhete de identidade n.º 3669263, com última residência conhecida na Rua de 25 de Abril, 326, Fânzeres, Gondomar, Porto, actualmente a residir em parte incerta, por se encontrar indiciado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, e 217.º do Código Penal de 1995, o que implica para a arguida a suspensão dos termos ulteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta data, bem como a proibição de a arguida obter certidões ou quaisquer outros documentos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, e repartições de finanças, passaporte ou sua renovação e carta de condução, e bilhete de identidade e certificado do registo criminal. Fica-lhe também vedado efectuar quaisquer registos junto de autoridades públicas, nomeadamente conservatórias, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Igreja M. Matos*. — O Oficial de Justiça, *Armando Lima Peixoto*.

4.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGA

Aviso de contumácia n.º 21 420/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 17 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 302/95, do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarado contumaz o arguido Manuel Jorge Vaz Pinheiro, solteiro, técnico de informática, nascido a 13 de Fevereiro de 1970, em Angola, filho de Hernâni Magalhães Pinheiro e de Ermeraldina de Jesus Vaz, titular do bilhete de identidade n.º 8573288, com a última residência conhecida na Avenida do Infante D. Henrique, 13, Macedo de Cavaleiros, Bragança, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982,

implicando tal declaração para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de o arguido obter a seu requerimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, conforme o preceituado no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

18 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Oficial de Justiça, *António Santos*.

Aviso de contumácia n.º 21 421/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 17 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 362/97, do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarado contumaz o arguido Paulo Fernando Severino Gomes, casado, motorista, nascido a 17 de Dezembro de 1963, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Joaquim Vicente Gomes e de Maria Florinda Severino Gomes, com a última residência conhecida na Rua de António Maria Jalles, 40, 1.º, esquerdo, Alenquer, Lisboa, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, implicando tal declaração para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de o arguido obter a seu requerimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, conforme o preceituado no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

18 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Oficial de Justiça, *António Santos*.

Aviso de contumácia n.º 21 422/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 17 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 342/97, do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarada contumaz a arguida Maria do Carmo de Oliveira da Silva Lima, casada, nascida a 5 de Março de 1952, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filha de José Augusto dos Santos Silva e de Rosa Augusta Rocha de Oliveira, titular do bilhete de identidade n.º 6015543, com a última residência conhecida na Rua de Correia Teles, 10, 7.º, A, Reboleira, Amadora, Lisboa, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência à data dos factos ao artigo 313.º do Código Penal de 1982 e, actualmente ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, implicando tal declaração para a arguida a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de a arguida obter a seu requerimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, conforme o preceituado no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

18 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Oficial de Justiça, *António Santos*.

Aviso de contumácia n.º 21 423/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 17 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 264/97, do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarada contumaz a arguida Florinda Pires Inácio Leite, casada, doméstica, nascida a 17 de Fevereiro de 1948, filha de Manuel Inácio e de Sofia Reis Pires, titular do bilhete de identidade n.º 3756108, com a última residência conhecida na Rua de Damão, 98, rés-do-chão, São Mamede de Infesta, Matosinhos, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência à data dos factos ao artigo 313.º do Código Penal de 1982 e, actualmente ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, implicando tal declaração para a arguida a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de a arguida obter a seu requere-

rimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, conforme o preceituado no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

18 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Oficial de Justiça, *António Santos*.

Aviso de contumácia n.º 21 424/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 17 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 938/94, do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarado contumaz o arguido Alberto António da Silva Vieira, casado, madeireiro, nascido a 8 de Fevereiro de 1959, em Prozelo, Amares, Braga, filho de Amadeu Ernesto Vieira e de Maria da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 8633732, com a última residência conhecida no lugar do Entroncamento, Figueiredo, Amares, Braga, por haver cometido um crime de condução de veículo embriaguez, previsto e punido pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 124/90, de 14 de Abril, implicando tal declaração para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de o arguido obter a seu requerimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, conforme o preceituado no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

20 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Oficial de Justiça, *António Santos*.

Aviso de contumácia n.º 21 425/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 16 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 207-A/96, do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, foi declarada cessada a contumácia imposta, a 27 de Dezembro de 1996, ao arguido Adegar de Jesus Pinto Vieira dos Reis, casado, segurança, nascido a 20 de Outubro de 1970, na Guiné-Bissau, filho de João de Jesus Pinto Vieira dos Reis e de Maria Fernanda Rodrigues Tavares dos Reis, residente na Avenida de Antero de Quental, 43, 4.º, C, Braga, actualmente preso no Estabelecimento Prisional de Braga, por se ter apresentado em juízo.

23 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — A Oficial de Justiça, *Maria Virgínia Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 426/97 — AP. — A Dr.ª Maria Luísa Senra Arantes, juíza de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, torna público que, no processo comum, singular, n.º 595/93 (ex-2.ª Secção do 2.º Juízo) e, actualmente a correr termos pelo 4.º Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Fernando Imperial dos Santos, casado, comerciante, nascido a 11 de Abril de 1950, no Lobito, Angola, filho de José dos Santos e de Maria Eugénia António Imperial, portador do bilhete de identidade n.º 5059430, emitido a 8 de Agosto de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Rua do Raio, 20, 1.º, em Braga, por haver indícios de ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 24.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, actualmente pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi, por despacho de 17 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, por haver sido julgado extinto o procedimento criminal instaurado contra o arguido.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Escrivão-Adjunto, *João Macedo*.

Aviso de contumácia n.º 21 427/97 — AP. — A Dr.ª Maria Luísa Senra Arantes, juíza de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, torna público que, no processo comum, singular, n.º 555/93 (ex-2.ª Secção do 2.º Juízo) e, actualmente a correr termos pelo 4.º Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Fernando da Conceição Pinheiro, casado, comerciante, nascido a 25 de Dezembro de 1957, em Lalim, Lamego, Viseu, filho de José Pinheiro Carneiro de Lucena e de Angelina da Conceição, portador do bilhete

te de identidade n.º 3669390, emitido a 20 de Janeiro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente no lugar de Ribelas, Lalim, Lamego, Visau, por haver indícios de ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi, por despacho de 17 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, por haver sido julgado extinto o procedimento criminal instaurado contra o arguido.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Escrivão-Adjunto, *João Macedo*.

Aviso de contumácia n.º 21 428/97 — AP. — A Dr.ª Maria Luísa Senra Arantes, juíza de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum, singular, n.º 587/96, a correr termos no 4.º Juízo, foi o arguido Luís Teixeira Ferreira, casado, motorista, nascido a 6 de Fevereiro de 1958, em Nogueira da Maia, Maia, Porto, filho de Abílio Ferreira Teixeira e de Ludovina da Silva Teixeira, portador do bilhete de identidade n.º 5801381, de 15 de Outubro de 1993, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua do Xisto, 49, Nogueira da Maia, Maia, Porto, por despacho de 17 de Outubro de 1997, e por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982 e, hoje, artigo 218.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal de 1995, declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para este arguido a proibição de obter a seu requerimento ou de outrem a seu rogo, quaisquer documentos, certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e carta de condução, e licença de uso e porte de arma, licenças de caça e pesca, carta de caçador, livrete e registo de propriedade, atestados de residência e outros administrativos, cartão de contribuinte, caderneta militar e outros documentos ou certidões emitidos por entidades militares, cartão de identificação de empresário em nome individual, certificado de contumácia, documentos e certificados da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial e predial, implicando, ainda, para este arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que, desde agora, venha a celebrar.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Luísa Senra Arantes*. — O Escrivão-Adjunto, *João Macedo*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE CASCAIS

Aviso de contumácia n.º 21 429/97 — AP. — O Dr. Jorge Manuel Baptista Gonçalves, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 194/93.0PACSC, pendentes neste 2.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Luís Manuel Duarte das Neves, filho de Raul dos Reis Garcia das Neves e de Maria de Lurdes Piedade Duarte das Neves, natural de Lisboa, nascido a 18 de Agosto de 1961, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 6083176, de 18 de Agosto de 1991, do Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no Largo da Restauração de Portugal, vivenda Casal de São Francisco, 1.º, Caparide, São Pedro do Estoril, Cascais, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado contumaz, artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal, com as seguintes consequências: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração (artigo 337.º, n.º 1); e a proibição de, por si, obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Baptista Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE CASCAIS

Aviso de contumácia n.º 21 430/97 — AP. — O Dr. Pedro Vaz Pato, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, no 3.º Juízo desta comarca, correm termos uns autos de processo-crime comum, singular, registados sob o n.º 28/95.0TB-CSC, que o Ministério Público move contra o arguido Bennhas Habiba, residente na Rua do Dr. Carlos Manuel Saudade da Silva, apartado 469, Caldas da Rainha, titular do passaporte n.º 89 RE 32234, de França, imputando-lhe a prática de dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, ambos do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927. Mais faz saber que, por despacho proferido a 27 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, foi declarada caduca a declaração de contumácia, por prescrição, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Pedro Vaz Pato*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Antunes*.

Aviso de contumácia n.º 21 431/97 — AP. — O Dr. Pedro Vaz Pato, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 1123/93.6TACSC, pendentes neste 3.º Juízo, que a digna magistrada do Ministério Público move contra o arguido Francisco Manuel Rodrigues Paula, solteiro, pintor e automóveis, nascido a 30 de Abril de 1955, em Rio Maior, Santarém, filho de Manuel de Sousa Paula e de Vitalina Rodrigues Barbosa, portador do bilhete de identidade n.º 6007460, emitido por Lisboa, com última residência conhecida na Urbanização da Rinchoa, lote F-1, 6.º, direito, Rio de Mouro, Sintra, por ter cometido cinco crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6 do Código de Processo Penal, com as seguintes consequências: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial, e a proibição de o arguido obter bilhete de identidade, passaporte e certificado do registo criminal, e quaisquer outros documentos e certidões ou registos em conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Pedro Vaz Pato*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 432/97 — AP. — O Dr. Pedro Vaz Pato, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 820/93.0TBCSC, pendentes neste 3.º Juízo, que a digna magistrada do Ministério Público move contra o arguido António José Martins Manhoso, casado, comerciante, nascido a 4 de Fevereiro de 1958, na freguesia do Campo Grande, Lisboa, filho de José António Manhoso e de Glória dos Prazeres Martins, portador do bilhete de identidade n.º 5503941-3, emitido a 18 de Julho de 1988, em Lisboa, com última residência conhecida na Rua de São Dinis, 429, 1.º, direito, traseiras, Porto, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, o mesmo foi declarado contumaz, artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6 do Código de Processo Penal, com as seguintes consequências: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial, e a proibição de o arguido obter bilhete de identidade, passaporte e certificado do registo criminal, e quaisquer outros documentos e certidões ou registos em conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Pedro Vaz Pato*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 433/97 — AP. — O Dr. Pedro Vaz Pato, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 595/93.3TACSC, pendentes neste 3.º Juízo, que a digna magistrada do Ministério Público move contra o arguido Carlos Augusto Ferreira de Andrade, casado, gerente comercial, natural de Moçambique, onde nasceu no dia 11 de Agosto de 1961, filho

de Augusto Rodrigues de Andrade e de Maria Célia Pereira Ferreira, portador do bilhete de identidade n.º 7543561, a 28 de Março de 1985, emitido por Lisboa, com última residência conhecida na Rua das Flores, 66, Cascais, por ter cometido três crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6 do Código de Processo Penal, com as seguintes consequências: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial, e a proibição de o arguido obter bilhete de identidade, passaporte e certificado do registo criminal, e quaisquer outros documentos e certidões ou registos em conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Pedro Vaz Pato*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Ferreira*.

4.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE CASCAIS

Aviso de contumácia n.º 21 434/97 — AP. — O Dr. João Carlos Lee Ferreira, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, no 4.º Juízo desta comarca, correm termos uns autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 493/94.3TB.CSC, que o Ministério Público move contra a arguida Maria da Conceição Ferreira, solteira, nascida a 9 de Dezembro de 1960, natural da Vila da Anha, Cascais, filha de António Dias da Silva e de Maria Rosa de Jesus Ferreira, titular do bilhete de identidade n.º 9754935, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no Bairro das Portelas, 63, Cascais, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004 de 12 de Janeiro de 1927, na redacção pelos artigos 5.º do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, e 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, *ex Vi* do artigo 16.º deste citado decreto-lei e artigo 2.º, n.º 4 do Código Penal. Mais faz saber que, por despacho proferido a 24 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos foi declarada caduca a declaração de contumácia, por apresentação.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Carlos Lee Ferreira*. — A Escriturária Judicial, *Manuela Farinha*.

Aviso de contumácia n.º 21 435/97 — AP. — O Dr. João Carlos Lee Ferreira, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, no 4.º Juízo desta comarca, correm termos uns autos de processo-crime comum, singular, registados sob o n.º 671/94.5TB.CSC, que o Ministério Público move contra a arguida Isabel Maria Gonçalves Carvalho, solteira, nascida a 20 de Fevereiro de 1971, filha de Aníbal Marques Carvalho e de Rosa de Barros Gonçalves, titular do bilhete de identidade n.º 11439124, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua dos Bons Amigos, lote 84, Marisol, Monte de Caparica, Almada, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro. Mais faz saber que, por despacho proferido a 24 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos foi declarada caduca a declaração de contumácia, por apresentação.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Carlos Lee Ferreira*. — A Escriturária Judicial, *Manuela Farinha*.

Aviso de contumácia n.º 21 436/97 — AP. — O Dr. João Carlos Lee Ferreira, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, no 4.º Juízo desta comarca, correm termos uns autos de processo-crime comum, singular, registados sob o n.º 190/94.0TB.CSC, que o Ministério Público move contra o arguido Vitor Manuel da Silva Ferreira, solteiro, nascido a 20 de Fevereiro de 1971, filho de Virgílio de Almeida Ferreira e de Albertina de Lurdes Ferreira da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 7855509, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Calçada do Cascão, 35, 2.º, Santo Estêvão, Lisboa, imputando-lhe a prática de um crime de furto, previsto e punido pelo artigo 296.º, n.º 1 do Código Penal. Mais faz saber que, por despacho proferido a 24 de Outubro de 1997, nos autos

acima referidos foi declarada caduca a declaração de contumácia, por apresentação.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Carlos Lee Ferreira*. — A Escriturária Judicial, *Manuela Farinha*.

Aviso de contumácia n.º 21 437/97 — AP. — O Dr. João Carlos Lee Ferreira, juiz de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Cascais, faz saber que, no 4.º Juízo desta comarca, correm termos uns autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 37/94.7TACSC, que o Ministério Público move contra o arguido Flávio Silva Gonçalves, nascido a 22 de Dezembro de 1960, natural de Belo Horizonte, Brasil, filho de Aristeu Gonçalves e de Aracy Silva Gonçalves, e com última residência conhecida na Estrada das Areias, lote E, 1.º, A, Estoril, Cascais, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, e 314.º, alínea a), do Código Penal de 1982. O tribunal declara o arguido contumaz, nos termos dos artigos 336.º do Código de Processo Penal e 337.º do mesmo Código, com as seguintes consequências: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de, por si, obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado, e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e conservatórias dos registos civil, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Carlos Lee Ferreira*. — A Escriturária Judicial, *Cristina Nascimento*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE COIMBRA

Aviso de contumácia n.º 21 438/97 — AP. — Por despacho proferido a 31 de Outubro de 1997, no processo comum n.º 256/97, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra, que o Ministério Público move contra o arguido Armando Leite Mendes de Abreu, divorciado, engenheiro, nascido a 24 de Outubro de 1958, natural da freguesia da Sé Nova, concelho de Coimbra, filho de Alberto Gama de Abreu e de Maria Carlolina Teles de Vasconcelos de Oliveira Leite de Abreu, portador do bilhete de identidade n.º 4190085, emitido pelo Arquivo de Identificação a 1 de Outubro de 1996, e com última residência conhecida na Rua Principal, 27, Sobral de Ceira, Coimbra, por estar indiciado por um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, e 218.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal, foi declarado contumaz, com as implicações seguintes: ficam suspensos os termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), sem prejuízo da realização de actos urgentes; são anuláveis os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e fica o arguido proibido de obter passaporte, bilhete de identidade, carta de condução e carta de caçador, bem como quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (n.º 3 do artigo 337.º do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel da Silva Loureiro*. — A Escriturária Judicial, *Paula Cristina Rebelo da Cunha*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE COIMBRA

Aviso de contumácia n.º 21 439/97 — AP. — A Dr.ª Alice Fernanda Nascimento dos Santos, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 4101/93, em que é arguido Ricardo da Silva Pessoa, solteiro, empresário, filho de João da Silva Pessoa e de Palmira da Silva Ferreira, nascido a 7 de Novembro de 1941, em Santa Isabel, Lisboa, portador do bilhete de identidade n.º 393300, a 22 de Julho de 1986, emitido por Lisboa, residente que foi na Rua de Antero de Quental, 1, Fernão Ferro, Seixal, pronunciado pela prática de três crimes previstos e punidos pelo disposto pelos artigos 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, alínea c), ambos do Decreto com força de lei

n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, ora pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º do Código Penal foi, por despacho de 17 de Outubro de 1997, cessada a declaração de contumácia a qual havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 276, de 29 de Novembro de 1994.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Alice Fernanda Nascimento dos Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria do Céu dos Santos Gonçalves*.

Aviso de contumácia n.º 21 440/97 — AP. — A Dr.ª Alice Fernanda Nascimento dos Santos, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 401/96, em que é arguido Augusto Manuel Bernardes Amaral, filho de Augusto Amaral e de Olívia da Conceição Bernardes, natural da freguesia de Buarcos, concelho da Figueira da Foz, nascido a 5 de Julho de 1961, ausente em parte incerta, e com última residência na Rua de Acesso Santo Amaro, 7, 3.º, Pombal, portador do bilhete de identidade n.º 8648425, pronunciado pela prática do crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1 do Código Penal foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, cessada a declaração de contumácia a qual havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 21 de Maio de 1997.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Alice Fernanda Nascimento dos Santos*. — Pela Escrivã-Adjunta, *Teresa Cristina Botelho de Sá*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE COIMBRA

Aviso de contumácia n.º 21 441/97 — AP. — O Dr. José Maria Calvário Antunes, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Coimbra, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 273/96, pendentes neste 3.º Juízo, em que são autor o Ministério Público e arguido Álvaro José Alves Seco, divorciado, industrial, nascido a 29 de Agosto de 1955, natural de Penacova, Coimbra, filho de Álvaro da Costa Nogueira Seco e de Arminda da Conceição Alves, titular do bilhete de identidade n.º 4072490, de 5 de Abril de 1993, de Lisboa, e com última residência conhecida em Casalito, Penacova, Coimbra, o qual se encontra acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982 e, actualmente pelo artigo 217.º, n.º 1 do Código Penal, notificado editalmente para se apresentar em juízo, no prazo de 20 dias, sob pena de ser declarado contumaz, não compareceu. Assim, por despacho de 29 de Outubro de 1997, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, vai o arguido declarado contumaz. Tal declaração implica: suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, e a proibição de, por si, obter junto das entidades públicas competentes certidões, bilhete de identidade, passaporte, cartas de condução e de caçador e sua renovação.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Maria Calvário Antunes*. — O Escrivão Judicial, *José Virgílio dos Santos Marques*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE FARO

Aviso de contumácia n.º 21 442/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum n.º 883/94, pendente no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, que o Ministério Público move contra o arguido Fernando Miguel Virgínia Martinho, casado, empresário, nascido a 30 de Dezembro de 1954, natural de Vale de Cavalos, Chamusca, Santarém, filho de José Pereira Martinho e de Carolina Virgínia, com última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 249, Unidade Residencial de São Bento, lote 133, 1.º, direito, Massamá, Sintra, ora ausente em parte incerta, por se encontrar indiciado por um crime de emissão de cheque sem cobertura, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao prescrito pelo artigo 313.º, n.º 1, e 30.º ambos do Código Penal, foi declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos deste processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos

negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de o arguido obter ou renovar a carta de condução de veículos e o passaporte e de obter certidões ou registos junto das conservatórias ou de efectuar qualquer registo.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Marcos Santos Rita*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Noémia Moleiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 443/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum n.º 159/96, pendente no 1.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Domingos Baptista Cotinha, solteiro, empregado de hotelaria, nascido a 15 de Outubro de 1973, natural de Olhão, filho de Domingos Manuel Cotinha e de Elisabete Paula Baptista Cotinha, com última residência conhecida na Rua de Sebastião Teles, 7, 2.º, direito, Faro, ora ausente em parte incerta, por se encontrar indiciado por um crime de furto simples sem cobertura, previsto e punido pelo artigo 296.º do Código Penal e, actualmente pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos deste processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de o arguido obter ou renovar a carta de condução de veículos e o passaporte e de obter certidões ou registos junto das conservatórias ou de efectuar qualquer registo.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Marcos Santos Rita*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Noémia Moleiro*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE FARO

Aviso de contumácia n.º 21 444/97 — AP. — O Dr. Jorge Miguel Antunes, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, faz saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 138/94, deste 2.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Luís Saraiva Pancho, solteiro, gerente comercial, nascido a 30 de Março de 1942, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Alfredo Pancho e de Maria do Rosário Saraiva Pancho, portador do bilhete de identidade n.º 21445696, de 14 de Agosto de 1979, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Urbanização Bemparece, lote 5-A, 1.º, Lagoa, Portimão, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi declarada cessada a declaração de contumácia proferida contra o referido arguido, por prescrição.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Miguel Antunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Filomena Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 445/97 — AP. — O Dr. Jorge Miguel Pedro Marques Antunes, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 155/97.0TBFA, pendentes neste 2.º Juízo, contra o arguido Bildstein Georges René, casado, fruticultor, nascido a 19 de Julho de 1958, em La Chifa (Algerie), França, filho de Bildstein René e de Marie Madelene, portador do passaporte HB 82100/8001, emitido por Montmorency, com última residência conhecida em Santa Catarina, Fonte do Bispo, Tavira, por haver cometido um crime de condução em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, uma vez que apesar de notificado para se apresentar em juízo, não o fez no prazo que lhe foi fixado. Tal declaração tem o efeito de implicar a suspensão dos ulteriores termos do processo quanto ao arguido, até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, e implica, ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição para o arguido de obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e carta de condução, e certidões, e de efectuar registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Direcção dos Serviços de Identificação Civil, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia (artigos 335.º, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal).

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Miguel Pedro Marques Antunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Filomena Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 446/97 — AP. — O Dr. Jorge Miguel Pedro Marques Antunes, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 145/97.2TBFAR, que neste 2.º Juízo, move contra o arguido Jorge Manuel Rocha da Silva, nascido a 14 de Agosto de 1943, na freguesia de Cedofeita, Porto, filho de João Rocha da Silva e de Lídia Silva, portador do bilhete de identidade n.º 970220, emitido a 21 de Julho de 1987, em Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Cândido dos Reis, 69, 4.º, Porto, por estar indiciado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi o mesmo declarado contumaz, uma vez que apesar de notificado, não o fez no prazo que lhe foi fixado. Tal declaração tem o efeito de implicar a suspensão dos ulteriores termos do processo quanto ao arguido, até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, e implica, ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição para o arguido de obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e carta de condução, e certidões, e de efectuar registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Direcção dos Serviços de Identificação Civil, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia (artigos 335.º, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Miguel Pedro Marques Antunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Ferrinha*.

Aviso de contumácia n.º 21 447/97 — AP. — O Dr. Jorge Miguel Pedro Marques Antunes, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 156/93, deste 2.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido José Manuel Silva Coelho, casado, electricista, nascido a 13 de Agosto de 1959, em Sintra, filho de Manuel Francisco Coelho e de Maria Gabriela Guerreiro da Silva, portador do bilhete de identidade n.º 10297146, de 17 de Novembro de 1992, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 124, Aldeia Ruiva, São Bartolomeu de Messines, Faro, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada cessada a declaração de contumácia proferida contra o referido arguido, por prescrição.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Miguel Pedro Marques Antunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Filomena Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 448/97 — AP. — O Dr. Jorge Miguel Pedro Marques Antunes, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, anuncia que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 1979/94, que o Ministério Público move contra o arguido António Dias Martins, nascido a 3 de Julho de 1956, filho de Abílio Martins e de Ângela Trindade Dias, natural de Ferreira do Zêzere, Santarém, portador do bilhete de identidade n.º 6017742, e com última residência conhecida na Rua das Mirandas, 114, Sacavém, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi cessada a contumácia em que o arguido se encontrava, por prescrição, do procedimento criminal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Miguel Pedro Marques Antunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Ferrinha*.

Aviso de contumácia n.º 21 449/97 — AP. — O Dr. Jorge Miguel Pedro Marques Antunes, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, anuncia que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 2477/94, que o Ministério Público move contra o arguido João Miguel Castro e Silva Maia de Sousa, nascido a 31 de Outubro de 1964, filho de Carlos Alberto Garcês de Sousa e de Maria Antónia Castro e Silva Gonçalves Maia de Sousa, natural de Alvalade, Lisboa, portador do bilhete de identidade n.º 10446712, e com última residência conhecida na Rua do Marechal Carmona, 20, Cascais, pela prática de um crime de burla, previsto e punido pelos artigos 313.º, n.º 1, e 30.º, n.º 2, do Código Penal, foi cessada a contu-

mácia em que o arguido se encontrava, por prescrição do procedimento criminal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Miguel Pedro Marques Antunes*. — A Escriturária Judicial, *Maria João Granado*.

Aviso de contumácia n.º 21 450/97 — AP. — O Dr. Jorge Miguel Pedro Marques Antunes, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Faro, anuncia que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 843/93, que o Ministério Público move contra a arguida Humberta Mafalda Correia Bodeão, nascida a 13 de Março de 1964, filha e Humberto Correia Santos Bodeão e de Maria Rogélia Vieira Correia, natural da Luz, Tavira, portadora do bilhete de identidade n.º 6995011, e com última residência conhecida em Amaro Gonçalves, Tavira, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi cessada a contumácia em que a arguida se encontrava, por prescrição do procedimento criminal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Miguel Pedro Marques Antunes*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Ferrinha*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Aviso de contumácia n.º 21 451/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Serrão, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal, faz saber que, ao abrigo do artigo 336.º do Código de Processo Penal, nos autos de processo comum, singular, n.º 289/96 (60/96.7TAFUN), foi o arguido José Luís dos Reis e Costa, divorciado, comerciante, nascido a 12 de Outubro de 1949, natural da freguesia e concelho de São João da Madeira, filho de José Ferreira da Costa e de Maria Augusta Quadros dos Reis, com última residência conhecida na Rua Nova da Quinta Deão, 29, 9000 Funchal, actualmente em parte incerta, declarado contumaz, por despacho de 28 de Outubro de 1997, com os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigos 336.º, n.º 1 e 320.º do Código de Processo Penal); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1); proibição de obter, por via originária, ou renovação bilhete de identidade, passaportes e carta de condução (artigo 337.º, n.º 3); proibição de obter certificado do registo criminal (artigo 337.º, n.º 3), e a proibição de o arguido obter certidões dos registos comercial e predial (artigo 337.º, n.º 3). O arguido está acusado de um crime previsto e punido pelo Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal.

4 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Serrão*. — A Escrivã-Adjunta, *Manuela Duarte*.

Aviso de contumácia n.º 21 452/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Serrão, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal, faz saber que, por despacho lavrado nos autos de processo comum, singular, n.º 691/91, ao abrigo do artigo 336.º do Código de Processo Penal, foi declarada cessada a declaração de contumácia ao arguido Victor Hugo Fernandes Andrade, casado, comerciante, nascido a 20 de Outubro de 1952, natural da freguesia de Santo António, concelho do Funchal, filho de Hugo de Alcântara Fernandes Andrade e de Maria da Paz Martins de Andrade, com última residência no Beco do Pico de São João, São Martinho, dado que foi extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra o mesmo. O arguido estava acusado de um crime previsto e punido pelos artigos 4.º, n.º 1, alínea c), e 82.º, n.º 2, alínea c), do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de Janeiro.

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Serrão*. — A Escrivã-Adjunta, *Manuela Lopes Duarte*.

Aviso de contumácia n.º 21 453/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Serrão, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, lavrado nos autos de processo comum, singular, n.º 1085/92, ao abrigo do artigo 336.º do Código de Processo Penal, foi declarada cessada a declaração de contumácia ao arguido José Victor de Abreu, casado, empregado de mesa, nascido a 19 de Setembro de 1950, natu-

ral da freguesia e concelho da Câmara de Lobos, filho de José Geraldo de Abreu e de Filomena Pestana, portador do bilhete de identidade n.º 4771578, emitido a 29 de Outubro de 1984, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência na Rua de São João de Deus, 9300 Câmara de Lobos, dado que foi extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra o mesmo. O arguido estava acusado de um crime previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Serrão*. — A Escrivã-Adjunta, *Manuela Lopes Duarte*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO FUNCHAL

Aviso de contumácia n.º 21 454/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 254/93, do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal, que o Ministério Público move contra o arguido Marco Paulo Fragoso de Sousa, solteiro, nascido a 23 de Março de 1973, na freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada, Açores, filho de José Domingos Medeiros Sousa e de Maria dos Anjos de Andrade Fragoso, titular do bilhete de identidade n.º 10680499, ausente em parte incerta, por despacho de 20 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia do arguido por ter sido declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição. A declaração de contumácia foi publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, de 26 de Outubro de 1994.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Augusto Costa*. — O Escrivão-Adjunto, *Jorge Meireles*.

Aviso de contumácia n.º 21 455/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 387/96.8TBFUN, do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Funchal, que o Ministério Público move contra o arguido José Manuel Cahoz Claudino, nascido a 13 de Outubro de 1975, em Paris, França, filho de José de Abreu Claudino e de Maria Pires Cahoz, ausente em parte incerta, e com última morada conhecida na Segunda Lombada, Ponta Delgada, São Vicente, nos termos do disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, foi o arguido acima identificado, declarado contumaz com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1 do Código de Processo Penal); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração (artigo 337.º, n.º 1 do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, registo criminal, passaporte e carta de condução, certidões ou registos junto das seguintes entidades: conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia. O arguido está acusado de um crime de falta às provas de classificação e de selecção militar, previsto e punido pelos artigos 15.º e 40.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, com a redacção que lhe foi introduzida pela Lei n.º 89/88, de 5 de Agosto.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Augusto Costa*. — O Escrivão-Adjunto, *Jorge Meireles*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE GONDOMAR

Aviso de contumácia n.º 21 456/97 — AP. — O Dr. José Manuel Mota Sousa Machado, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Gondomar, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, exarado nos autos de processo comum, singular, n.º 67/97 NUIPC 483/96.1TAGDMB, que correm termos pelo 2.º Juízo deste tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido José Joaquim Pinto Vasconcelos, filho de Viriato Joaquim Pinto de Vasconcelos e de Maria Alice Moreira da Fonseca, com última residência conhecida na Quinta da Teixeira, Lomba, Amarante, Porto, por ter cometido o crime de burla, previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1 do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. Tal declaração implica, para o arguido, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte, e licenças de uso e porte de arma e de pesca, cartas de caçador e condução de veículos automóveis, atestados de residência e outros administrativos e quaisquer outros documentos junto das repartições de finanças, conservatórias dos registos civil,

predial, comercial e de automóveis, serviços notariais, governo civil, câmaras municipais, juntas de freguesia, Direcção dos Serviços de Identificação Civil e Direcção-Geral de Viação ou efectuar quaisquer registos.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Mota Sousa Machado*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 457/97 — AP. — O Dr. José Manuel Mota Sousa Machado, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Gondomar, faz saber que, por despacho exarado nos autos de processo comum, singular, n.º 58/97 NUIPC 2038/96.1TAGDM-D, que correm termos pelo 2.º Juízo deste tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Adérito da Cunha Martins de Oliveira, filho de António Martins de Oliveira e de Maria Ramos da Cunha, com última residência conhecida na Rua da Professora Georgina Duarte, 114, rés-do-chão, esquerdo, Valbom, Gondomar, Porto, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1 do Código Penal revisto, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1 do Código de Processo Penal. Tal declaração implica, para o arguido, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte, e licenças de uso e porte de arma e de pesca, cartas de caçador e condução de veículos automóveis, atestados de residência e outros administrativos e quaisquer outros documentos junto das repartições de finanças, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, serviços notariais, governo civil, câmaras municipais, juntas de freguesia, Direcção dos Serviços de Identificação Civil e Direcção-Geral de Viação ou efectuar quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Mota Sousa Machado*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Aviso de contumácia n.º 21 458/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Carvalho Guimarães, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 974/96, pendentes neste 1.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Berta Cabral, divorciada, empregada industrial, nascida a 24 de Maio de 1928, na Bretanha, Ponta Delgada, Açores, filha de Manuel Tomé Cabral e de Maria da Glória Viveiros, titular do bilhete de identidade n.º 1143224, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de D. Manuel I, 21, 1.º, direito, Laranjeiro, Almada, por haver cometido dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi a mesma arguida declarada contumaz (artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6 do Código de Processo Penal). Tal declaração implica, para a arguida, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pela arguida após esta declaração, e a proibição de a arguida obter documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas pelo arguido após esta declaração (artigos 336.º, n.º 1, e 337.º, n.ºs 1 e 3, ambos do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Carvalho Guimarães*. — O Oficial de Justiça, *Zacarias Coelho Costa*.

Aviso de contumácia n.º 21 459/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Carvalho Guimarães, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 664/97, pendentes neste 1.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Francisco Constantino Spranger, solteiro, nascido a 5 de Maio de 1969, gerente comercial, com última residência conhecida na Rua do 25 de Abril, lote 20, 2.º, direito, Presa, Pontinha, Lisboa, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 218.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado contumaz (artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6 do Código de Pro-

cesso Penal. Tal declaração implica, para o arguido, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração, e a proibição de o arguido obter documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas pelo arguido após esta declaração (artigos 336.º, n.º 1, e 337.º, n.ºs 1 e 3, ambos do Código de Processo Penal).

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Carvalho Guimarães*. — O Oficial de Justiça, *Zacarias Coelho Costa*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Aviso de contumácia n.º 21 460/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 1548/94, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra o arguido José Duarte Leite Martins, casado, gerente industrial, nascido a 16 de Dezembro de 1962, na freguesia de São Torcato, concelho de Guimarães, filho de José Pereira Martins e de Ana da Silva Duarte, com última residência conhecida no lugar de Bons Ares, São Torcato, Guimarães, por despacho de 16 de Julho de 1997, este arguido foi declarado contumaz, por se encontrar indiciado pela prática em co-autoria material de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência aos artigos 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 461/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 1548/94, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra o arguido António Pereira Martins, casado, gerente industrial, nascido a 11 de Janeiro de 1950, na freguesia de São Torcato, concelho de Guimarães, filho de João da Silva Martins e de Teresa Fernandes Abreu Pereira, com última residência conhecida no lugar de Bons Ares, São Torcato, Guimarães, por despacho de 16 de Julho de 1997, este arguido foi declarado contumaz, por se encontrar indiciado pela prática em co-autoria material de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência aos artigos 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 462/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 949/97, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra o arguido José Manuel Morais da Silva, solteiro, desempregado, nascido a 23 de Setembro de 1970, na freguesia de Tagilde, concelho de Guimarães, filho de Francisco Vaz da Silva e de Maria Isaura Félix Morais, com última residência conhecida no lugar de Pociños, Tagilde, Guimarães, por despacho de 25 de Agosto de 1997, este arguido foi declarado contumaz, por se encontrar indiciado pela prática em co-autoria material de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alínea d), e 298.º,

n.º 2, do Código Penal de 1982, e de um crime de falsificação, previsto e punido pelo artigo 228.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, do Código Penal de 1982, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 463/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 449/96, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra o arguido Manuel Leite Ferreira, com última residência conhecida na Rua do Operário, 24, 1.º, Bairro do Babelo, Évora (não existem outros elementos de identificação), por despacho de 21 de Agosto de 1997, este arguido foi declarado contumaz, por se encontrar indiciado pela prática em co-autoria material de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, actualmente com referência ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, revisto pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, em vigor desde 1 de Outubro de 1995, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 464/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 1388/94, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra o arguido José Manuel Martins de Araújo, solteiro, serralheiro, nascido a 5 de Abril de 1962, na freguesia de Gondizalves, concelho de Braga, filho de Luís Manuel Martins de Araújo e de Maria da Conceição Martins da Costa, com última residência conhecida no lugar da Galinheira, Rua Dezassete, A, Aveleda, Braga, por despacho de 21 de Agosto de 1997, este arguido foi declarado contumaz, por se encontrar indiciado pela prática de um crime de tráfico de heroína, previsto e punido pelo artigo 25.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 465/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 818/93, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra o arguido Fausto de Lima Gonçalves, casado, vendedor, nascido a 31 de Maio de 1948, na freguesia de Urgeses, concelho de Guimarães, filho de Francisco Gonçalves e de Ermelinda de Lima, com última residência conhecida na Urbanização da Conceição, 4.º bloco, entrada 56, casa 51, Guimarães, por despacho de 21 de Agosto de 1997, este arguido foi declarado contumaz, por decisão de 24 de Fevereiro de 1995, condenado pela autoria de dois crimes, um de ofensas corporais por negligência e um por abandono de sinistrado, previstos e punidos, respectivamente pelos artigos 148.º, n.º 1, e 219.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, na pena de 12 meses de prisão e 130

dias de multa à taxa diária de 600 000\$, à qual corresponde em alternativa 86 dias de prisão, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 466/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 967/96, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra o arguido Rogério da Silva Fonseca, solteiro, trolha, nascido a 2 de Junho de 1973, na freguesia de Santa Eulália de Barrosas, concelho de Lousada, filho de Alexandre da Fonseca e de Conceição da Silva Leite, com última residência conhecida no lugar da Baixinha, Santa Eulália de Barrosas, Lousada, por despacho de 15 de Julho de 1997, este arguido foi declarado contumaz, por se encontrar indiciado pela prática de um crime de consumo de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 467/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 849/96, do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, pendentes neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público, neste 2.º Juízo, move contra a arguida Maria das Dores Macedo Oliveira, casada, operária fabril, nascida a 25 de Junho de 1972, na freguesia de Macieira de Lixa, concelho de Felgueiras, filha de António de Oliveira e de Rosa de Jesus Macedo, com última residência conhecida no lugar de Oleiros, Lagares, Felgueiras, por despacho de 15 de Julho de 1997, esta arguida foi declarada contumaz, por se encontrar indiciada pela prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 397.º do Código Penal de 1982, actualmente pelo artigo 355.º do Código Penal vigente, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; anulabilidade dos negócios jurídicos e natureza patrimonial celebrados após a declaração de contumácia, e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, bilhete de identidade e passaporte ou de efectuar qualquer registo e o arresto em todos os bens que sejam sua pertença.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão e Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Aviso de contumácia n.º 21 468/97 — AP. — A Dr.ª Maria Deolinda Gaudêncio Gomes Dionísio, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Guimarães, faz saber que, no processo comum, singular, n.º 909/96, a correr termos no 3.º Juízo, foi o arguido Humberto Carvalho Peniche, casado, encarregado, nascido a 24 de Agosto de 1936, em Alhandra, Vila Franca de Xira, portador do bilhete de identidade n.º 1186861, residente na Rua de 19 de Junho, 277, 4.º, esquerdo, J, Caldas das Taipas, Guimarães, por despacho de 24 de Outubro de 1997, e por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ele

celebrados após a presente declaração; a proibição de o mesmo, obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte, o certificado do registo criminal e quaisquer outros documentos, e de efectuar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando, ainda, vedado a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente ao arguido.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Deolinda Gaudêncio Gomes Dionísio*. — A Escrivã-Adjunta, *Helena Lopes*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LEIRIA

Aviso de contumácia n.º 21 469/97 — AP. — A Dr.ª Diana Paula Serpa Viana, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, no processo comum n.º 1071/96.8TBLRA, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Vítor Manuel Ferreira Duarte Piedade, divorciado, empresário, filho de Amílcar Duarte Piedade e de Maria Isabel Ferreira Ramos, nascido a 22 de Fevereiro de 1956, na Sé Nova, Coimbra, possuidor do bilhete de identidade n.º 4070052, com última residência conhecida na Rua da República, lote 344, 1.º, Fernão Ferro, Seixal, 2840 Seixal, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarada a sua contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Diana Paula Serpa Viana*. — A Oficial de Justiça, *Maria Helena Almeida Santos*.

Aviso de contumácia n.º 21 470/97 — AP. — A Dr.ª Diana Paula Serpa Viana, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, no processo comum n.º 716/95, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Idalina Celeste Pinho Oliveira, solteira, desempregada, filha de Joaquim de Jesus Oliveira e de Silvina Pereira de Pinho, nascida a 17 de Outubro de 1961, em Mafamude, Gaia, possuidora do bilhete de identidade n.º 58097784, com última residência conhecida na Rua de Santana, 174, rés-do-chão, Oliveira do Douro, 4400 Gaia, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarada a sua contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção da arguida; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Diana Paula Serpa Viana*. — A Oficial de Justiça, *Maria Helena Almeida Santos*.

Aviso de contumácia n.º 21 471/97 — AP. — A Dr.ª Diana Paula Serpa Viana, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, no processo comum n.º 1077/96.7TBLRA, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Adriano Rodrigues Neves, solteiro, praticante de pasteleiro, filho de Francisco Neves e de Deolinda Rodrigues, nascido a 18 de Janeiro de 1969, em Caranguejeira, Leiria, possuidor do bilhete de identidade n.º 9749154, com última residência conhecida na Rua de São Francisco, Souto do Meio, 2415 Caranguejeira, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea a), do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarada a sua contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Diana Paula Serpa Viana*. — A Oficial de Justiça, *Fernanda Casalinho*.

Aviso de contumácia n.º 21 472/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum com o n.º 500/92-1, pendentes neste 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, que o Ministério Público move contra a arguida Antonieta Gomes, casada, nascida a 25 de Dezembro de 1963, na República de Cabo Verde, filha de Ricardo Gomes, portadora do bilhete de identidade n.º 116107444, de 10 de Janeiro de 1990, residente na Quinta do Bispo, 47, 3.º, esquerdo, Marrazes, Leiria, pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada a cessação de contumácia determinada por despacho de 29 de Outubro de 1997.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 473/97 — AP. — A Dr.ª Diana Paula Serpa Viana, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, no processo comum n.º 664/95, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Luis Manuel da Silva Leite da Costa, casado, técnico de vendas, filho de Agostinho Adolfo da Cunha Leite da Costa e de Maria Isabel da Silva Leite da Costa, nascido a 12 de Maio de 1946, em Leiria, Leiria, possuidor do bilhete de identidade n.º 1574802, com última residência conhecida na Quinta do Bispo, lote 14, rés-do-chão, direito, Leiria, 2400 Leiria, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarada a sua contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Diana Paula Serpa Viana.* — A Oficial de Justiça, *Maria Helena Almeida Santos.*

Aviso de contumácia n.º 21 474/97 — AP. — A Dr.ª Diana Paula Serpa Viana, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, no processo comum n.º 700/95, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido José Maria Lopes Marques, viúvo, industrial, filho de Manuel Marques e de Violante de Jesus Lopes, nascido a 7 de Dezembro de 1942, em Seica, Ourém, possuidor do bilhete de identidade n.º 666224, de 18 de Janeiro de 1985, de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Duarte Pacheco Pereira, 61, 4.º, direito, Damaia, 2700 Amadora, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarada a sua contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Diana Paula Serpa Viana.* — A Oficial de Justiça, *Fernanda Casalinho.*

Aviso de contumácia n.º 21 475/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, foi proferido nos autos de processo comum com o n.º 223/96.5TBLRA, pendentes neste 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, que o Ministério Público move contra o arguido Pedro Alexandre Santos Carvalho, residente em Arrabalde da Ponte, sem número, Leiria, filho de Acácio da Silva Carvalho e de Maria Idalina de Jesus Santos Carvalho, nascido a 16 de Janeiro de 1974, no Campo Grande, Lisboa, possuidor do bilhete de identidade n.º 10538935, pelo crime previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi declarada a cessação de contumácia.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Diana Paula Serpa Viana.* — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena Almeida Santos.*

Aviso de contumácia n.º 21 476/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 662/95, do 1.º Juízo Crimi-

nal da Comarca de Leiria, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Fernando António Ribeiro Santos, solteiro, vendedor, nascido a 16 de Junho de 1966, em Valadares, Porto, filho de Jorge Alberto Gomes dos Santos e de Laura Branca Campos Ribeiro, portador do bilhete de identidade n.º 7821650, emitido a 25 de Maio de 1993, por Leiria, com última residência conhecida na Rua de João Pereira Venâncio, 125, 3.º, direito, em Leiria, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime de abuso de confiança, previsto e punido pelos artigos 300.º, n.º 2, alínea a), e 217.º ambos do Código Penal, foi, por despacho de 28 de Dezembro de 1997, declarada a contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 477/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 1031/96.9TBLRA, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Manuel Mendes Gago, casado, industrial, nascido a 17 de Novembro de 1936, em Milagres, Leiria, filho de José de Sousa Gago e de Teresa Mendes, portador do bilhete de identidade n.º 2638748, emitido a 4 de Novembro de 1993, por Lisboa, com última residência conhecida na Avenida do Marquês de Pombal, lote 2, 5.º, esquerdo, em Leiria, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º do Código Penal, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarada a contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 478/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 1388/94, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Manuel Mendes Gago, casado, industrial, nascido a 17 de Novembro de 1936, em Milagres, Leiria, filho de José de Sousa Gago e de Teresa Mendes, portador do bilhete de identidade n.º 693576-1, a 7 de Maio de 1991, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Avenida do Marquês de Pombal, lote 2, 5.º, esquerdo, em Leiria, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1 do Código Penal, foi, por despacho de 31 de Outubro de 1997, declarada a contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 479/97 — AP. — A Dr.ª Diana Paula Serpa Viana, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, no processo comum n.º 560/95, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Valério Lavos Marques, solteiro, servente de pedreiro, filho de João de Almeida Marques e de Maria Virgínia Lavos Pedrosa, nascido a 10 de Janeiro de 1975, em França, Leiria, com última residência conhecida na Rua da Polveira, 115, Outeiro da Fonte, Carvide, 2425 Monte Real, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c) e d), com referência ao artigo 198.º, todos do Código Penal, foi, por despacho de 9 de Julho de 1997, declarada a sua contumácia, com as seguintes implicações: suspensão dos termos deste processo até à apresentação ou detenção do arguido; anulabilidade dos negócios

jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a proibição de, por si, obter carta de condução, carta de caçador, passaporte, bilhete de identidade e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Diana Paula Serpa Viana*. — O Oficial de Justiça, *António Almeida*.

Aviso de contumácia n.º 21 480/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum com o n.º 337/95, pendentes neste 1.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, que o Ministério Público move contra o arguido Mário Nelson Cadima Henriques Conceição, solteiro, gerente comercial, nascido a 29 de Outubro de 1971, em Angola, filho de Mário Henriques Conceição e de Maria Eugénia Conceição, residente na Rua de Fernão Mendes Pinto, 92, em Pendão, Queluz, Sintra, pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia determinada por despacho de 31 de Outubro de 1997.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível*). — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*).

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LEIRIA

Aviso de contumácia n.º 21 481/97 — AP. — O Dr. António José Ramos, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 1471/93, a correr termos por este 2.º Juízo, em que é arguido António Joaquim dos Santos Silva Cardoso, com a última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 59-B, Maceirinha, Maceira, Leiria, filho de Narciso Filipe Cardoso e de Maria Glória Santos Silva, nascido a 11 de Junho de 1962, em Angola, titular do bilhete de identidade n.º 8070604, a 21 de Novembro de 1984, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, por haver cometido dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada cessada a contumácia, por despacho de 6 de Outubro de 1997, e declarado extinto o procedimento criminal, por efeito da prescrição.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António José Ramos*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Odete Gregório*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LEIRIA

Aviso de contumácia n.º 21 482/97 — AP. — A Dr.ª Maria Jorge Pacheco, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Leiria, faz saber que, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 246/94, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Vítor Rodrigues da Silva, casado, industrial, nascido a 24 de Março de 1960, na Marinha Grande, filho de António da Silva Pinto e de Maria Helena Rodrigues, portador do bilhete de identidade n.º 4452035, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua das Bicas, 25, Amieirinha, Marinha Grande, fica caducada a contumácia a que se refere a declaração publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 6 de Julho de 1995, uma vez que o arguido se apresentou em juízo.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Jorge Pacheco*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Lúcia de J. Costa*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 483/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Antunes Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 863/92.ISU, que o Ministério Público move contra o arguido João Luís Freire, filho de José Domingos Freire e de Rita Luís, natural da freguesia de Alvoço da Serra, concelho de Seia, Guarda, nascido a 5 de Dezembro de 1941, casado, de nacionalidade portuguesa, portador do bilhete de identidade n.º 1417431, de 16 de Maio de 1989, emitido pelo Arqui-

vo de Identificação de Lisboa, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, por despacho proferido a 29 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, por nos referidos autos ter sido declarado extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra o arguido.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 484/97 — AP. — Faz-se público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 6251/93.5JD.LSB, que o Ministério Público move contra o arguido Diamantino dos Santos Brito, nascido a 23 de Agosto de 1955, em Lisboa, filho de Mário Alves de Brito e de Maria Barreiro dos Santos, divorciado, residente na Rua de Alfredo Vitorino Costa, lote 6, 1.º, esquerdo, Alto da Casa Branca, Vale Figueira, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, por despacho proferido a 7 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, declara-se o arguido Diamantino dos Santos Brito contumaz. Os termos ulteriores do processo ficarão suspensos até à sua apresentação, caducando logo que o arguido se apresente, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e também a proibição de o arguido obter todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), e documento referente a veículo.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Simões*. — Pelo Escrivão-Adjunto, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 485/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum registados sob o n.º 17 646/92.IJD, que o Ministério Público move contra o arguido Nazário António Gomes Ferreira, solteiro, nascido a 12 de Junho de 1954, natural da Guiné-Bissau, filho de Egidio Clarimundo Ferreira e de Beatriz Gomes, residente na Rua da Nurta, Bairro do Barvel, Oliveira do Bairro, por despacho proferido a 30 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código Penal.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 486/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum registados sob o n.º 890/92.9PB.LSB, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Manuel Oliveira Carvalho Aguiar, casado, nascido a 30 de Abril de 1947, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, filho de Manuel Maria Carvalho e de Maria Nogueira Oliveira, residente na Rua de Albergaria dos Doze, 34, 2.º, esquerdo, Pombal, por despacho proferido a 9 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código Penal.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 487/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum registados sob o n.º 12 773/92.8JD, que o Ministério Público move contra o arguido Luís Filipe Neves Simões, casado, nascido a 13 de Abril de 1959, natural de Domes, Ferreira do Zêzere, filho de Maria das Neves, residente na Rua de Pedro Franco, 23, 3.º, esquerdo, por despacho pro-

ferido a 9 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código Penal.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 488/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum registados sob o n.º 915/92.8SF.LSB, que o Ministério Público move contra o arguido José Hélder Mendes Cunha, casado, nascido a 16 de Outubro de 1960, natural de Santa Justa, Lisboa, filho de José Augusto Cardoso e de Maria dos Anjos Nobre Mendes Cunha, residente na Rua da Choupinha, 8, rés-do-chão, Rio de Mouro, Sintra, por despacho proferido a 9 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código Penal.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 489/97 — AP. — Faz-se público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 1841/93.9PH, que o Ministério Público move contra a arguida Alda Maria Correia Gonçalves Matão, casada, nascida a 22 de Abril de 1962, natural de Almada, Setúbal, filha de Américo Santos Gonçalves e de Maria Regina Correia Gonçalves, residente na Rua de Miguel Nascente, 6, rés-do-chão-B, Matadouro, Pragal, Almada, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, por despacho proferido a 6 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, declara-se a arguida Alda Maria Correia Gonçalves Matão contumaz. Os termos ulteriores do processo ficarão suspensos até à sua apresentação, caducando logo que a arguida se apresente, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; tal declaração de contumácia implica para a arguida a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e também a proibição de a arguida obter todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), e documento referente a veículo.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Simões*. — Pelo Escrivão-Adjunto, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 490/97 — AP. — Faz-se público que, na 2.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum, com intervenção do juiz singular, registados sob o n.º 223/93.7P9, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos de Matos Ferreira Chaves, natural dos Anjos, Lisboa, filho de Joaquina Jacinta de Matos Ferreira Chaves e de Renato Mário Pinto Chaves, nascido a 21 de Março de 1933, titular do bilhete de identidade n.º 4892058, emitido por Lisboa, com última residência conhecida na Rua do Salvado, 4, 1.º, direito, 2675 Odivelas, Loures, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, e 314.º do Código Penal, nos quais, por despacho proferido a 27 de Outubro de 1997, foi o arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo de realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de, por si, obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Manuel Monteiro Amaro*. — O Escrivão-Adjunto, *Rui Laranjeira*.

Aviso de contumácia n.º 21 491/97 — AP. — Faz-se público que, na 2.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum, com intervenção do juiz singular, registados sob o n.º 701/93.8PB, que o Ministério Público move contra o arguido Rui Pereira Marques, natural de Oliveira do Hospital, Coimbra, filho de António Alves Marques e de Maria das Dores Pereira, nascido a 2 de Fevereiro de 1958, titular do bilhete de identidade n.º 33165, emitido por Lisboa, com última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 250-1, Casal dos Lages, Algueirão Velho, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, nos quais, por despacho proferido a 27 de Outubro de 1997, foi o arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo de realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de, por si, obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Manuel Monteiro Amaro*. — O Escrivão-Adjunto, *Rui Laranjeira*.

Aviso de contumácia n.º 21 492/97 — AP. — Faz-se público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 2237/94.OSV.LSB, que o Ministério Público move contra o arguido Vítor Manuel Fernandes Gameiro, filho de Clemente Manuel de Oliveira Gameiro e de Deonilde Baptista Fernandes Gameiro, natural de França, nascido a 20 de Janeiro de 1969, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12651275/2, emitido a 11 de Julho de 1994, pelo Centro de Identificação Civil e Criminal, com última residência conhecida na Rua do Paraíso, 8, vivenda Morgado, Bons Dias, Odivelas, Loures, por haver cometido um crime de ofensas corporais simples, previsto e punido, à data dos factos, pelo artigo 142.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, e actualmente pelo artigo 143.º, n.º 1 do referido diploma na sua versão actual, por despacho proferido a 27 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, declara-se o arguido Vítor Manuel Fernandes Gameiro contumaz. Os termos ulteriores do processo ficarão suspensos até à sua apresentação, caducando logo que o arguido se apresente, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e também a proibição de o arguido obter todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), bem como passaporte e documentos referentes a veículos automóveis.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 493/97 — AP. — Faz-se público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 2237/94.OSV.LSB, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Pedro Pereira dos Santos, filho de António Pereira dos Santos e de Adelaide Rosa Pereira, natural da freguesia de Serapicos, concelho de Valpaços, Vila Real, nascido a 4 de Fevereiro de 1968, casado, titular do bilhete de identidade n.º 8488831, emitido a 8 de Abril de 1991, com última residência conhecida na Rua F, lote 25, rés-do-chão, esquerdo, Bons Dias, Odivelas, Loures, por haver cometido um crime de ofensas corporais simples (a título de cumplicidade, artigo 27.º do Código Penal), previsto e punido, à data dos factos, pelo artigo 142.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, e actualmente pelo artigo 143.º, n.º 1 do referido diploma na sua versão actual, por despacho proferido a 27 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, declara-se o arguido Carlos Pedro Pereira dos Santos contumaz. Os termos ulteriores do processo ficarão suspensos até à sua apresentação, caducando logo

que o arguido se apresente, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e também a proibição de o arguido obter todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), bem como passaporte e documentos referentes a veículos automóveis.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 494/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Antunes Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 8/92.8PG-LSB, que o Ministério Público move contra a arguida Maria de Fátima Guerreiro Aleixo Barão, nascida a 2 de Outubro de 1964, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filha de José Joaquim Guerreiro e de Joaquina Maria da Conceição, residente na Rua do 25 de Abril, 17, 2.º, direito, Bairro Santiago, Camarate, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1 do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, por nos referidos autos a arguida se ter apresentado em juízo e se mostrar notificada da data designada para julgamento.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Costa Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 495/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Antunes Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 685/93.2JD-LSB, que o Ministério Público move contra o arguido António Fernando Monteiro Viana, nascido a 1 de Maio de 1964, em Luanda, casado, agente difusor, filho de Fernando António Zacarias Viana e de Júlia Teixeira Monteiro Viana, com última residência conhecida na Rua da Vila Carlos Costa, 8, 1.º, São Julião da Barra, Oeiras, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, por despacho proferido a 29 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, por nos referidos autos ter sido declarado extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra o arguido.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Costa Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 496/97 — AP. — Faz-se público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 603/93.8PT-LSB que o Ministério Público move contra o arguido Jorge Manuel de Jesus Cenáculo, divorciado, nascido a 25 de Setembro de 1944, natural de Lisboa, filho de Manuel Correia Cenáculo e de Emília de Jesus Correia, residente em Terraços do Mar, loja 64, Vilamoura, Albufeira, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, conjugados com os artigos 28.º e 29.º da Lei Uniforme sobre Cheques, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, declara-se o arguido Jorge Manuel de Jesus Cenáculo contumaz. Os termos ulteriores do processo ficarão suspensos até à sua apresentação, caducando logo que o arguido se apresente, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e também a proibição de o arguido obter todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), e documento referente a veículo.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — Pelo Escrivão-Adjunto, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 497/97 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Grandvaux Barbosa, juíza de direito da 3.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 4295/96.4JDLSB (143/97), no qual é arguido João Godinho Calunga, nascido a 21 de Junho de 1968, natural de Angola, filho de Adriano Calunga e de Sara João, portador do bilhete de identidade n.º 16156353, de 23 de Março de 1994, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Teófilo Lopes Constantino, 14, rés-do-chão, Sacavém, acusado pelo Ministério Público da prática de um crime previsto e punido pelo artigo 261.º do Código Penal, foi, o mesmo, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: os ulteriores termos do processo ficarão suspensos até à apresentação do arguido, caduando logo que este se apresente (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e, nos termos do artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração. De acordo com o disposto pelo n.º 3 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, foi decretada a proibição de o arguido obter bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões ou registos junto das autoridades públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Grandvaux Barbosa*. — A Escrivã-Adjunta, *Lucília Coelho*.

Aviso de contumácia n.º 21 498/97 — AP. — Faz-se público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 42 284/90.0TD, que o Ministério Público move contra o arguido Plácido Dias do Souto, nascido a 8 de Junho de 1918, natural de Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, filho de Domingos do Souto e de Custódia Maria Dias, residente na Avenida do Lago, fracção 10, 7.º, direito, Monte Estoril, Cascais, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, alínea c), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, com a redacção do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, por despacho proferido a 9 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, declara-se o arguido Plácido Dias do Souto contumaz. Os termos ulteriores do processo ficarão suspensos até à sua apresentação, caducando logo que o arguido se apresente, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e também a proibição de o arguido obter todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), e documento referente a veículo.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — Pelo Escrivão-Adjunto, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 499/97 — AP. — Faz-se público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, correm termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 7254/93.5TD, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Pereira Barros, filho de Henrique Pereira Barros e de Maria do Céu António Feijó, natural de Luanda, Angola, nascido a 24 de Abril de 1975, solteiro, titular do passaporte da República Popular de Cabo Verde G-030293, com última residência conhecida na Quinta da Corticeira, lote 21, 2.º-C, Santo António dos Cavaleiros, Loures, por haver cometido um crime de uso de documento falso, previsto e punido, pelo artigo 228.º, n.ºs 1, alínea c), e 2, do Código Penal de 1982, e actualmente pelo artigo 256.º, n.ºs 1, alínea c), e 3, do Código Penal de 1995, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, nos autos acima referidos, declara-se o arguido Paulo Pereira Barros contumaz. Os termos ulteriores do processo ficarão suspensos até à sua apresentação, caducando logo que o arguido se apresente, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e também a proibição de o arguido obter todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), bem como passaporte e documentos referentes a veículos automóveis.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 500/97 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Grandvaux Barbosa, juíza de direito da 3.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 13 884/92.5TDLB (616/95), que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Alberto Narciso Miranda, casado, nascido a 3 de Março de 1964, natural de São Lourenço, Portalegre, filho de José Joaquim Miranda Pedro e de Georgina Leocádio Narciso Pedro, portador do bilhete de identidade n.º 6955855-8, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Avenida do Brasil, lote C, 17, 1.º, frente, Falagueira, Amadora, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982 e, actualmente, pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, foi, por despacho de 31 de Outubro de 1997, declarado cessado o estado de contumácia, dado que, nos termos dos artigos 117.º, n.º 1, alínea c), e 118.º, n.º 1, ambos do Código Penal de 1982, foi declarado extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra o arguido.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Grandvaux Barbosa*. — A Escrivã-Adjunta, *Lucília Coelho*.

Aviso de contumácia n.º 21 501/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Antunes Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 434/93.5PB-LSB, que o Ministério Público move contra o arguido João Gaspar Rodrigues Ramos, nascido a 16 de Agosto de 1966, em Carvalhais, São Pedro do Sul, solteiro, técnico de telefones, filho de António de Almeida Ramos e de Adelaide Rodrigues, com última residência conhecida na Rua do Trabalhador, 51, Pátio, Baixa da Banheira, Barreiro, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, por despacho proferido a 3 de Novembro de 1997, nos autos acima referidos, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, por nos referidos autos ter sido declarado extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra o arguido.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Costa Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 502/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Antunes Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 19 477/92.0JD-LSB, que o Ministério Público move contra a arguida Maria João Laranjeira Conde Chula, nascida a 31 de Janeiro de 1949, na Sé, Faro, casada, enfermeira, filha de Bernardino Conde e de Camila dos Santos Laranjeira, com última residência conhecida na Rua de Neudel, lote C-9, 2.º, esquerdo, Damaia, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, por despacho proferido a 3 de Novembro de 1997, nos autos acima referidos, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, por nos referidos autos ter sido declarado extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra a arguida.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Costa Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 503/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum registados sob o n.º 11 986/92.7JD, que o Ministério Público move contra o arguido Steve Baes, actor, nascido a 10 de Agosto de 1938, natural do Canadá, de nacionalidade canadiana, residente na Rua da Bela Vista, à Graça, 114-116, 3.º, em Lisboa, por despacho proferido a 10 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código Penal.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Jesus Amaral*.

Aviso de contumácia n.º 21 504/97 — AP. — A Dr.ª Maria José Antunes Simões, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Cri-

minal da Comarca de Lisboa, faz público que, na 1.ª Secção do 1.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum (com intervenção do juiz singular), registados sob o n.º 1424/92.0PK-LSB, que o Ministério Público move contra o arguido Rui Damião Baptista Pereira, nascido a 29 de Maio de 1970, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Amândio Damião Pereira e de Maria Emília Carreira Baptista Pereira, com última residência conhecida na Quinta da Letrada, 26-B, Lisboa, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, por despacho proferido a 4 de Novembro de 1997, nos autos acima referidos, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, por nos referidos autos ter sido declarado extinto, por prescrição, o procedimento criminal contra o arguido.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Paula Costa Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 505/97 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Grandvaux Barbosa, juíza de direito da 3.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 838/93.3TLLSB (541/93), que o Ministério Público move contra o arguido José Armindo Fonseca da Silva, casado, nascido a 11 de Julho de 1958, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Armindo Henriques da Silva e de Berta Maria da Fonseca Silva, portador do bilhete de identidade n.º 5037715, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Urbanização do Infantado, lote 9-B, Loures, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, e hoje artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal vigente, foi, por despacho de 4 de Novembro de 1997, declarado cessado o estado de contumácia, por prescrição.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Grandvaux Barbosa*. — A Escrivã-Adjunta, *Lucília Coelho*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 506/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 210/97, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Jorge Lopes Rocha, filho de Virgílio Inácio Rocha e de Maria do Carmo Lampreia Lopes Rocha, nascido a 5 de Fevereiro de 1973, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, solteiro, com última residência conhecida na Rua de Amílcar Buissa, lote 50, rés-do-chão, esquerdo, em São João da Talha, por se encontrar acusado de ter cometido um crime e burla, previsto e punido à data, pelo artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do citado Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo mesmo após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

8 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 507/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 14/97, que o Ministério Público move contra o arguido José Joaquim Flores Caetano, filho de Mário da Costa Caetano e de Gracinda da Silva Flores Caetano, nascido a 19 de Abril de 1948,

em Almada, casado, e Perpétua Correia Clemente, filha de Estêvão Nunes Clemente e de Felicidade Veríssimo Correia, nascida a 25 de Dezembro de 1945, em Sarihos Grandes, Montijo, divorciada, portadora do bilhete de identidade n.º 1349498, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ambos com última residência conhecida na Rua do Desvio, 2, Outerinho, Ericeira, por se encontrarem acusados de terem cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência à data, pelo artigo 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, são os mesmos declarados contumazes, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que os arguidos se apresentem em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação dos arguidos, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do citado Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelos mesmos após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de os arguidos obterem ou renovarem o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuarem quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

8 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 508/97 — AP. — A Dr.ª juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 281/97, que o Ministério Público move contra a arguida Andreia Maria de Oliveira Pinho, nascida a 12 de Janeiro de 1971, em Vialonga, Vila Franca de Xira, solteira, filha de José Pinho Branco Grosso e de Maria Adeline de Oliveira Lopes Pinho, portadora do bilhete de identidade n.º 9886611, emitido a 13 de Fevereiro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Travessa da Horta Návia, 40, rés-do-chão, esquerdo, Prazeres, Lisboa, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 314.º, alínea a), do Código Penal de 1982, é a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela mesma após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de a arguida obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

9 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível*.) — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 509/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 549/95, que o Ministério Público move contra o arguido Braima Candé, nascido a 20 de Janeiro de 1951, na Guiné-Bissau, filho de Abílio Candé e de Tchapa Balde, com última residência conhecida no Beco Vila Nova, 3, Alto Cova da Moura, Buraca, Amadora, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 314.º, alínea a), do Código Penal, foi, por despacho de 8 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 12 de Abril de 1996, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 4 de Julho de 1996.

9 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 510/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 391/95, que o Ministério Público move contra a arguida Alice Maria Pereira Saraiva, divorciada, nascida a 22 de Maio de 1947, em Godim, Peso da Régua, filha de João Saraiva e de Elvira da Conceição Pereira, portadora do bilhete de identidade n.º 855543-5, com última residência conhecida na Rua do Cardal de São José, 77, rés-do-chão, 1100 Lisboa, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 8 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 29 de Maio de 1996, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 19 de Agosto de 1996.

10 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 511/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 7/95, que o Ministério Público move contra a arguida Hélia Maria Rocha de Campos, casada, filha de Inácia da Conceição Santos Rocha, portadora do bilhete de identidade n.º 148354614, com última residência conhecida em Ferreiras, Albufeira, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004 de 12 de Janeiro de 1927, e actualmente pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, foi, por despacho de 8 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 20 de Dezembro de 1995, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 11 de Abril de 1996.

10 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 512/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 442/94, que o Ministério Público move contra o arguido Joaquim Ferreira Castro Braz, casado, nascido a 10 de Setembro de 1952, em Campanhã, Porto, filho de João de Castro Maria Braz e de Laurinda Ferreira dos Santos, portador do bilhete de identidade n.º 3145279-5, e com última residência conhecida na Rua de Júlio Dinis, 125, 2.º, esquerdo, Ermesinde, por haver cometido dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelos artigos 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e actualmente pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 314.º, alínea a), do Código Penal, foi, por despacho de 9 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 24 de Janeiro de 1996, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 4 de Abril de 1996.

10 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 513/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 1219/92.1PS, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Joaquina Soares Cardim Santos, casada, filha de Carlos Roma Cardim e de Aliete de Jesus dos Mártires Soares, nascida a 23 de Abril de 1955, em Torrão, Alcácer do Sal, portadora do bilhete de identidade n.º 5516398, emitido a 28 de Maio de 1991, com última residência conhecida na Avenida de Afonso de Albuquerque, 13, em Alhandra, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, à data, e actualmente pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 8 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 18 de Junho de 1996, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 191, de 19 de Agosto de 1996.

10 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 514/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 4/97, que o Ministério Público move contra o arguido Caramo Mamadu Mané, solteiro, ajudante de electricista, nascido a 12 de Dezembro de 1971, na Guiné, filho de Manuel Mané e de Isabel Maimuna Sanhá, titular do passaporte D-001522, emitido a 8 de Janeiro de 1992, na Guiné-Bissau, e com última residência conhecida na Rua do Prof. Pedro Coelho, lote 31, 23, 7.º, direito, Lisboa, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de uso de documento de identificação alheio e um crime de burla para obtenção de transporte, previstos e punidos, à data, pelos artigos 261.º e 220.º, n.º 1, alínea c), do Código Penal de 1995, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo mesmo após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

13 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 515/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 248/97, que o Ministério Público move contra o arguido António Proença Moreira, filho de Jaime de Araújo do Espírito Santo Moreira e de Alice do Rosário Castanheira Proença, nascido a 15 de Dezembro de 1966, em França, solteiro, portador do bilhete de identidade n.º 10183894, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de D. João de Castro, 76, 2.º, frente, Quinta da Lomba, Barreiro, por se encontrar acusado de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo mesmo após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

16 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 516/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 139/95, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Salomé Lopes Teixeira da Costa, casada, nascida a 28 de Julho de 1967, na freguesia de São Nicolau, concelho de Lisboa, filha de Fernando Manuel Pinto Teixeira e de Domingas Saraiva Lopes Teixeira, portadora do bilhete de identidade n.º 8179749, e com última residência conhecida na Rua de Sebastião Lopes, 1, 2.º, B, Quinta dos Álamos, Laranjeiro, Almada, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e actualmente pelo artigo 11.º,

n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º, alínea a), do Código Penal, foi, por despacho de 15 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 19 de Março de 1997, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 11 de Julho de 1997.

16 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 517/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 517/94, que o Ministério Público move contra a arguida Maria de Fátima Jesus Ferreira, filha de Justiniano de Jesus Ferreira Matias e de Orlanda de Jesus Ferreira, natural do Montijo, nascida a 12 de Setembro de 1964, solteira, doméstica, titular do bilhete de identidade n.º 10482042, emitido a 4 de Abril de 1990, em Lisboa, e com última residência conhecida na Rua do Pinheiro Manso, 16, Dominguito, Covilhã, por haver cometido o crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, foi, por despacho de 16 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 6 de Fevereiro de 1995, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 27 de Abril de 1995.

17 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 518/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 56/96, que o Ministério Público move contra o arguido António José Farinha, filho de António Farinha e de Maria Custódia Farinha, nascido a 21 de Janeiro de 1949, em Ermida, Sertã, Castelo Branco, portador do bilhete de identidade n.º 4146356, emitido a 8 de Abril de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, casado, com última residência conhecida na Rua dos Oleiros, 1, 2.º, esquerdo, na Sertã, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido, à data, pelos artigos 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e actualmente pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 15 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 11 de Julho de 1997.

17 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 519/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 264/90, pendente nesta comarca contra o arguido Heitor Joaquim Lopes, casado, comerciante, nascido a 24 de Abril de 1958, em Torre de Moncorvo, Bragança, filho de Heitor Manuel Lopes e de Ana Maria Murça Oliveira, portador do bilhete de identidade n.º 7272210, e com última residência conhecida na Rua de São Miguel, vivenda Maria Martins, Casal Novo, Caneças, Malveira, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, à data, foi por despacho de 15 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 26 de Novembro de 1991, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 20 de Fevereiro de 1992.

17 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Fernandes Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 520/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 615/95, que o Ministério Público move contra o arguido António Manuel Murta Nobre, casado, filho de Joaquim Luís Nobre e de Armada Aurora Murta, nascido a 11 de Março de 1952, na freguesia e concelho de Redondo, Évora, portador do bilhete de identidade n.º 4738513-8, emitido a 13 de Novembro de 1990, e com última residência conhecida em Pego, Abrantes, por se encontrar acusado de ter cometido dois crimes de emissão de cheque sem provi-

são, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 17 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 10 de Outubro de 1996, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 10 de Fevereiro de 1997.

20 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 521/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 191/96, que o Ministério Público move contra a arguida Maria de Fátima Ferraz Pestana, casada, nascida a 13 de Novembro de 1957, em São Roque, Funchal, filha de Guilherme Pestana e de Fernanda dos Reis Ferraz, portadora do bilhete de identidade n.º 6699655, com última residência conhecida no sítio da Casa Caída, freguesia do Estreito da Câmara de Lobos, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, e actualmente pelo artigo 217.º do Código Penal de 1995, foi, por despacho de 18 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 20 de Novembro de 1996, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 10 de Fevereiro de 1997.

20 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 522/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 481/94, que o Ministério Público move contra o arguido José Luís Garcia Garcia, de nacionalidade espanhola, filho de Seguro e de Pastora, nascido a 3 de Junho de 1940, em Ferue, Pontevedra, divorciado, desenhador, titular do bilhete de identidade n.º 35922346, emitido em Espanha, e com última residência conhecida na Calçada de São Francisco, 7, 2.º, em Lisboa, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e actualmente pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, foi, por despacho de 16 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 8 de Março de 1995, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 18 de Maio de 1995.

20 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 523/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria Fernandes Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 552/96, que o Ministério Público move contra o arguido António José Claudino Soto Maior Moreira, casado, nascido a 26 de Março de 1956, em Moçambique, filho de Joaquim Lopes Moreira e de Amábelia Soto Maior Moreira, titular do bilhete de identidade n.º 4726863-8, e com última residência conhecida na Rua de Santos Lima, 28, 5.º, C. Maximinos, Braga, por se encontrar acusado de ter cometido três crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, e actualmente pelo artigo 217.º do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º, n.ºs 1, 2 e 3 do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo mesmo após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, nota-

riado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

21 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Fernandes Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 524/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 25/95, que o Ministério Público move contra a arguida Delmira Ester Teixeira Rocha, solteira, nascida a 22 de Julho de 1964, em Sanfins do Douro, Alijó, Vila Real, filha de António Manuel da Silva Rocha e de Maria das Dores Teixeira, portadora do bilhete de identidade n.º 9990411, e com última residência conhecida na Rua R, 8, Bairro da Musgueira Sul, 1750 Lisboa, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, foi, por despacho de 17 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 28 de Novembro de 1995, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 102, de 2 de Maio de 1996.

21 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 525/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 296/97, que o Ministério Público move contra a arguida Glória Eunice de Jesus Van-Deste, filha de Jorge Adolfo Van-Deste e de Glória de Jesus Van-Deste, nascida a 11 de Janeiro de 1957, em Angola, solteira, com última residência conhecida na Rua dos Lustadas, 5, cave, loja 31, Lisboa, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de ofensas corporais simples, previsto e punido, à data, pelo artigo 142.º do Código Penal de 1982, é a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela mesma após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de a arguida obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

22 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 526/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 428/90, que o Ministério Público move contra a arguida Adelina Ramada Franco Baltazar, filha de Octávio Fernandes Franco e de Maria Fernanda Ramada, nascida a 6 de Outubro de 1946, em Almada, casada, portadora do bilhete de identidade n.º 1256319, passado pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Estrada de A-da-Maia, 20, 5.º, esquerdo, em Lisboa, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, alíneas a) e c), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, na sua actual redacção, é a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela mesma após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de

Processo Penal), e proibição de a arguida obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

22 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 527/97 — AP. — A Dr.ª juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 269/97, que o Ministério Público move contra a arguida Nazaré Almeida Santos Almeida, nascida a 12 de Junho de 1936, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, viúva, filha de Manuel Rocha Santos e de Ana da Conceição Santos, portadora do bilhete de identidade n.º 337449, emitido a 6 de Julho de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no Casal do Torrão, 22, Costa de Caparica, Almada, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 314.º, alínea a), do Código Penal de 1982, é a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela mesma após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de a arguida obter ou renovar o bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

23 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível*.) — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 528/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 495/92.4A, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Manuel da Silva Fernandes, casado, industrial, nascido a 26 de Dezembro de 1953, na freguesia de São João, concelho de Abrantes, filho de José Fernandes e de Maria Idalina da Silva, portador do bilhete de identidade n.º 4566483, com última residência conhecida na Rua do 9 de Abril, 37, 1.º, na Amadora, por se encontrar acusado de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e actualmente pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 22 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 19 de Outubro de 1993, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 289, de 13 de Dezembro de 1993.

23 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 529/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria F. Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 513/95, que o Ministério Público move contra o arguido António Simões Teixeira, filho de António Teixeira e de Ester Simões, natural da Sertã, Castelo Branco, nascido a 28 de Março de 1938, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 4140830, emitido em Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Dias Coelho, lote 935, rés-do-chão, na Amadora, por haver cometido o crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, foi, por despacho de 21 de Outubro de 1997, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 8 de Março

de 1995, e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 18 de Maio de 1995.

23 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria F. Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 530/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria Fernandes Grácio A. Alves, juíza de direito desta 3.ª Secção deste 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 314/97, que o Ministério Público move contra a arguida Francisca Deodato Ferreira, solteira, empregada de escritório, nascida a 14 de Janeiro de 1963, em Ota, Alenquer, Lisboa, filha de António Luís Ferreira e de Adelina Luísa Deodato, titular do bilhete de identidade n.º 7018634-0, e com última residência conhecida na Rua da Aldeia, 13, Ota, Alenquer, Lisboa, por se encontrar acusada de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, e actualmente pelo artigo 217.º do Código Penal de 1995, foi a mesma declarada contumaz, nos termos do artigo 335.º, n.ºs 1, 2 e 3 do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo mesmo após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de a arguida obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Fernandes Grácio A. Alves*. — O Funcionário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 531/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 14 259/95.0JDLSB, pendente neste 2.º Juízo, contra o arguido Hermes Pinto Soares da Costa, nascido a 31 de Maio de 1974, natural de Angola, filho de Bartolomeu António da Costa e de Engrácia Pinto da Silva Costa, com última residência conhecida na Rua do Padre António Vieira, lote 5, 1.º, direito, Póvoa de Santo Adrião, Loures, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelo artigo 235.º, n.ºs 1 e 3, do Código Penal de 1982, e actualmente pelo artigo 261.º do Código Penal, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 532/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 2212/92.0PRLSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Mário Nunes Farinha, casado, nascido a 29 de Março de 1958, em Castelo Branco, filho de Ângelo Farinha e de Ângela Nunes Alves, e com última residência conhecida na Rua Londrina, 1.º, direito, em Proença-a-Nova, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e

punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 533/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 76 009/90.5TDLSB, pendente neste 2.º Juízo, contra o arguido António Ramos Pontes Vilela, nascido a 17 de Dezembro de 1967, natural de Alcântara, Lisboa, filho de Luís Pontes Vilela e de Irene Gomes Ramos Vilela, portador do bilhete de identidade n.º 99775853, com última morada conhecida na Rua da Cidade da Beira, 83, 9.º, frente, Olivais Sul, Lisboa, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 534/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 10 041/93.7TDLSB, pendente neste 2.º Juízo, contra o arguido Manuel Francisco da Silva Cascalho, nascido a 28 de Abril de 1948, natural da Sé, Évora, filho de Nicolau Francisco Cascalho e de Lídia Rio da Silva, portador do bilhete de identidade n.º 05049797-9, com última morada conhecida na Rua H, lote 12, Bairro da Milharada, Pontinha, Lisboa, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 535/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 9732/93.7TDLSB, pendente neste 2.º Juízo, contra o arguido Lunguila Caila João Lala, solteiro, manobrador, nascido a 24 de Abril de 1969, em Angola, filho de Lunguila Caila Pedro e de Ngudi Cama Elena, e com última residência conhecida na Cidade Nova, Edifício 27-28, 2.º, B, Santo António dos Cavaleiros, Loures, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 536/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 524/89, que o Ministério Público move contra o arguido José Samsharali Rentula, casado, nascido a 1 de Junho de 1954, em Moçambique, filho de Samcherali Rentula e de Serbano Juma, e com última residência conhecida na Rua da República Peruana, lote A, traseiras, Benficha, Lisboa, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi ao arguido, por despacho de 29 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 287, de 14 de Dezembro de 1990.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 537/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 3567/93.4JDLSB, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Alice dos Santos Teixeira e Costa, casada, nascida a 12 de Outubro de 1933, no Socorro, Lisboa, filha de Artur da Conceição Teixeira e de Filomena dos Santos, e com última residência conhecida na Rua do General Garcês Lencastre, 283, São Pedro do Estoril, Cascais, a qual se encontrava acusada pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 29 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho de 1997.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 538/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 2180/92.8SVLSB, que o Ministério Público move contra o arguido José António Parreira Cruz, viúvo, comerciante, nascido a 11 de Fevereiro de 1949, em Portimão, filho de António Telo Parreira Cruz e de Maria da Conceição Marques, e com última residência conhecida na Rua da Rampa, 6, em Sines, Setúbal, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei

n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 9 de Abril de 1996.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 539/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 252/93.0JDLSB, que o Ministério Público move contra o arguido António Jorge Sarriá Guimarães de Vasconcelos, casado, promotor imobiliário, nascido a 20 de Agosto de 1949, em Bonfim, Porto, filho de António Augusto Machado e Vasconcelos e de Maria Manuela Machado Sarriá de Abreu Guimarães de Vasconcelos, e residente na Quinta da Piedade, lote 75, 6.º, C, na Póvoa de Santa Iria, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 28 de Agosto de 1996.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 540/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 13 682/91.3TDLSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António Maria Almeida Lopes, casado, nascido a 23 de Junho de 1963, em Avanca, Estarreja, Aveiro, filho de António Orlando Lopes da Silva e de Madalena Tavares de Almeida, portador do bilhete de identidade n.º 6637531, e com última residência conhecida na Rua do Tenente-Coronel Vaz Monteiro, 29, em Estarreja, Aveiro, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 541/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 13 407/92.6TDLSB, que o Ministério Público move contra a arguida Cidália Maria Andrez Palhinhas Martins, viúva, doméstica, nascida a 20 de Setembro de 1953, em Portimão, filha de Jerónimo José Palhinhas e de Helena Maria Andrez, e com última residência conhecida na Rua de Bento de Jesus Caraça, 13, apartamento 404, em Portimão, a qual se encontrava acusada pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 31 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 15 de Julho de 1997.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 542/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 330/93.6SULSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido João Gualberto Semedo, casado, nascido a 12 de Setembro de 1954, em Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, filho de Vítor Semedo Moreno e de mãe incógnita, e com última residência conhecida na Travessa de António Aleixo, lote 15, 2.º, esquerdo, no Foguetreiro, Almada, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 543/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 1727/95.2SPLSB, que o Ministério Público move contra o arguido José Joaquim Quitério Moutinho, nascido a 3 de Dezembro de 1944, natural de Samões, Vila Flor, filho de João Francisco Moutinho e de Maria do Céu Quitério, com última residência conhecida na Rua de Adriano Correia de Oliveira, lote 45, 5.º, direito, Amadora, o qual se encontrava acusado pelo crime de ofensas corporais, foi ao arguido, por despacho de 31 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 11 de Julho de 1997.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — A Escrivã-Adjunta, *Rosa Maria da Costa Freitas*.

Aviso de contumácia n.º 21 544/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 100/93.1PGLSB, que o Ministério Público move contra o arguido Braima Cande, solteiro, pedreiro, nascido na Guiné-Bissau, a 20 de Janeiro de 1942, filho de Abibo Cande e de Tchapa Baldé, e com última residência conhecida em Belo da Vila Nova, 3, rés-do-chão, direito, Alto da Cova da Moura, Amadora, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi ao arguido, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 30 de Janeiro de 1997.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 545/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 11 991/92.3TDLSB, que o Ministério Público move contra a arguida Margarida Mora Torres Garcia Pires, casada, gerente comercial, nascida a 19 de Julho de 1960, e com última residência conhecida na Rua da Cidade da Beira, 3, 3.º, esquerdo, em Lisboa, a qual se encontrava acusada pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do

Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 161, de 15 de Julho de 1997.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 546/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 658/93.5PBLB, que o Ministério Público move contra o arguido José Fernando Gonçalves Martins, casado, nascido a 26 de Julho de 1965, em Santa Justa, Lisboa, filho de José Henrique Martins Manhoso e de Aurora Maria Veloso Gonçalves, e com última residência conhecida na Rua do Comandante Germano Dias, 1, 8.º, A, em Oeiras, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi ao arguido, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 2 de Setembro de 1997.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 547/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 2103/93.7PRLB, pendente neste 2.º Juízo, contra o arguido António do Carmo Ricardo Alambre, nascido a 27 de Junho de 1950, natural de Albufeira, filho de Joaquim do Carmo Alambre e de Rosa do Carmo Ricardo, comerciante, portador do bilhete de identidade n.º 4768117, com última residência conhecida na Rua do Movimento das Forças Armadas, 115-A, Albufeira, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 548/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 1545/93.2TDLSB, pendente neste 2.º Juízo, contra o arguido Rui Jorge Nazareth Santos, natural de Nova Lisboa, Angola, nascido a 29 de Julho de 1967, filho de Maria Juventina Nazareth dos Santos, empregado de hipermercado, portador do bilhete de identidade n.º 9045311, com última residência conhecida no Bairro Novo da Câmara, Alcoitão, Alcabideche, por se encontrar acusado da prática do crime previsto e punido pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal),

e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 549/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 12 613/92.8TDLSB, que o Ministério Público move contra o arguido José Joaquim Flores Caetano, casado, nascido a 27 de Julho de 1948, em Lisboa, filho de Mário da Costa Caetano e de Gracinda Caetano, e com última residência conhecida na Rua do Desvio, Outeirinho, Ericeira, Mafra, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi ao arguido, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 28 de Agosto de 1996.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 550/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 12 613/92.8TDLSB, que o Ministério Público move contra a arguida Perpétua Correia Clemente, divorciada, nascida em Lisboa, filha de Estêvão Clemente e de Felicidade Clemente, titular do bilhete de identidade n.º 1349498, e com última residência conhecida na Rua do Desvio, Outeirinho, Ericeira, Mafra, a qual se encontrava acusada pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 28 de Agosto de 1996.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 551/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 9067/92.2JDLSB, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Teresa Lopes dos Santos Amaral, solteira, nascida a 18 de Outubro de 1965, em Peso da Régua, filha de José dos Santos Amaral e de Maria da Luz Lopes Fernandes Amaral, e com última residência conhecida na Rua de D. Sancho I, 5, rés-do-chão, esquerdo, em Almada, a qual se encontrava acusada pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 61, de 13 de Março de 1997.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 552/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 4844/93.0JDLSB, que o Ministério Público move contra o arguido Quintino Coro Sambu, solteiro, nascido na Guiné-Bissau, a 3 de Maio de 1969, filho de Coro Sambu e de Quiti Sambu, de nacionalidade portuguesa, e com última residência conhecida na Rua de Paulo Reis Gil, 11, 1.º, direito, em Queluz, Sintra, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão.

previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi ao arguido, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 1996.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 553/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 50/93.1TDLSB, que o Ministério Público move contra o arguido Miguel João da Fonseca, casado, nascido em Bombaim, Índia, a 6 de Maio de 1953, filho de João Mariano da Fonseca e de Joice Marie Esperance da Fonseca, e com última residência conhecida na Rua das Antas, lote E, rés-do-chão, esquerdo, em Oeiras, o qual se encontrava acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi ao arguido, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 2 de Setembro de 1997.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 554/97 — AP. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 2.º Juízo, nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 68/93.4SOLSB, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Joaquina Antunes Martins Pinto, casada, nascida a 13 de Março de 1965, em Alter do Chão, filha de João Martins Rolão e de Maria d'Alegria Antunes Pedrógão, e com última residência conhecida na Rua de Santa Maria, lote 5, 1.º, esquerdo, em Casal de Cambra, Belas, Sintra, a qual se encontrava acusada pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi à arguida, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3 e 337.º do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 10 de Setembro de 1997.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — O Escrivão-Adjunto, *João António de Jesus Grilo*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 555/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 314/97 (8565/93.5JD.LSB), pendente neste 3.º Juízo, contra o arguido Rui Pedro Pires da Costa Simões, filho de António Manuel Alves da Costa Simões e de Maria da Conceição Baptista Pires da Costa Simões, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, nascido a 11 de Maio de 1974, portador do bilhete de identidade n.º 1037845, e com última residência conhecida na Avenida de Pamgim, 18, 3.º, direito, Reboleira, Amadora, e actualmente em parte incerta, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (n.º 3 do mesmo artigo 337.º).

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, *Paula Costa*.

Aviso de contumácia n.º 21 556/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 2226/92.0SP.LSB (331/96), que o Ministério Público move contra o arguido Serafim Bernardo Reimão Henriques, filho de José do Carmo Henriques e de Rosa Augusta Reimão, nascido a 17 de Julho de 1961, casado, vendedor comissionista, natural da Sé, Lamego, com última residência conhecida na Rua de Cardoso Avelino, 114, 1.º, Lamego, por haver cometido um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982. Mais faz saber que, por despacho de 23 de Outubro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 4 de Dezembro de 1996.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 557/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 372/93.1PR.LSB (705/95), que o Ministério Público move contra a arguida Catiza Momade Vali, filha de Mamede Vali e de Saquina Assancli, natural de Moçambique, nascida a 8 de Outubro de 1972, com última residência conhecida na Rua de Egas Moniz, 14, 1.º, esquerdo, Amora, Seixal, e actualmente em parte incerta, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal. Mais faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 18 de Fevereiro de 1997.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 558/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 1511/95.3PT.LSB (793/95), que o Ministério Público move contra o arguido Juan Manuel Rodríguez Barea, filho de Francisco e de Isabel, natural de Espanha, nascido a 22 de Dezembro de 1966, com última residência conhecida em C/Croton, 27 Bda., El Gordillo, Sevilha, Espanha, e actualmente em parte incerta, por haver cometido um crime previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, com referência à Tabela I-A. Mais faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 6 de Maio de 1996.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 559/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 18 691/92.2JD.LSB (157/96), que o Ministério Público move contra a arguida Fátima Ferreira Vaz, filha de Adelino Pereira Vaz e de Fernanda Ferreira, natural de Quinze, Paris, nascida a 14 de Março de 1971, com última residência conhecida na Quinta da Carreira, lote 44, 1.º, frente, esquerdo, Viseu, e actualmente em parte incerta, por haver cometido um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal. Mais faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 29 de Novembro de 1996.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 560/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular,

registados sob o n.º 12 046/92.6TD.LSB (153/97), que o Ministério Público move contra o arguido Alexandre André Rodrigues, filho de André José Rodrigues e Sábado Fernandes, nascido a 11 de Outubro de 1960, solteiro, armador de ferro, natural da Guiné-Bissau, com última residência conhecida na Rua do Dr. Fernando Amado, Marvila, Lisboa, por haver cometido um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982. Mais faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 9 de Junho de 1997.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 561/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 687/93.9JD.LSB (515/96), que o Ministério Público move contra o arguido Bamba Ngiosi, filho de Bamba Kikufi e de Nkusu Kiela, nascido a 29 de Novembro de 1965, solteiro, jogador, natural da República do Zaire, com última residência conhecida na Urbanização Santiago, Rua E, lote B, 4, 5.º, esquerdo, Castelo Branco, por haver cometido um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982. Mais faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 6 de Março de 1997.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 562/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 19 092/92.8JD.LSB (181/97), que o Ministério Público move contra o arguido Rui Alberto Marques Moreira, filho de António Moreira da Costa e de Deolinda Marques Moutinho, nascido a 24 de Setembro de 1966, casado, comerciante, natural de Alfena, Valongo, com última residência conhecida na Rua do Forno, 87, Alfena, Valongo, por haver cometido um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982. Mais faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 23 de Junho de 1997.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 563/97 — AP. — A Dr.ª Maria Guilhermina Vaz Pereira, juíza de direito da 2.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por esta 2.ª Secção e 3.º Juízo, correm seus termos um processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 16 783/92.7JD.LSB (639/96), que o Ministério Público move contra o arguido Gerard André, filho de Henri André e de Larose Yvete, natural de França, nascido a 13 de Janeiro de 1953, com última residência conhecida na Rua Nova da Trindade, 6, Bairro Martins do Vale, Catujal, Sacavém, Loures, e actualmente em parte incerta, por haver cometido um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal. Mais faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, caducou a declaração de contumácia que havia sido ordenada, por despacho de 9 de Abril de 1997.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Guilhermina Vaz Pereira*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

4.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 564/97 — AP. — A Dr.ª Maria da Graça Mira, juíza de direito da 1.ª Secção do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por despacho datado de 4 de Novembro de 1997, exarado nos autos de processo comum n.º 327/95, em que o Ministério Público deduziu acusação contra o arguido Orlando Mendes Dias, filho de Domingos Dias e de Teresa Mendes Rosa,

natural de Chã, Montalegre, Vila Real, nascido a 16 de Maio de 1956, solteiro, portador do bilhete de identidade n.º 3331989, emitido a 25 de Março de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Avenida do Dr. Francisco Sá Carneiro, bloco 1, 1.º, direito, Chaves, foi declarada caduca a declaração de contumácia proferida contra o arguido a 29 de Novembro de 1995, por ter sido declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição.

5 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria da Graça Mira*. — O Escriutário Judicial, *José Ferreira*.

5.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 565/97 — AP. — A Dr.ª Maria Onélia Vicente Neves Madaleno, juíza de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 254/93.7 TACSC-D, a correr termos neste 5.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Amândio Pereira Luiz, solteiro, nascido a 17 de Setembro de 1972, natural de Angola, filho de Augusto Marques Luís e de Maria Elisa Ramos Pereira, titular do bilhete de identidade n.º 9918998, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, a 21 de Novembro de 1989, com última residência conhecida na Rua de Espinho, 46, Monte Estoril, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, de que por despacho de 23 de Outubro de 1997, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); anulabilidade de negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis, e renovação do bilhete de identidade (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Onélia Vicente Neves Madaleno*. — A Escrivã-Adjunta, *Susana Martins Pica*.

Aviso de contumácia n.º 21 566/97 — AP. — A Dr.ª Isabel Maria Climaco Lilaia, juíza de direito da 3.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 2714/93.0TDLSB, a correr termos neste 5.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Daniel Alberto Moujaber, filho de Maklé Moujaber e de Polónia Augustina Perez de Moujaber, natural da Argentina, portador do bilhete de identidade n.º 16113079, de 12 de Novembro de 1990, emitido em Lisboa, e com última residência conhecida na Quinta das Pretas, lote A-7, 2.º, direito, Famões, em Odivelas, e nascido a 9 de Agosto de 1951, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, de que por despacho de 24 de Outubro de 1997, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); anulabilidade de negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis, e renovação do bilhete de identidade (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Climaco Lilaia*. — A Escriutária Judicial, *Alice Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 567/97 — AP. — A Dr.ª Maria Onélia Vicente Neves Madaleno, juíza de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 5.º Juízo, e nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 38 774/91.5TDLSB, que o Ministério Público move contra o arguido Manuel da Conceição Marques Dias, casado, industrial, nascido a 11 de Outubro de 1942, natural da fregue-

sia dos Anjos, Lisboa, filho de Armando Dias e de Paulina da Conceição Marques Dias, titular do bilhete de identidade n.º 1311191, emitido a 4 de Março de 1986, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Travessa do Fiúza, 39, porta 3, 1300 Lisboa, o qual se encontra acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi ao arguido, por despacho de 24 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3, e 337.º do Código de Processo Penal.

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Onélia Vicente Neves Madaleno*. — A Escriutária Judicial, *Carla Salomé Mesquita*.

Aviso de contumácia n.º 21 568/97 — AP. — A Dr.ª Teresa dos Reis Baltazar, juíza de direito da 2.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por este 5.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 18/94 (230/93.0JDLSB), que o Ministério Público move contra o arguido António Manuel Barreiros Dias, solteiro, sem profissão, filho de Manuel Dias e de Maria Augusta Barreiros, natural da Trafaria, Almada, nascido a 20 de Agosto de 1962, com o bilhete de identidade n.º 6263440, e com última residência conhecida no l.º Torrão, 8, Trafaria, Almada, o qual foi declarado contumaz por despacho de 19 de Dezembro de 1994, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 25, de 30 de Janeiro de 1995, o qual se encontra acusado pelo crime previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi ao arguido, por despacho de 27 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3, e 337.º do Código de Processo Penal.

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Teresa dos Reis Baltazar*. — O Escrivão-Adjunto, *João Campos Jerónimo*.

Aviso de contumácia n.º 21 569/97 — AP. — A Dr.ª Teresa dos Reis Baltazar, juíza de direito da 2.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 2.ª Secção deste 5.º Juízo, e nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 16 704/92.7JD, que o Ministério Público move contra o arguido Jorge Manuel da Costa Gomes, filho de Alfredo Torres Gomes e de Maria Dulce da Costa Gomes, natural do Campo Grande, Lisboa, nascido a 21 de Fevereiro de 1955, portador do bilhete de identidade n.º 5194114, e com residência na Travessa da Boa Hora, 31, rés-do-chão, direito, em Lisboa, o qual se encontra acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi ao arguido, por despacho de 27 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3, e 337.º do Código de Processo Penal.

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Teresa dos Reis Baltazar*. — A Escriutária Judicial, *Rosário Fradique*.

Aviso de contumácia n.º 21 570/97 — AP. — A Dr.ª Maria Onélia Vicente Neves Madaleno, juíza de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 5.º Juízo, e nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 274/95.7SI.LSB-D, que o Ministério Público move contra o arguido Miguel Tárrio de Oliveira Sousa, natural de Lisboa, solteiro, publicitário, nascido a 1 de Setembro de 1972, filho de António Sousa e de Hortense Tárrio de Oliveira Sousa, titular do bilhete de identidade n.º 9992221, de 13 de Novembro de 1990, de Lisboa, com última residência conhecida na Avenida do Almirante Gago Coutinho, 3, 5.º, Lisboa, o qual se encontra acusado pelo crime de contra-ordenações graves, e um crime de ofensas corporais por negligência, previstos e punidos pelos artigos 6.º, 137.º, 139.º, n.º 1, 141.º, 148.º, alínea i), do Código da Estrada, com referência aos artigos 8.º, n.ºs 2, alínea a), e 16, 1.ª parte do Regulamento do Código da Estrada, 6.º, 137.º, 139.º, n.º 1, 106.º, n.º 1, 141.º, 148.º, alínea h), também do Código da Estrada, 148.º do Código Penal, foi ao arguido, por despacho de 10 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3, e 337.º do Código de Processo Penal.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Onélia Vicente Neves Madaleno*. — A Escrivã-Adjunta, *Susana Martins Pica*.

Aviso de contumácia n.º 21 571/97 — AP. — A Dr.ª Teresa dos Reis Baltazar, juíza de direito da 2.ª Secção do 5.º Juízo Cri-

minal da Comarca de Lisboa, faz saber que, por este 5.º Juízo, correm seus termos uns autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 3232/93.2JDLSB, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Alexandre Rosa Loureiro, solteiro, estafeta, filho de João Afonso Ferreira Loureiro e de América Rodrigues Rosa Loureiro, natural de Santo Condestável, Lisboa, nascido a 3 de Julho de 1970, com o bilhete de identidade n.º 9702633-6, e com última residência conhecida na Rua de Campo de Ourique, beco do Fogueteiro, pátio 7, porta 2, Lisboa, o qual foi declarado contumaz por despacho de 6 de Dezembro de 1996, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 24 de Fevereiro de 1997, o qual se encontra acusado pelo crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi ao arguido, por despacho de 27 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3, e 337.º do Código de Processo Penal.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Teresa dos Reis Baltazar*. — O Escrivão-Adjunto, *João Campos Jerónimo*.

Aviso de contumácia n.º 21 572/97 — AP. — A Dr.ª Maria Onélia Vicente Neves Madaleno, juíza de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum, juiz singular, registados sob o n.º 4669/93.2 TDLSB-B, a correr termos neste 5.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido João Elói Lopes Lages, divorciado, empregado de armazém, nascido a 7 de Maio de 1961, natural de Monserrate, Viana do Castelo, filho de Domingos Baltazar Lages e de Maria Odete Martins Lopes Lages, titular do bilhete de identidade n.º 5934867-4, com última residência conhecida no Largo de D. Henrique, 29, Viana do Castelo, e actualmente em parte incerta, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, de que por despacho de 31 de Outubro de 1997, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); anulabilidade de negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis, e renovação do bilhete de identidade (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Onélia Vicente Neves Madaleno*. — A Escriutária Judicial, *Carla Salomé Mesquita*.

Aviso de contumácia n.º 21 573/97 — AP. — A Dr.ª Maria Onélia Vicente Neves Madaleno, juíza de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 2978/93.0JD.LSB, a correr termos nesta 1.ª Secção e 5.º Juízo, em que é arguido Arménio Quina Lobo, casado, gerente comercial, nascido a 19 de Junho de 1938, na Costa de Caparica, Almada, filho de David José Lobo e de Maria Delfina Quina, titular do bilhete de identidade n.º 392577, emitido em Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Lucinda Simões, 5-A, em Lisboa, e actualmente ausente em parte incerta, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, de que por despacho de 17 de Outubro de 1997, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); anulabilidade de negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis, e renovação do bilhete de identidade (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Onélia Vicente Neves Madaleno*. — O Escrivão-Adjunto, *António Henrique Teixeira de Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 574/97 — AP. — A Dr.ª Maria Onélia Vicente Neves Madaleno, juíza de direito da 1.ª Secção do

5.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, na 1.ª Secção deste 5.º Juízo, e nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 113/93.3PS.LSB-D, que o Ministério Público move contra o arguido João Carlos Silva Rodrigues, casado, nascido a 29 de Novembro de 1958, natural de Odivelas, Loures, filho de José da Silva Rodrigues e de Eugénia da Silva Rodrigues, titular do bilhete de identidade n.º 5231647, emitido a 15 de Setembro de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Rua do Bom Pastor, 10, 1.º, direito, Fetais de Baixo, Camarate, o qual se encontra acusado pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, do Código Penal de 1982, foi ao arguido, por despacho de 31 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3, e 337.º do Código de Processo Penal.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Onélia Vicente Neves Madaleno*. — A Escrivã-Adjunta, *Susana Martins Pica*.

6.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 575/97 — AP. — A Dr.ª Maria João Matos, juíza de direito da 3.ª Secção do 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 210/93.5PTLSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra Francisco Maria da Silva Ferreira, comerciante, divorciado, nascido a 11 de Agosto de 1939, natural de Lordelo, Guimarães, filho de Francisco Ferreira e de Deolinda da Silva, e com última residência conhecida no lugar de Rio Diz, São Vicente, Guarda, imputando-lhe a prática de factos constitutivos de três crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, conjugado com o artigo 313.º do Código Penal de 1982. O tribunal declarou o arguido contumaz, nos termos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de o mesmo obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

10 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria João Matos*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Fátima Abrantes*.

Aviso de contumácia n.º 21 576/97 — AP. — A Dr.ª Maria João Matos, juíza de direito da 3.ª Secção do 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 217/95.8SPLSB, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Pedro Nunes Monteiro, solteiro, nascido a 12 de Março de 1972, natural de São Cristóvão e São Lourenço, Lisboa, filho de João Manuel Brás Monteiro e de Ana Maria dos Santos Nunes Monteiro, portador do bilhete de identidade n.º 9919666, emitido em 4 de Janeiro de 1990, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no Largo de Carlos Paredes, 3, 6.º, esquerdo, Reboleira, Amadora, por ter cometido um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 296.º do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a proibição de obter certidões dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, e a renovação do bilhete de identidade (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria João Matos*.

Aviso de contumácia n.º 21 577/97 — AP. — A Dr.ª Maria João Matos, juíza de direito da 3.ª Secção do 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum,

singular, n.º 684/94.7SPLSB, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António Maria Galeano, pintor da construção civil, nascido a 14 de Fevereiro de 1956, natural da Sé, Évora, filho de Bernardina Maria, portador do bilhete de identidade n.º 4868095, emitido em 29 de Abril de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Avis, 28, rés-do-chão, Montemor-o-Novo, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, conjugado com o artigo 313.º do Código Penal de 1982, foi, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter certidões dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e a renovação do bilhete de identidade (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria João Matos*.

Aviso de contumácia n.º 21 578/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Pego Branco, juíza de direito da 2.ª Secção do 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 6640/94.8JDLSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra Maria de Fátima Santos Lourenço Almeida, natural de Viseu, filha de Albano Cardoso Lourenço e de Ana dos Santos, e com última residência conhecida na Urbanização do Viso Sul, lote 125, 2.º, direito, Viseu, imputando-lhe a prática de factos constitutivos de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarada contumaz, nos termos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de a mesma obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Pego Branco*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Rosário Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 579/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Pego Branco, juíza de direito da 2.ª Secção do 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 1041/93.8TALSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra Maria Filomena Brilhante Pereira, natural do Socorro, Lisboa, filha de José Manuel Pereira e de Maria Celeste Nazaré Brilhante Pereira, e com última residência conhecida na Urbanização Cidade do Infante, lote 7, 8.º, frente, Quinta Nova de São Roque, Loures, imputando-lhe a prática de factos constitutivos de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarada contumaz, nos termos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de a mesma obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Pego Branco*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Rosário Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 580/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Pego Branco, juíza de direito da 2.ª Secção do 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 2622/92.2PTLSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra Fátima Maria Jesus Gil Barreira, natural de Angola, filha de Raul Fonseca Gil e de Maria do Carmo Jesus Gil, e com última residência conhecida na Rua A-12, por cima da Cova Funda, na Quinta da Laje, Amadora, imputando-lhe a prática de factos constitutivos de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi, por despacho de 29 de Outubro de 1997, declarada contumaz, nos termos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de a mesma obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Pego Branco*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Rosário Soares*.

Aviso de contumácia n.º 21 581/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Pego Branco, juíza de direito da 2.ª Secção do 6.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 1711/92.8PNLSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra Carlos Alberto de Oliveira Pegado Simões, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Fernando Peres Simões e de Noémia Lúcia Brandão de Oliveira Pegado Simões, e com última residência conhecida na Rua de Maria Amália Vaz de Carvalho, 4, rés-do-chão, direito, Lisboa, imputando-lhe a prática de factos constitutivos de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi, por despacho de 29 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1), e a proibição de o mesmo obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Pego Branco*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Rosário Soares*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LOURES

Aviso de contumácia n.º 21 582/97 — AP. — A Dr.ª Adelina Barradas de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Loures, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 422/94.4PBLRS, contra o arguido Luís Filipe da Costa Pereira, solteiro, condutor de empilhador, nascido a 10 de Fevereiro de 1967, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, filho de António Pereira e de Maria da Encarnação Costa Pereira, titular do bilhete de identidade n.º 9885436, emitido em 6 de Outubro de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Dário Canas, 19-A, caixa B, Loures, por se encontrar acusado pela prática de um crime de furto e falsificação de documento e burla, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), implica as seguintes consequências: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração, proibição de obtenção de qualquer tipo de certidão, bilhete de identidade

ou passaporte e a renovação destes e de conseguir qualquer tipo de registo junto das entidades competentes.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Adelina Barradas de Oliveira*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Correia Estêvão*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE LOURES

Aviso de contumácia n.º 21 583/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 40/96.2GCLSB, que o Ministério Público move contra o arguido José Maria de Lima Castro, casado, nascido a 18 de Agosto de 1964, natural de Covas, Vila Nova de Cerveira, filho de Abraão de Jesus Fernandes e de Adília Russa de Lima, e com última residência conhecida na Rua do Comandante Ramiro Correia, Vivenda Santos Cunha, 1.º, B, Bairro do Espinhal, Unhos, Loures, por estar acusado por um crime de ofensa à integridade física, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi o mesmo declarado contumaz. A declaração de contumácia caducará logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal) e tem os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto das autoridades públicas.

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Laura Amorim Ferreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria do Rosário Ramos Mourato de Matos*.

Aviso de contumácia n.º 21 584/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 23 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 626/94.0TALRS, que o Ministério Público move contra a arguida Teresa Maria Sequeira Gomes Pimenta, casada, nascida a 17 de Julho de 1962, natural de Peso da Régua, Vila Real, filha de Jerónimo Gomes e de Maria da Glória Sequeira dos Santos, e com última residência conhecida na Rua Direita de Massamá, 131, 3.º, direito, Massamá, Queluz, Sintra, por estar acusada por um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, actualmente pelo artigo 217.º, n.º 1, do novo diploma legal, foi a mesma declarada contumaz. A declaração de contumácia caducará logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal) e tem os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto das autoridades públicas.

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Laura Amorim Ferreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria do Rosário Ramos Mourato de Matos*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Aviso de contumácia n.º 21 585/97 — AP. — O Dr. Elias Arantes Tomé, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, por despacho de 23 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 225/96, que o Ministério Público move ao arguido Luís Carlos Sodré Costa Real, casado, operador de rampa, nascido a 25 de Julho de 1961, natural de Massarelos, Porto, filho de Carlos Eugénio Duarte Costa Real e de Maria Barreto Sodré Oliveira, portador do bilhete de identidade n.º 8509199, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Faria Guimarães, 251, Porto, e actualmente ausente em parte incerta, por se encontrar indiciado por um crime de detenção de arma proibida, previsto e punido pelos artigos 260.º, n.º 1, do Código Penal, 275.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal de 1995 e 3.º do Decreto-Lei n.º 207-A/95, de 17 de Abril, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para ele: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes; a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração; a proibição de obter ou renovar o bilhete de identidade, a carta de condução de veículos automóveis ou motociclos e o passaporte; a proibição de obter certidões ou registos junto

das conservatórias dos registos civil, predial ou de automóveis, bem como de aí efectuar qualquer registo, e, ainda, a proibição de movimentar, por si ou através de outrem, quaisquer contas bancárias de que seja titular ou co-titular, em quaisquer entidades bancárias que operem em Portugal.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Elias Arantes Tomé*. — O Oficial de Justiça, *Jaime Moreira*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Aviso de contumácia n.º 21 586/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 1413/94, pendente no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos, em que é acusado pelo Ministério Público da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, o arguido António Manuel dos Santos Correia, solteiro, empresário, nascido a 21 de Junho de 1971, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Manuel Vítor Ferreira Correia e de Maria Manuela Bento dos Santos Correia, e actualmente a trabalhar na empresa de Transportes Translebrece, A das Lebres, Loures, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, implicando para o acusado a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de o arguido poder obter qualquer tipo de documentação em repartições públicas, administração fiscal e conservatórias (registos civil, comercial, predial e de automóveis), nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Clara Silva*. — A Oficial de Justiça, *Maria de Fátima Fernandes*.

Aviso de contumácia n.º 21 587/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 708/95, pendente no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos, em que é acusado pelo Ministério Público da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, o arguido José Augusto Pinto Ribeiro, casado, nascido a 4 de Outubro de 1944, natural de Nelas, filho de Luís Ribeiro e de Maria do Rosário Pinto, portador do bilhete de identidade n.º 2787565, emitido em 10 de Setembro de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida em Moimenta de Maceira Dão, Mangualde, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, implicando para o acusado a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de o arguido poder obter qualquer tipo de documentação em repartições públicas, administração fiscal e conservatórias (registos civil, comercial, predial e de automóveis), nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Clara Silva*. — A Oficial de Justiça, *Manuela Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 588/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 129/96, pendente no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos, em que é acusado pelo Ministério Público da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, e 314.º, alínea a), do Código Penal, a arguida Maria da Graça Marques Vieira Gomes, casada, comerciante, nascida a 9 de Abril de 1965, natural de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, filha de Américo Fernando Moreira Gomes e de Rosa Marques Vieira, portadora do bilhete de identidade n.º 6964138, emitido em 22 de Dezembro de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Alameda Electrocerâmica, 100, Candal, Vila Nova de Gaia, foi declarada contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, implicando para a acusada a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de a arguida poder obter qualquer tipo de documentação em repartições públicas, administração fiscal e conservatórias (registos civil, comercial, predial e de automóveis), nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido.

nistração fiscal e conservatórias (registos civil, comercial, predial e de automóveis), nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção da arguida.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Clara Silva*. — A Oficial de Justiça, *Manuela Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 589/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 276/94, pendente no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos, em que é acusado pelo Ministério Público da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, o arguido Eduardo Jorge Almeida da Silva Marques, divorciado, empresário, nascido a 23 de Janeiro de 1959, natural da Foz do Douro, Porto, filho de Alexandrino Teixeira S. Marques e de Maria Margarida Barbosa de Almeida, portador do bilhete de identidade n.º 7101385, emitido em 13 de Julho de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de São João da Foz, 93, Porto, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, implicando para o acusado a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de o arguido poder obter qualquer tipo de documentação em repartições públicas, administração fiscal e conservatórias (registos civil, comercial, predial e de automóveis), nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Clara Silva*. — A Oficial de Justiça, *Maria de Fátima Fernandes*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Aviso de contumácia n.º 21 590/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, colectivo, n.º 493/96, pendente no 3.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos, em que é acusado pelo Ministério Público da prática de um crime de abuso de confiança e burla, previsto e punidos pelos artigos 217.º, n.º 1, do Código Penal, e 205.º, n.º 1, do Código Penal, o arguido Luís Miguel Gonçalves Carvalho de Sousa, solteiro, estilista, nascido a 27 de Maio de 1966, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Augusto Gonçalves Sousa e de Maria de Fátima da Silva Carvalho Sousa, portador do bilhete de identidade n.º 7359485, emitido em 7 de Agosto de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua da Liberdade, 409, Guimarães, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, implicando para o acusado a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de o arguido poder obter qualquer tipo de documentação em repartições públicas, administração fiscal e conservatórias (registos civil, comercial, predial e de automóveis), nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido.

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Ermelinda Carneiro*. — A Oficial de Justiça, *Fernanda Cardoso*.

4.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

Aviso de contumácia n.º 21 591/97 — AP. — A Dr.ª Helena Conceição de Lemos Pinto, juíza de direito do 4.º Juízo Criminal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, por despacho proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 566/97 (antigo processo n.º 38/97 do 2.º Juízo), que o Ministério Público move ao arguido João Fernando Coelho Ribeiro Vilagelim e a outra, divorciado, nascido, a 4 de Junho de 1964, natural de Alcântara, Lisboa, filho de António Nicolau Ribeiro Vilagelim Xavier e de Mimosa Perpétua Maria Coelho Ribeiro, portador do bilhete de identidade n.º 7500391, emitido em 8 de Abril de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Urbanização de Coopalm, lote 18, Algueirão-Mem Martins, Sintra, e actualmente ausente em parte incerta, por se encontrar indiciado, em co-autoria, da prática de um crime continuado de emissão de che-

que sem provisão, previsto pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, 30.º, n.º 2, do Código Penal de 1982, e punido pelo artigo 313.º do Código Penal de 1982, então em vigor, actualmente punido pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal vigente, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para ele: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes; a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração; a proibição de obter ou renovar o bilhete de identidade, o certificado do registo criminal, a carta de condução de veículos automóveis ou motociclos e o passaporte; a proibição de obter certidões ou registos junto das conservatórias dos registos civil, comercial, predial ou de automóveis, bem como de aí efectuar qualquer registo, e a proibição de movimentar, por si ou através de outrem, quaisquer contas bancárias de que seja titular ou co-titular, em quaisquer entidades bancárias que operem em Portugal.

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Helena Conceição de Lemos Pinto*. — A Oficial de Justiça, *Teresa Felisbina A. Cruz Moreira*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE OEIRAS

Aviso de contumácia n.º 21 592/97 — AP. — O Dr. Rui Pinheiro de Oliveira, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 6 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 521/93.OTBOER, pendente neste juízo, foi declarada cessada a declaração de contumácia ao arguido Manuel Maria Vieira, casado, nascido a 7 de Março de 1948, natural de Vale de Salgueiro, Mirandela, filho de Carlos Augusto Vieira e de Emília da Assunção Correia, titular do bilhete de identidade n.º 1983557, emitido em 18 de Outubro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua de Fernão de Magalhães, bloco B, 2.º, direito, Monte Gordo, Vila Real de Santo António, pelo que, nos termos do disposto nos artigos 117.º, n.º 1, alínea c), 119.º e 120.º do Código Penal de 1982, foi declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Rui Pinheiro de Oliveira*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Antónia Freitas*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE OEIRAS

Aviso de contumácia n.º 21 593/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 21 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 233/91, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Albano António Lobo Ramos, nascido a 30 de Novembro de 1963, natural de São Nicolau, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, filho de Saul Ramos e de Maria Leonor Rosa Alves, e com última residência conhecida na Rua de Aquilino Ribeiro, lote C, rés-do-chão, em Barcarena, Oeiras, foi declarada cessada a contumácia.

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 594/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 430/91, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António Canelas Pinto, casado, comerciante, nascido a 5 de Novembro de 1944, natural de Mora, filho de António Eusébio Pinto e de Emília Canelas Pinto, e com última residência conhecida na Rua dos Bombeiros Municipais, 28, 3.º, A, Coruche, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 595/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 561/92, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o argui-

do Jacinto Cândido Ferra, nascido a 3 de Agosto de 1955, natural do Montijo, filho de Augusto Barras Ferro e de Emília Cândido Ferro, e com última residência conhecida na Rua de Barata Salgueiro, 24, 1.º, Samouco, Alcochete, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 596/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 23 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 252/93.OTBOER, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Luís Filipe Belico Pires, casado, mecânico de frio, nascido a 15 de Agosto de 1962, natural de Moçambique, filho de José Bonito Pires e de Sara Teresa Belico Pires, portador do bilhete de identidade n.º 8227149, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Avenida de Agostinho Neto, 128, 6.º, E, Queluz, Sintra, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 597/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 232/91, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Severiano António Rodrigues Correia, casado, comerciante, nascido a 15 de Agosto de 1948, natural da Ajuda, Lisboa, filho de Severiano Correia e de Luísa Sousa Virote Correia, portador do bilhete de identidade n.º 1089940, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Barbosa Collen, 2, rés-do-chão, São Pedro do Estoril, Cascais, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 598/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 21 661/91.4JDLBSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria José Santos Cordeiro Fernandes, casada, empresária, nascida a 16 de Maio de 1950, natural de Torres Novas, filha de José Lúcio Cordeiro e de Maria Augusta Santos, portadora do bilhete de identidade n.º 7687567, emitido em 26 de Outubro de 1993, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua O, 1204, 1.º, direito, Quinta do Conde, Sesimbra, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 599/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 401/93.9TBOER, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Severino António Rodrigues Correia, casado, director comercial, nascido a 15 de Agosto de 1948, natural do Estoril, Cascais, filho de Severiano Correia e de Luísa Sousa Virote Correia, e com domicílio profissional no Centro Comercial Ibérico, loja 26, Telheiras, Lisboa, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 600/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 21/95.3TBOER, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Celina Cunha Prado Novaes Fleming, nascida a 3 de Julho de 1949, natural de São João da Bela Vista, Brasil, filha de José Geraldo Prado e de Dalva Maria Cunha Prado, e com última

residência conhecida na Rua de Saraiva de Carvalho, 230, em Lisboa, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 601/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 12/93.9 PEOER, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Vitorino Jesus Rocha, solteiro, nascido a 10 de Maio de 1957, natural de Cabo Verde, filho de José Delgado Rocha e de Paula Maria Fortes, e com última residência conhecida na Rua G, lote 84, 1.º, Alto da Damaia, Amadora, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 602/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 661/92.2 TOLSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Arlequim Morgado Ferreira, separado judicialmente, comerciante, nascido a 29 de Abril de 1947, natural da Azambuja, filho de Amorim José Ferreira e de Maria Vitória Morgado, portador do bilhete de identidade n.º 200478, do Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Almeida Garrett, 16, 4.º, direito, Carnaxide, Oeiras, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 603/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 39 071/92.1TDLSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António Marques Martins, divorciado, nascido a 22 de Junho de 1945, natural de Mértola, filho de Francisco Monteiro e de Ana Silva Marques Martins, e com última residência conhecida na Estrada da Luz, 186, 2.º, Carnide, Lisboa, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 604/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 11 993/90.4TDLSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria Luísa Borges Santos Monteiro Ligeiro, casada, cozinheira, nascida a 1 de Outubro de 1933, natural da Covilhã, filha de Eurico Oliveira Santos Monteiro e de Alice Borges Marques, e com última residência conhecida em Casal Perdigueira, Vivenda Fernando, 3, Odivelas, Loures, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 605/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 34 262/91.0TDLSB, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido José Manuel Faria Trindade, casado, agente comercial, nascido a 23 de Janeiro de 1956, natural do Funchal, filho de José Faria Trindade e de Maria Cidália Luís, e com última residência conhecida na Rua de Damião de Góis, 43, 4.º, esquerdo, Carnaxide, Oeiras, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 606/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 1002/92, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria Arminda Tomás Cardoso, solteira, desempregada, nascida a 14 de Junho de 1970, natural de Abrantes, filha de Joaquim Cardoso e de Maria Joaquina Tomás Cardoso, portadora do bilhete de identidade n.º 9045150, e com última residência conhecida na Rua do Beco, Vivenda Palmeiras, 2.º, Lagariça, Loures, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 607/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 353/91, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Carlos Alberto Moreira Seia, solteiro, nascido a 21 de Janeiro de 1958, natural de Lisboa, filho de Leovildo Augusto Seia e de Sara Jesus Madeira Seia, e com última residência conhecida na Avenida do Conde de Valbom, 65, 3.º, esquerdo, Lisboa, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 608/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 762/93.0 TBOER, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido José Manuel Real, solteiro, técnico de bijutarias, nascido a 19 de Março de 1948, natural de Angola, filho de Jacinto Alves Matos e de Emília Pedro Real, e com última residência conhecida na Rua de Francisco Manuel de Melo, 10, 3.º, esquerdo, Oeiras, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 609/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 383/91, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido João Maria Antunes da Luz, nascido a 7 de Novembro de 1938, natural de Rinchos, filho de Francisco da Luz Duarte e de Emília Antunes da Luz, e com última residência conhecida na Rua de João Pedro, 19, 2.º, direito, Montijo, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 610/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 593/92, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Luís Figueira Pedro, divorciado, reformado, nascido a 7 de Dezembro de 1941, natural de Penamacor, Castelo Branco, filho de Adelino Pedro e de Maria Figueiredo, e com última residência conhecida no Prolongamento da Rua do Major Leopoldo Silva, lote 19, 3.º, esquerdo, Viseu, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 611/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 461/92, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria João Santiago, solteira, nascida a 29 de Março de 1961, natural do Porto, filha de Isabel Santiago, e com última residência conhecida na Travessa de Nossa Senhora da Conceição, 411, 1.º, Porto, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 612/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 223/90, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António Manuel Raposo Vicente Vieira, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Eduardo Augusto Fernandes Vieira e de Clarisse Luísa Raposo Vicente Vieira, e com última residência conhecida na Rua de Correia Teles, 92, rés-do-chão, esquerdo, Lisboa, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 613/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Oeiras, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 411/92, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Adilson Rodrigues Serradas, solteiro, piseiro, nascido a 18 de Dezembro de 1962, natural de Santos, Brasil, filho de Agostinho Rodrigues Serradas e de Maria Aparecida Rodrigues Serradas, e residente na Avenida de Miguel Bombarda, 12, Santo Amaro de Oeiras, Oeiras, foi declarada cessada a contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Aviso de contumácia n.º 21 614/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 391/96, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis, que o Ministério Público move ao arguido Mário Augusto Brito de Sousa Abreu, casado, delegado de informação médica, nascido a 17 de Abril de 1958, natural de Portimão, filho de Mário de Sousa Abreu e de Ermelinda Coelho de Brito de Sousa Abreu, portador do bilhete de identidade n.º 5059121, emitido em 14 de Abril de 1994, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Avenida de 5 de Outubro, 62, 1.º, Faro, e actualmente ausente em parte incerta, foi, por despacho de 29 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização dos actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Armando da Rocha Azevedo*. — A Oficial de Justiça, *Maria de Fátima Lopes*.

Aviso de contumácia n.º 21 615/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 74/93 (da extinta 1.ª Secção do 1.º Juízo), do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis, que o Ministério Público move ao arguido José Albano Braga Fontes, casado, nascido a 7 de Setembro de 1971, natural de São João da Madeira, filho de Serafim Nunes Fontes e de Maria da Conceição Braga, portador do bilhete de identidade n.º 10134643, e residente em Vila Nova, Cucujães, Oliveira de Azeméis, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, declarado contumaz por despacho de 2 de Novembro de 1993, foi, por despacho de 29 de Outubro de 1997, cessada a contumácia àquele arguido, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Armando da Rocha Azevedo*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Valente*.

Aviso de contumácia n.º 21 616/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 148/97, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis, que o Ministério Público move ao arguido Eugénio da Silva Lima, nascido a 26 de Outubro de 1960, natural de Massarelos, Porto, filho de Américo Lima e de Perpétua da Silva Gaspar, portador do bilhete de identidade n.º 5958116, emitido em 19 de Novembro de 1985, pelo Arqui-

vo de Identificação de Lisboa, residente no lugar de Insua, Carregosa, Oliveira de Azeméis, e actualmente ausente em parte incerta, foi, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização dos actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Armando da Rocha Azevedo*. — A Oficial de Justiça, *Maria de Fátima Lopes*.

Aviso de contumácia n.º 21 617/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 182/97, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis, que o Ministério Público move ao arguido Leonel Correia da Costa, casado, industrial, nascido a 15 de Abril de 1938, natural de Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, filho de José Maria Vaz da Costa e de Hermínia Rosa Correia, portador do bilhete de identidade n.º 1972823, emitido em 7 de Outubro de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida em Castanheirinho, Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, foi, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização dos actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal); a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos, junto de autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Armando da Rocha Azevedo*. — A Oficial de Justiça, *Edite Lopes*.

Aviso de contumácia n.º 21 618/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 123/93, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Oliveira de Azeméis, que o Ministério Público move ao arguido Cândido Soares de Oliveira, casado, industrial, nascido a 19 de Fevereiro de 1945, natural de São João da Madeira, filho de António de Oliveira e de Mariana Soares Leite, portador do bilhete de identidade n.º 5120957, emitido em 1 de Março de 1985, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Antero de Quental, 75, São João da Madeira, declarado contumaz por despacho de 13 de Julho de 1993, foi, por despacho de 3 de Novembro de 1997, cessada a contumácia àquele arguido, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Armando da Rocha Azevedo*. — A Oficial de Justiça, *Maria de Fátima Lopes*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 21 619/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 993/95, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Fernando Paulo Leocádia dos Santos, casado, gerente comercial, nascido a 7 de Outubro de 1966, filho de José Jacinto dos Santos e de Irene Maria Leocádia dos Santos, titular do bilhete de identidade n.º 07766248, emitido em 5 de Abril de 1991, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no Largo da Memória, 4-A, Odivelas, Loures, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi declarada caduca a declaração de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 15 de Janeiro de 1997.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Silva Malheiro*. — O Oficial de Justiça, *Luís Morais*.

Aviso de contumácia n.º 21 620/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 666/96, a correr termos pela 2.ª Secção deste juízo, que o Ministério Público move ao arguido Enrique Mário Viegas, nascido a 20 de Março de 1957, natural da Argentina, filho de Joaquim Viegas e de Ermelinda do Carmo, titular do bilhete de identidade n.º 12059715, emitido em 22 de Abril de 1994, e com última residência conhecida no Edifício Rodrimar, cave 219, Areias de São João, Albufeira, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Armandina Pires*.

Aviso de contumácia n.º 21 621/97 — AP. — O Dr. Mário Fernando Teixeira Lopes Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 772/95, a correr termos pela 3.ª secção deste juízo, que o Ministério Público move contra a arguida Helene Marie Jeannine Ferrero Leão, casada, doméstica, nascida a 7 de Fevereiro de 1964, natural de França, filha de Maurice Antoine Ferrero e de Monique Edronde Gasicilia, e com última residência conhecida na Rua Quinta das Palmeiras, lote 70, 3.º, A, Oeiras, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação, passaporte, carta de condução e quaisquer outros documentos junto de quaisquer autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Fernando Teixeira Lopes Silva*. — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 622/97 — AP. — O Dr. Mário Fernando Teixeira Lopes Silva, Juiz de Direito da 3.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 179/94, da 3.ª Secção deste Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Jorge Almeida de Sousa, casado, arquitecto, nascido a 24 de Fevereiro de 1959, natural de Canelo, Vila Nova de Gaia, filho de Manuel de Sousa e de Ana dos Reis de Almeida, titular do bilhete de identidade n.º 3698582, emitido em 7 de Maio de 1985, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 298, 3.º, Vila Nova de Gaia, Porto, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, foi declarada caduca a declaração de contumácia, a qual havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 24 de Setembro de 1997, por no mesmo, nos termos dos artigos 127.º e 128.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, ter sido declarado extinto o procedimento criminal contra o arguido e ordenado o arquivamento dos autos.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Fernando Teixeira Lopes Silva*. — A Escrivã-Adjunta, *Armanda Maria Rodrigues Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 21 623/97 — AP. — O Dr. Mário Fernando Teixeira Lopes Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 511/96, da 3.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Jorge de Araújo Machado, estudante, solteiro, nasci-

do a 23 de Novembro de 1963, natural de São Mamede de Infesta, Matosinhos, filho de Fernando José da Costa Machado e de Arlinda Augusta de Araújo da Costa Machado, titular do bilhete de identidade n.º 6580143, emitido em 23 de Fevereiro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua da Fonte da Cerca, Rio Tinto, Gondomar, por haver cometido um crime de refractário, previsto e punido pelos artigos 24.º, n.º 3, e 40.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º do Código de Processo Penal) e, ainda, a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e passaporte, bem como certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Fernando Teixeira Lopes Silva*. — Pelo Escrivão de Direito, *Armanda Maria Rodrigues Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 21 624/97 — AP. — A Dr.ª Eduarda Maria Pacheco de Magalhães da Cruz Magalhães, Juíza de Direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 867/96, da 1.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido António Júlio Almeida Amaro, casado, nascido a 13 de Dezembro de 1971, natural de Sangalhos, Anadia, filho de Acácio Amaro e de Carolina de Jesus Almeida, titular do bilhete de identidade n.º 9526765, emitido em 5 de Setembro de 1994, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua do Padre Américo, 70, Gafanha da Nazaré, em Ilhavo, em que é acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido, a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e, ainda, a proibição de obter certidões em conservatórias de registos, notariado, serviços fiscais e Registo Nacional de Pessoas Colectivas, atestados de residência e outros, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte, livrete ou título de registo de automóveis e o arresto em todas as contas bancárias em que o arguido figure como único titular.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Eduarda Maria Pacheco de Magalhães da Cruz Magalhães*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 625/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 336/95, a correr termos pela 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, em que é arguida Anabela Cristina Rebelo Pimentel, solteira, estudante, nascida a 28 de Fevereiro de 1972, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, filha de Manuel Martinho Pimentel e de Maria Fernanda Rebelo Pimentel, titular do bilhete de identidade n.º 10133293, emitido em 11 de Abril de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua da Constituição, 1355, Porto, foi declarado caduca a declaração de contumácia proferida contra a referida arguida, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Eduarda Maria Pacheco Magalhães*. — A Oficial de Justiça, *Alexandra Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 626/97 — AP. — O Dr. Mário Fernando Teixeira Lopes Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 103/97, da 3.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move contra os arguidos Victor Manuel Correia Henriques, casado, industrial, nascido a 25 de Junho de 1946, natural do Socorro, Lisboa, filho de Américo Henriques e de Devindade Henriques, com última residência conhecida na Rua do Prof. Egas Moniz, 271, 2.º, esquerdo, e José Filipe Caiado Calisto Silva, casado, empregado de escritório, nascido a 27 de Julho de 1961, natural de Oliveira de Azaeméis, filho de José Calisto da Silva e de Maria Adelaide Caiado da Silva, com última residência conhecida na Rua do Orreiro, Fonte Cova, bloco 2, rés-do-chão, LK, São João da Madeira, por haverem cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos

artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para os arguidos a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º do Código de Processo Penal), e, ainda, a proibição de obterem ou renovarem bilhete de identidade, carta de condição e passaporte, bem como certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Fernando Teixeira Lopes Silva*. — Pelo Escrivão de Direito, *Arminda Maria Rodrigues Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 21 627/97 — AP. — O Dr. Mário Fernando Teixeira Lopes Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 49/97, da 3.ª Secção deste juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Hermano Manuel Gonçalves, empregado comercial, nascido a 22 de Abril de 1961, natural de Massarelos, Porto, filho de Maria Cristina Oliveira Gonçalves, titular do bilhete de identidade n.º 73980165, emitido em 15 de Março de 1983, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no lugar de Carcavelos, bloco 1, loja 54, Matosinhos, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º do Código de Processo Penal) e, ainda, a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condição e passaporte, bem como certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Fernando Teixeira Lopes Silva*. — Pelo Escrivão de Direito, *Arminda Maria Rodrigues Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 21 628/97 — AP. — O Dr. Mário Fernando Teixeira Lopes Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 176/97, a correr termos pela 3.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move contra a arguida Susana Cristina da Silva Lima Moreira, casada, doméstica, nascida a 12 de Outubro de 1974, natural de Rio Tinto, Gondomar, filha de Rodrigo Mário Almeida Lima e de Maria Elvira Moreira Silva Lima, titular do bilhete de identidade n.º 10370032, emitido em 16 de Julho de 1991, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no Beco de São Macário, 4, rés-do-chão, Porto, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982 ou 217.º (ex vi artigo 2.º, n.º 4) do Código Penal de 1995, foi a mesma declarada contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e passaporte, bem como certidões ou registos junto de quaisquer autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Fernando Teixeira Lopes Silva*. — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 629/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 945/94, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Joaquim Gonçalves Gomes, comerciante de automóveis, nascido a 24 de Março de 1951, natural de Ermesinde, Valongo, filho de Joaquim Gonçalves Gomes e de Maria Gomes Lopes, titular do bilhete de identidade n.º 3026573, emitido em 24 de Junho de 1986, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de São Paulo, 33, casa 1, Porto, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi declarada

caduca a declaração de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, n.º 148, de 30 de Junho de 1997, apêndice n.º 53.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo A. M. C. Malafaia*.

Aviso de contumácia n.º 21 630/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 688/96, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Manuel Gonçalo Ramos Pereira, nascido a 16 de Outubro de 1944, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, filho de José Vicente Gomes Pereira e de Cidália Sousa Azevedo Ramos Pereira, e com última residência conhecida na Rua do Infante D. Pedro, 7, rés-do-chão, São Julião da Barra, Oeiras, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte, e quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Armandina Pires*.

Aviso de contumácia n.º 21 631/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 1015/94, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move contra a arguida Sandra Goreti Ventura Cosme, solteira, estudante, nascida a 18 de Outubro de 1974, natural de Massarelos, Porto, filha de José Manuel Moreira Cosme e de Maria Emília Marques Ventura, titular do bilhete de identidade n.º 10367729, emitido em 20 de Dezembro de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua do Sá, 1650, Gemunde, Maia, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi declarada caduca a declaração de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, enviado pelo *Boletim* n.º 93 060, em 17 de Novembro de 1995, ofício n.º 7497.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Silva Malheiro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo A. M. C. Malafaia*.

Aviso de contumácia n.º 21 632/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 74/97, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move à arguida Maria Augusta Ferreira, nascida a 13 de Novembro de 1942, natural de Valongo do Vouga, Águeda, filha de Rosa Augusta Ferreira, titular do bilhete de identidade n.º 3086104, emitido em 26 de Março de 1991, e com última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 1, Mourisca, Águeda, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Armandina Pires*.

Aviso de contumácia n.º 21 633/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da

Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 74/97, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Ernesto Augusto Ferreira Vidal, nascido a 20 de Setembro de 1967, natural de Valongo do Vouga, Águeda, filho de Ernesto Correia Vidal e de Maria Augusta Ferreira, e com última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 1, Mourisca, Águeda, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Armandina Pires*.

Aviso de contumácia n.º 21 634/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito da 2.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 472/90, da 2.ª Secção deste Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria Fernanda Fonseca Pereira Pinto, divorciada, comerciante, nascida a 24 de Outubro de 1954, natural do Bonfim, Porto, filha de Hermenegildo Espírito Santos e de Rosa da Conceição Fonseca, portadora do bilhete de identidade n.º 3652779, emitido em 12 de Dezembro de 1984, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua de São Vítor, 172, casa 6, Porto, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, foi declarada caduca a declaração de contumácia, a qual havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 9 de Fevereiro de 1991, por a mesma se ter apresentado em juízo.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Ligia Marina Rocha Moreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 635/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 995/96, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move à arguida Maria Margarida Jesus Oliveira Pereira, nascida a 12 de Janeiro de 1961, natural de São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, filha de Abel Rodrigues Oliveira e de Maria Armanda de Jesus, titular do bilhete de identidade n.º 7856326, emitido em 13 de Setembro de 1993, e com última residência conhecida na Rua das Chaquedas, 318, Vila Nova de Gaia, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, actualmente pelo artigo 217.º do Código Penal revisto, foi a mesma declarada contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo A. M. C. Malafaia*.

Aviso de contumácia n.º 21 636/97 — AP. — A Dr.ª Eduarda Maria Pacheco de Magalhães da Cruz Magalhães, juíza de direito da 1.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 869/91, da 1.ª Secção deste Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Custódio Pedro da Silva Faria, casado, comerciante, nas-

cido a 15 de Fevereiro de 1940, natural de Caíde de Rei, Lousada, filho de Napoleão Pinto Faria e de Ana Silva, titular do bilhete de identidade n.º 2826571, emitido em 24 de Fevereiro de 1980, e residente no lugar de Pereiras, Caíde de Rei, Lousada, por estar acusado de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, foi declarada caduca a declaração de contumácia, a qual havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Eduarda Maria Pacheco de Magalhães da Cruz Magalhães*. — O Escriutário Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 637/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 813/94, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, em que é acusado pelo Ministério Público da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, o arguido Joaquim Gonçalves Gomes, casado, jornalista, nascido a 24 de Março de 1951, natural de Ermesinde, Valongo, filho de Joaquim Gonçalves Gomes e de Maria Gomes Lopes, portador do bilhete de identidade n.º 3026573, emitido em 11 de Novembro de 1993, pelo Arquivo de Identificação do Porto, e residente na Rua de São Paulo, 33, Boavista, Porto, foi cessada a declaração de contumácia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Elizabeth Sousa Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 638/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 795/96, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Lino Roriz Morais, casado, comerciante, nascido a 6 de Janeiro de 1950, natural de Sanfins, Chaves, filho de Adriano Morais e de Ondina de Jesus Roriz, e com última residência conhecida na Quinta da Saúde, 15, Santa Maria Maior, Chaves, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, actualmente pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo A. M. C. Malafaia*.

Aviso de contumácia n.º 21 639/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 795/95, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Jorge Manuel Pinto Bastos, casado, cozinheiro, nascido a 25 de Agosto de 1966, natural do Bonfim, Porto, filho de Nadir Augusta Pinto Bastos, titular do bilhete de identidade n.º 8191297, emitido em 29 de Setembro de 1993, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Quinta do Guarda-Livros, bloco 1, casa 15, 2.º, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e

quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo A. M. C. Malafaia*.

Aviso de contumácia n.º 21 640/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 281/94, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move à arguida Maria Manuela Pinto da Silva, divorciada, costureira, nascida a 21 de Abril de 1957, natural de São Mamede de Infesta, Matosinhos, filha de José Rosa da Silva e de Maria Júlia Pinto da Costa, e com última residência conhecida na Rua das Flores, 29, casa 2, São Mamede de Infesta, Matosinhos, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi declarada caduca a declaração de contumácia, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, publicada no *Diário da República*, n.º 276, de 29 de Novembro de 1995.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Elizabeth Sousa Alves Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 641/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 462/96, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move à arguida Estela Maria Rocha Alves Monteiro, casada, secretária, nascida a 3 de Junho de 1953, natural de Carnaxide, Oeiras, filha de Eduardo Paulo Alves e de Aurora dos Anjos Rocha, portadora do bilhete de identidade n.º 2169041, emitido em 2 de Novembro de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua do Padre Américo, 138, Ermesinde, Valongo, por ter cometido um crime de desobediência, previsto e punido pelos artigos 59.º do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de Novembro, e 388.º, n.º 1, do Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e quaisquer assentos ou documentos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Ligia Marina Rocha Moreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 642/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 52/97, a correr termos pela 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move à arguida Maria Teresa Silva Afonso, solteira, comissionista, nascida a 24 de Janeiro de 1965, natural de Benfica, Lisboa, filha de Fernando Alves Afonso e de Maria Alcina da Silva Afonso, portadora do bilhete de identidade n.º 7758936, emitido em 14 de Outubro de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no Restaurante, A Camponesa, Monte Francisco, Castro Marim, Vila Real de Santo António, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal anterior à revisão, actualmente artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi a mesma declarada contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, e a inibição de obter o bilhete de identidade ou a sua renovação e passaporte e quaisquer assentos ou documen-

tos nas conservatórias dos registos civil e predial das áreas da sua naturalidade e última residência conhecida.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — A Oficial de Justiça, *Ligia Marina Rocha Moreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 643/97 — AP. — A Dr.ª Cristina Maria da Silva Malheiro, juíza de direito da 2.ª Secção do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 428/96, da 2.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Rubim Fernando de Almeida, nascido a 27 de Março de 1957, natural de Miragaia, Porto, filho de Maria Leonor de Almeida, titular do bilhete de identidade n.º 6863308, emitido em 18 de Novembro de 1983, e com última residência conhecida no Bairro do Dr. Nuno Pinheiro Torres, bloco 8, entrada 285, casa 31, Porto, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, foi declarada caduca a declaração de contumácia, a qual havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 202, de 2 de Setembro de 1997, apêndice n.º 82, por ter sido declarado extinto, por efeito da prescrição, o procedimento criminal instaurado.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cristina Maria da Silva Malheiro*. — A Escrivã-Adjunta, *Armandina Pires*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 21 644/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 380/95, pendentes na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Pedro Óscar de Sousa Elias, solteiro, nascido a 2 de Setembro de 1971, natural de Nova Lisboa, Angola, filho de Óscar Elias Ribeiro e de Maria Natália de Sousa, portador do bilhete de identidade n.º 9538850, e com última residência conhecida no Bairro de Contumil, bloco 11, entrada 170, casa 21, Porto, ao qual é imputado um crime de furto qualificado e introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c) e d), do Código Penal, e 177.º, n.ºs 1 e 2, por referência aos artigos 176.º, n.º 2, e 298.º, n.º 2, do Código Penal, foram julgados cessados a declaração de contumácia e os efeitos dela (artigo 336.º do Código de Processo Penal) relativamente ao arguido, dado ter sido extinto o procedimento criminal instaurado contra o mesmo, por apresentação.

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Escriturária Judicial, *Dina Cunha*.

Aviso de contumácia n.º 21 645/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 10 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 26/97, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria Olga Jesus Silva Borges, casada, nascida a 6 de Janeiro de 1947, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filha de Armando Silva e de Conceição Jesus Cândida, titular do bilhete de identidade n.º 4627498, emitido em 31 de Julho de 1991, e com última residência conhecida na Rua de Guedes de Azevedo, 219, Porto, à qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, tem para a arguida as seguintes implicações: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a inibição de a mesma obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução, de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente à arguida e

não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

28 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — A Oficial de Justiça, *Maria Amália Ramos*.

Aviso de contumácia n.º 21 646/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, Juiz de Direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 490/92, a correr termos neste Juízo e Secção, contra o arguido José Daniel Rodrigues Peres, nascido a 11 de Dezembro de 1937, natural de Marrocos, filho de Manuel Nunes Peres e de Candelaria Rodrigues Silva Peres, e residente na Rua do Carvalhal, 31, Valadares, Vila Nova de Gaia, por despacho de 29 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 647/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 31/95, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o Ministério Público move ao arguido Manuel Barbosa Rodrigues, casado, industrial, nascido a 4 de Dezembro de 1959, natural de Roriz, Barcelos, filho de Joaquim Barbosa Rodrigues e de Clemência de Sousa Barbosa, e com última residência conhecida no lugar de Rebordelo, Roriz, Barcelos, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi declarada a cessação de contumácia determinada por despacho de 30 de Outubro de 1997.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria Gomes Moreira*. — A Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 648/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 287/97, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido José Amaro dos Santos, solteiro, pintor da construção civil, nascido a 21 de Setembro de 1955, natural da Cedofeita, Porto, filho de Manuel dos Santos Pereira e de Maria Adelaide Amaro, titular do bilhete de identidade n.º 8190076, emitido em 30 de Abril de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de Santana, 16, Porto, ao qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, actualmente artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, tem para o arguido as seguintes implicações: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a inibição de o mesmo obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente ao arguido e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Jaquel Pinto*.

Aviso de contumácia n.º 21 649/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 10 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 251/97, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Paula Alexandra Antunes Pereira Jacinto, casada, desempregada, nascida a 25 de Maio de 1967, natural de Angola, filha de Fernando Alberto Andorinha Pereira e de Maria Delfina Antunes Moura Pereira, titular do bilhete de identidade n.º 7709916, emitido em 3 de Dezembro de 1993, pelo

Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua dos Malmequeres, lote 36, Vivenda Moura e Filhos, Quinta de Cima, Charneca de Caparica, Almada, à qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, tem para a arguida as seguintes implicações: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a inibição de a mesma obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução, de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente à arguida e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — A Oficial de Justiça, *Fernanda Gonçalves*.

Aviso de contumácia n.º 21 650/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 211/97, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Lazar Hirtu, nascido a 7 de Maio de 1939, natural da Roménia, e com última residência conhecida na Avenida de João XXI, 6, 2.º, Lisboa, ao qual é imputado um crime de furto, previsto e punido pelos artigos 296.º do Código Penal de 1982 e 203.º do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — A Oficial de Justiça, *Fernanda Gonçalves*.

Aviso de contumácia n.º 21 651/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 906/92, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o Ministério Público move contra o arguido Eurico Manuel Couto de Oliveira e Silva, casado, reformado, nascido a 8 de Maio de 1940, natural de Paranhos, Porto, filho de Eurico de Oliveira e Silva e de Amélia Couto de Oliveira e Silva, portador do bilhete de identidade n.º 3778513, emitido em 25 de Outubro de 1982, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua de Diogo Botelho, 1770, 1.º, esquerdo, Porto, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, na redacção introduzida pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 17 de Maio de 1993.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — O Oficial de Justiça, *António José Bento de Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 652/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, Juiz de Direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 162/93, a correr termos neste Juízo e Secção, contra o arguido José António Fernandes Carvalhosa de Freitas, nascido a 19 de Abril de 1951, natural de São Paio, Arcos de Valdevez, filho de Fernando Carvalhosa de Freitas e de Glória Cerqueira Fernandes, e residente no lugar de Faquelo, São Paio, Arcos de Valdevez, por despacho de 31 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 653/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, Juiz de Direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Cri-

minal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 647/96, a correr termos neste Juízo e Secção, que o Ministério Público move ao arguido Josef Insali, solteiro, nascido a 3 de Janeiro de 1968, natural da Guiné-Bissau, filho de Jorge Insali e de Isabel Male, portador do bilhete de identidade n.º 16134792, emitido em 23 de Maio de 1993, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua da Rainha D. Luísa de Gusmão, 3, Lisboa, por estar acusado da prática de um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º, n.º 1, e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido, além da suspensão dos termos posteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Escriutária Judicial, *Ana Maria Martins*.

Aviso de contumácia n.º 21 654/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, Juiz de Direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 771/94, a correr termos neste Juízo e Secção, que o Ministério Público move ao arguido José Carlos Catarino Vidal, casado, engenheiro civil, nascido a 5 de Fevereiro de 1956, natural de Santiago, Sesimbra, filho de Eduardo Pegada da Silva e de Rosa Malhado Soares Catarino, portador do bilhete de identidade n.º 4918941, emitido em 13 de Fevereiro de 1990, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Estrada da Quintinha, Prédio Ulisses, rés-do-chão, esquerdo, Cotovia, Sesimbra, por estar acusado da prática de um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º, n.º 1, e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido, além da suspensão dos termos posteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Escriutária Judicial, *Ana Maria Martins*.

Aviso de contumácia n.º 21 655/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, Juiz de Direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 445/94, a correr termos neste Juízo e Secção, que o Ministério Público move ao arguido Pedro Nuno dos Santos Jacques de Sousa, casado, empresário, nascido a 27 de Dezembro de 1960, filho de Fernando J. Jacques Carvalho e Sousa e de Regina O. G. S. J. Sousa, portador do bilhete de identidade n.º 3816384, emitido em 25 de Janeiro de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua de Lisboa, 1-C, Estoril, Cascais, por estar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 2, alínea c), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada cessada a declaração de contumácia proferida contra o referido arguido.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Escriutária Judicial, *Ana Maria Martins*.

Aviso de contumácia n.º 21 656/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 13 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 876/96, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido José Maria Silva Bastos, solteiro, industrial, nascido a 16 de Novembro de 1942, natural de São João da Madeira, filho de José Gomes de Bastos e de Maria Alice da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 1671069, emitido em 9 de Outubro de 1986, e com última residência conhecida na Rua das Travessas, 649, cave, São João da Madeira, ao qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, ou 217.º do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos posteriores do processo,

nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, tem para o arguido as seguintes implicações: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a inibição de o mesmo obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis; ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente ao arguido e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — A Oficial de Justiça, *Maria Amália Ramos*.

Aviso de contumácia n.º 21 657/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, Juiz de Direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 551/88, a correr termos neste Juízo e Secção, que o Ministério Público move ao arguido Carlos Alberto Sousa Almeida, solteiro, técnico de desenho, nascido a 4 de Abril de 1966, natural de Massarelos, Porto, filho de Afonso Henriques Barbosa de Almeida e de Maria de Sousa Cardoso, portador da cédula n.º 85329, emitida em 14 de Junho de 1966, pela 3.ª Conservatória de Registo Civil do Porto, e com última residência conhecida na Rua do Valado, 146, Fânzeres, Gondomar, por estar acusado da prática de um crime de furto qualificado na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 22.º, 23.º, 74.º, 296.º e 297.º, n.ºs 1, alínea g), e 2, alíneas d) e h), do Código Penal, foi declarada cessada a declaração de contumácia proferida contra o referido arguido.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Escriutária Judicial, *Ana Maria Martins*.

Aviso de contumácia n.º 21 658/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 1020/96, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Alberto Santos Ferreira Aparício, casado, nascido a 29 de Setembro de 1952, natural da Senhora da Hora, Matosinhos, filho de Benjamim Ferreira dos Santos e de Leonor Augusta Ferreira dos Santos, e com última residência conhecida na Rua de Ribeiro de Sousa, 309, 2.º, Porto, ao qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos posteriores do processo, tem para o arguido as seguintes consequências: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ele celebrados após a presente declaração e a inibição de o mesmo obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis; ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente ao arguido e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Escriutária Judicial, *Sandra Castro*.

Aviso de contumácia n.º 21 659/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 1021/96, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Antero Santos da Silva, solteiro, vendedor, nascido a 2 de Dezembro de 1967, natural de Aricera, Armamar, filho de José da Silva e de Maria Gouveia Santos, e com última residência conhecida na Avenida do 1.º de Maio, 11, 3.º, São Dinis, Vila Real, ao qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos posteriores do processo, tem para o arguido as

seguintes consequências: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ele celebrados após a presente declaração e a inibição de o mesmo obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente ao arguido e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Isolina Cardoso Costa*.

Aviso de contumácia n.º 21 660/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 1020/96, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria Herminia Pinto Monteiro Aparício, nascida a 27 de Agosto de 1956, natural de Campanhã, Porto, filha de José da Silva Monteiro e de Deolinda Pinto Monteiro, e com última residência conhecida na Rua de Ribeiro de Sousa, 309, 2.º, Porto, à qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, tem para a arguida as seguintes consequências: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ela celebrados após a presente declaração e a inibição de a mesma obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente à arguida e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Escriutária Judicial, *Sandra Castro*.

Aviso de contumácia n.º 21 661/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 716/96, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Alexandrina Lisete Vitoreiro Cardoso, solteira, nascida a 4 de Fevereiro de 1972, natural de Póvoa de Varzim, filha de Joaquim Cardoso e de Eva Maria da Conceição Vitoreiro, e com última residência conhecida na Rua de Clotilde Ferreira da Cruz, 59, 2.º, direito, na Maia, à qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, tem para a arguida as seguintes consequências: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ela celebrados após a presente declaração e a inibição de a mesma obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente à arguida e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Escriutária Judicial, *Sandra Castro*.

Aviso de contumácia n.º 21 662/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 19 de Setembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 172/93, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o Ministério Público move contra o arguido Álvaro Alfredo Pinto Fernandes da Silva, casado, nascido a 18 de Maio de 1957, filho de António Fernandes da Silva e de Maria das Angústias da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 5941564, emitido em 15 de Outubro de 1991, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Rua de Moura Couti-

nho, Apartado 402, Maximinos, Braga, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, foi declarada a cessação de contumácia determinada por despacho de 15 de Julho de 1993.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — A Oficial de Justiça, *Maria Luísa Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 663/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 24 de Setembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 690/96, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Francisco da Conceição Gomes, solteiro, estudante, nascido a 26 de Junho de 1972, natural de Angola, filho de José Gomes e de Maria da Conceição Vemba, titular do bilhete de identidade n.º 16150101-0, emitido em 6 de Janeiro de 1994, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Avenida de D. Afonso Henriques, 27, 4.º, esquerdo, Almada, ao qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, ou 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, tem para o arguido as seguintes implicações: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e a inibição de o mesmo obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente ao arguido e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — A Oficial de Justiça, *Maria Luísa Grilo*.

Aviso de contumácia n.º 21 664/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 487/92, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move ao arguido António Pereira da Silva, casado, industrial, nascido a 12 de Agosto de 1954, natural da freguesia e concelho de Vila Nova de Famalicão, filho de José Joaquim da Silva e de Idalina Dias Pereira, e com última residência conhecida em Prazins, Lagoa, Vila Nova de Famalicão, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 3 de Novembro de 1997.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 665/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 286/94, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move ao arguido José Teixeira Caturna, casado, industrial da construção civil, nascido a 9 de Fevereiro de 1950, natural de Canidelo, Vila Nova de Gaia, filho de Felisberto Moreira Caturna e de Maria Amélia Teixeira, e residente na Rua do Barroco, 177, Canidelo, Vila Nova de Gaia, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 3 de Novembro de 1997.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Oficial de Justiça, *Sandra Castro*.

Aviso de contumácia n.º 21 666/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 586/94, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do

Ministério Público move ao arguido Salvador José da Conceição Vieira, nascido a 10 de Dezembro de 1951, natural de Pêra, Silves, filho de José da Conceição Domingos e de Maria da Conceição Domingos, e com última residência conhecida na Quinta das Abadias, lote T, 4.º, esquerdo, Figueira da Foz, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 3 de Novembro de 1997.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Oficial de Justiça, *Sandra Castro*.

Aviso de contumácia n.º 21 667/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 844/94, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move ao arguido António José C. Sotto Mayor Moreira, nascido a 26 de Março de 1956, natural de Moçambique, filho de Joaquim Lopes Moreira e de Amábélia Sotto Mayor Moreira, titular do bilhete de identidade n.º 4726863, e residente na Rua de Santos Lima, 28, 5.º, C, Braga, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 3 de Novembro de 1997.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria de Sousa Gomes Moreira*. — A Oficial de Justiça, *Sandra Castro*.

Aviso de contumácia n.º 21 668/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 537/96, pendentes na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Henrique Miranda Nunes, casado, chefe de departamento, nascido a 3 de Junho de 1953, natural de Luanda, Angola, filho de António Gomes Alexandre Nunes e de Joaquina de Miranda Madel Nunes, e com última residência conhecida no Casal de Moledo, lote 4, rés-do-chão, esquerdo, Alverca, Vila Franca de Xira, ao qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi a mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração, que ordena a suspensão dos termos ulteriores do processo, tem para o arguido as seguintes consequências: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ele celebrados após a presente declaração e a inibição de o mesmo obter ou renovar o bilhete de identidade, o passaporte e a carta de condução e de efectivar registos nas conservatórias dos registos predial, comercial e de automóveis, ficando vedada a qualquer dos serviços dos registos e do notariado de qualquer serviço público português, interno ou consular, a satisfação de requisições de certificados, certidões ou documentos análogos que digam respeito exclusivamente ao arguido e não sejam feitas por autoridades ou repartições públicas.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ligia Maria Gomes Moreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Isolina Cardoso Costa*.

Aviso de contumácia n.º 21 669/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 260/93, a correr termos neste Juízo e Secção, contra o arguido José António Ferreira da Silva, nascido a 26 de Março de 1960, natural de Nogueira, Maia, filho de António Júlio da Silva e de Elvira Fernanda da Silva Ferreira, e residente na Rua do Engenheiro Pedro Inácio Lopes, bloco 2, entrada 102, casa 42, Porto, por despacho de 3 de Novembro de 1997, foi declarada cessada a contumácia em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 670/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 201/94, pendente na 2.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António de Jesus Ferrei-

ra, casado, nascido a 9 de Maio de 1946, natural de Espiunca, Arouca, Aveiro, filho de José Soares Ferreira e de Maria Celeste de Jesus, portador do bilhete de identidade n.º 1714530, com última residência conhecida na Avenida da República, 2230, 1.º, direito, Vila Nova de Gaia, e actualmente detido no Estabelecimento Prisional do Porto, ao qual é imputado um crime de burla agravada e falsificação de documentos, previsto e punido pelos artigos 313.º, n.º 1, 314.º, alínea c), e 228.º, n.º 1, alínea a), e 2, do Código Penal, foram julgados cessados a declaração de contumácia e os efeitos dela (artigo 336.º do Código de Processo Penal) relativamente ao arguido, dado ter sido extinto o procedimento criminal instaurado contra o mesmo, por apresentação.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível*). — A Escriturária Judicial, *Dina Cunha*.

Aviso de contumácia n.º 21 671/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 442/93, a correr termos neste Juízo e secção, contra o arguido Joaquim Gonçalves Gomes, nascido a 24 de Março de 1951, natural de Ermesinde, Valongo, filho de Joaquim Gonçalves Gomes e de Maria Gomes Lopes, e residente na Rua de São Paulo, 33, Porto, por despacho de 31 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia, em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 672/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 239/97, a correr termos neste Juízo e Secção, que o Ministério Público move ao arguido Alberto dos Santos Ferreira Aparício, casado, nascido a 29 de Setembro de 1952, natural da Senhora da Hora, Matosinhos, filho de Benjamim Ferreira Aparício e de Leonor Augusta Ferreira dos Santos, portador do bilhete de identidade n.º 02871383, emitido em 27 de Abril de 1993, e residente na Rua de Ribeiro de Sousa, 309, 2.º, Porto, por estar acusado da prática de um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo, declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º, n.º 1, e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido, além da suspensão dos termos ulteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — O Escrivão-Adjunto, *Alfredo Jorge Peixoto*.

Aviso de contumácia n.º 21 673/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 239/97, a correr termos neste Juízo e Secção, que o Ministério Público move à arguida Maria Hermínia Pinto Monteiro Aparício, casada, nascida a 27 de Agosto de 1956, natural de Campanhã, Porto, filha de José da Silva Monteiro e de Deolinda Pinto Monteiro, portadora do bilhete de identidade n.º 03268094, emitido em 14 de Julho de 1993, e residente na Rua de Ribeiro de Sousa, 309, 2.º, Porto, por estar acusada da prática de um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º, n.º 1, e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida, além da suspensão dos termos ulteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — O Escrivão-Adjunto, *Alfredo Jorge Peixoto*.

Aviso de contumácia n.º 21 674/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo

comum, singular, n.º 964/96, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Laura Lemos, nascida a 1 de Novembro de 1944, natural de Miragaia, Porto, filha de Irene Lemos, e com última residência conhecida na Rua do Adro de Baixo, 272, 3.º, direito, Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia, por estar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, actualmente artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi a mesma, por despacho de 3 de Novembro de 1997, declarada contumaz, ficando suspensos os posteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, nos termos do n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público (artigo 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal).

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Araújo*.

Aviso de contumácia n.º 21 675/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, por despacho de 4 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 815/94, a correr termos neste Juízo e Secção, que o Ministério Público move ao arguido Jaime Martins Gomes, casado, vendedor, nascido a 30 de Junho de 1935, natural de Santa Engrácia, Lisboa, filho de João Gomes e de Gertrudes Emília Marques Martins Gomes, portador do bilhete de identidade n.º 74159, emitido em 11 de Dezembro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e residente na Avenida de Tomás da Anunciação, 45, 6.º, A, Lisboa, por estar acusado da prática de um crime previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º, n.º 1, e 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido, além da suspensão dos termos posteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Maria Martins*.

Aviso de contumácia n.º 21 676/97 — AP. — O Dr. José do Nascimento Rosa, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 232/97, que o Ministério Público move contra a arguida Petra Susanne Napirei, nascida a 26 de Março de 1957, natural da Alemanha, e com última residência conhecida no Edifício Lamego, Apartamento 502, Avenida de Tomás Cabreira, Portimão, por estar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, actualmente artigos 217.º e 218.º, n.º 2, do Código Penal revisto, foi a mesma, por despacho de 4 de Novembro de 1997, declarada contumaz, ficando suspensos os posteriores termos do processo até à sua apresentação ou detenção, nos termos do n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público (artigo 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal).

5 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José do Nascimento Rosa*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Araújo*.

Aviso de contumácia n.º 21 677/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 5 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 37/96, pendente na 1.ª Secção do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, que o Ministério Público move à arguida Maria da Graça Rocha Pires Espanha Cabaça, casada, comerciante, nascida a 13 de Novembro de 1949, natural de Olhão, filha de Manuel Pires Espanha e de Margarida da Rocha Varela, e residente na Rua de Teófilo Braga, 7, Olhão, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, e actualmente previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, foi

declarada a cessação de contumácia determinada por despacho de 19 de Dezembro de 1996.

5 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel Cardoso Miguez Garcia*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Jorge Pereira*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 21 678/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 606/96, que o Ministério Público move contra o arguido José Augusto Fernandim do Espírito Santo, casado, industrial, nascido a 12 de Dezembro de 1968, natural de Valpaços, filho de Augusto Teixeira do Espírito Santo e de Hermínia da Assunção Ruivo Fernandim, titular do bilhete de identidade n.º 9899244, emitido pela DSIC, ausente em parte incerta, com última residência conhecida no Bairro do Bonito, Valpaços, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.ºs 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que a arguida figure como titular.

22 de Setembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 679/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 874/96, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Virgínia Vieira da Silva, casada, empresária, nascida a 17 de Abril de 1957, natural de Palmeira, Braga, filha de Amadeu da Silva e de Maria da Glória Vieira, titular do bilhete de identidade n.º 6831358, emitido pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de Adelino Arantes, 11, rés-do-chão, direito, Braga, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi a mesma declarada em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.ºs 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, certidões ou registos junto de qualquer autoridade pública, designadamente carta de condução, bilhete de identidade, passaporte e certificados do registo criminal.

22 de Setembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 680/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 606/96, que o Ministério Público move contra o arguido Emanuel Augusto Martins de Macedo, casado, comerciante, nascido a 2 de Março de 1957, natural do Bonfim, Porto, filho de António Elísio Alves de Macedo e de Teresa da Conceição Martins Nogueira, titular do bilhete de identidade n.º 3463658, emitido em 9 de Junho de 1989, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida no Bairro do Bonito, Valpaços, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.ºs 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos

cos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

22 de Setembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 681/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 112/94, que o Ministério Público move contra o arguido Vítor Manuel Ferreira Oliveira, filho de José Fonseca Oliveira e de Maria Isolina Ferreira de Sousa, nascido a 22 de Outubro de 1969, no Porto, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Travessa do Monte da Bela, 116, Porto, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, fica vedado ao arguido obter certidões de registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução e sua renovação, bilhete de identidade e sua renovação, passaporte e sua renovação e quaisquer registos.

2 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Antónia Rios de Carvalho*. — O Oficial Judicial, *Ana Maria Correia de Castro Silva*.

Aviso de contumácia n.º 21 682/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 1236/93, que o Ministério Público move contra o arguido Oscar Augusto Ferreira da Costa, casado, empresário, nascido aos 28 de Julho de 1969, natural de Vila das Aves, Santo Tirso, filho de Augusto Moreira da Costa e de Delfina Ferreira de Macedo, titular do bilhete de identidade n.º 10428890, emitido em 26 de Fevereiro de 1991, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Urbanização das Fontainhas, lote 13, 3.º, esquerdo, Vila das Aves, Santo Tirso, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

8 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 683/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 1034/94, que o Ministério Público move contra o arguido Amadeu Barbosa de Oliveira, casado, vendedor, nascido a 3 de Dezembro de 1953, natural de Jovim, Gondomar, filho de Adelino Barbosa Oliveira e de Jerónima Martins Oliveira, titular do bilhete de identidade n.º 5740023, emitido em 11 de Maio de 1983, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Travessa do Sol, Fânzeres, Gondomar, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natu-

reza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

8 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 684/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 16 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 122/95, a correr termos pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, em que é arguida Benvenida Pimenta Vitorino Brito, casada, vendedora, nascida a 1 de Março de 1971, natural de Massarelos, Porto, filha de António Robalo Vitorino e de Maria Cassilda Pimenta, titular do bilhete de identidade n.º 9563101, emitido em 18 de Outubro de 1994, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, residente na Rua de Guerra Junqueiro, 20, 1.º, direito, Pedrouços, Maia, foi declarada caduca a declaração de contumácia, proferida contra a referida arguida, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

20 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 685/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 169/97, que o Ministério Público move contra Isabel Ribeiro Silva, titular do bilhete de identidade n.º 11426074, emitido em 15 de Julho de 1994, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, solteira, nascida a 14 de Fevereiro de 1974, natural de França, filho de José Silva e de Almerinda Santos Ribeiro, ausente em parte incerta, com última residência conhecida em Dominguiso, Covilhã, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 217.º do Código Penal, foi a mesma declarada em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a inibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas bancárias em que a arguida figure como titular.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — O Oficial de Justiça, *António José da Silva Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 686/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 389/93, que o Ministério Público move contra o arguido Francisco José João Vieira Mendes, titular do bilhete de identidade n.º 7393983, emitido em 29 de Julho de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, solteiro, encarregado de armazém, nascido a 10 de Dezembro de 1965, natural de Rossas, Fafe, filho de Herculano Gonçalves Vieira Mendes e de Maria de Assunção João, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de Camões, 772, Porto, foi declarada caduca a declaração de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — O Oficial de Justiça, *António José da Silva Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 687/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 864/96, que o Ministério Público move contra o arguido José Rui da Cunha Brandão, solteiro, sem profissão, nascido a 2 de Julho de 1960, natural de Miragaia, Porto, filho de pai natural e de Vitalina da Cunha Brandão, titular do bilhete de identidade n.º 10021829, emitido em 19 de Março de 1984, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lis-

boa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida no Bairro de São João de Deus, bloco 1, entrada 92, casa 20, Porto, por ter cometido o crime de furto, previsto e punido pelo artigo 296.º do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 688/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 939/95, que o Ministério Público move contra o arguido Alfredo António Rodrigues Teles Veloso, titular do bilhete de identidade n.º 3603738, emitido em 10 de Dezembro de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, divorciado, terceiro escriturário, nascido a 2 de Agosto de 1957, natural de Ramalde, Porto, filho de Manuel Gilberto Bento Garcia Veloso e de Maria Luísa Valente Rodrigues Teles Bento Garcia Veloso, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de Costa Cabral, 1066, 3.º, direito, Porto, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 337.º do mesmo Código, o que implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidão ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — O Oficial de Justiça, *António José da Silva Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 689/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 649/96, que o Ministério Público move contra Maria Alice Matos Santos Ferreira, titular do bilhete de identidade n.º 8594947, emitido em 3 de Setembro de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, casada, costureira, nascida a 28 de Novembro de 1968, natural de V. N. de Telha, Maia, filha de Joaquim da Silva Santos e de Aurora Mimoso Vieira de Matos, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Rua da Igreja, 53, Vilar, Vila do Conde, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal, foi a mesma declarada em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a inibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidão ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas bancárias em que a arguida figure como titular.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — O Oficial de Justiça, *António José da Silva Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 690/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 449/93, que o Minis-

tério Público move contra o arguido António Araújo da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 3349185, emitido em 20 de Outubro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, casado, agente comercial, nascido a 13 de Fevereiro de 1953, natural da Cedofeita, Porto, filho de José Maria Ferreira da Silva e de Maria Isaltina Teixeira de Araújo, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de João de Deus, 158, casa 7, Vila Nova de Gaia, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 337.º do mesmo Código, o que implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidão ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — O Oficial de Justiça, *António José da Silva Ferreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 691/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 740/96, a correr termos pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, em que é arguido Fernando Sousa Maia, nascido a 4 de Maio de 1959, no Porto, filho de Joaquim Maia e de Maria José de Sousa Macedo, com última residência conhecida na Rua Nova do Seixo, 84, 1.º, esquerdo, Fânzeres, Gondomar, foi declarada caduca a declaração de contumácia, proferida contra o referido arguido, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Antónia Rios de Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria Correia de Castro Silva*.

Aviso de contumácia n.º 21 692/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 276/96, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Jorge Marques de Sá, casado, industrial, nascido a 14 de Novembro de 1967, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de José Costa e Sá e de Deolinda Louro Marques Sá, titular do bilhete de identidade n.º 8547060, emitido em 6 de Junho de 1988, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Avenida do General Humberto Delgado, 33, rés-do-chão, direito, Belas, Sintra, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 693/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 282/96, que o Ministério Público move contra o arguido António Isolino Silva, casado, vigilante, nascido a 2 de Julho de 1960, natural de Massarelos, Porto, filho de Isolino Alice e de Laura Silva Gomes, titular do bilhete de identidade n.º 6634794, emitido em 17 de Janeiro de 1992, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Rua da Cidreira, 219, São Mamede de Infesta, Matosinhos, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º,

n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 694/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 312/96, que o Ministério Público move contra o arguido Américo Silva Ferreira, casado, vendedor, nascido a 2 de Novembro de 1945, natural de São Miguel do Mato, Arouca, filho de António Ferreira Rua e de Maria Augusta Marques da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 2994115, emitido em 10 de Março de 1988, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Travessa do Dr. Manuel Ramos, 148, Grijó, Vila Nova de Gaia, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 695/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 184/96, que o Ministério Público move contra a arguida Laura Mimosas Morais da Fonseca, divorciada, controladora de qualidade, nascida a 20 de Março de 1956, natural de Massarelos, Porto, filha de Álvaro Abílio Morais da Fonseca e de Mariana Mimosa Fernandes, titular do bilhete de identidade n.º 5995227, emitido em 18 de Julho de 1994, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Rua do 5 de Outubro, Edifício Sinemar, 2, entrada 2, 3.º, esquerdo, Alto de Pega, Vila do Conde, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi a mesma declarada em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que a arguida figure como titular.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 696/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 774/94, que o Ministério Público move contra o arguido Joaquim Fernando de Bessa Fer-

reira, casado, industrial, nascido a 15 de Agosto de 1943, natural de Figueiras, Lousada, filho de Joaquim Ferreira e de Emília Coelho de Bessa, titular do bilhete de identidade n.º 3550186, emitido em 22 de Julho de 1987, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida em Além de Cima, Figueiras, Lousada, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 697/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 15 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 446/93, a correr termos pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, em que é arguido António Jorge Gonçalves Oliveira, casado, comerciante, nascido a 1 de Junho de 1952, natural de Cadelas, Guimarães, filho de Artur de Oliveira e de Maria Luísa Gonçalves, titular do bilhete de identidade n.º 2877131, emitido em 19 de Dezembro de 1990, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, residente na Rua de Santo André, 7, Braga, foi declarada caduca a declaração de contumácia, proferida contra a referida arguida, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 698/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 634/96, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguida Noémia Maria Silva Sardinha Gamenho Pimenta, casada, empregada de limpeza, nascida a 10 de Julho de 1954, na Carvoeira, Mafra, filha de Mário Sardinha Gamenho e de Filipa Maria da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 5498678, com última residência conhecida na vivenda Santos, Atrozela, 2765 Alcabideche, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, e hoje 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro a arguida acima identificada em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1), a caducidade desta declaração logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1) e a proibição de a arguida obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escriutária Judicial, *Maria Manuela Gomes Pinto de Zabalá*.

Aviso de contumácia n.º 21 699/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 664/96, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguida Maria José Rosa Patronilho, divorciada, doméstica, nascida a 14 de Outubro de 1948, no Torrão, Alcácer do Sal, filho de António José Patronilho e de Maria Perpétua Rosa, titular do bilhete de identidade n.º 4895329, com última residência conhecida na Rua dos Merouços, 87, Moreira, Maia, por ter cometido os crimes de burla e falsificação, previs-

tos e punidos pelos artigos 313.º, n.º 1, e 228.º, n.ºs 1, alínea b), e 2, do Código Penal de 1982, hoje 217.º, n.º 1, e 256.º, n.ºs 1, alínea b), e 3, do Código Penal de 1995, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro a arguida acima identificada em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1), a caducidade desta declaração logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1) e a proibição de a arguida obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escriutária Judicial, *Maria Manuela Gomes Pinto de Zabala*.

Aviso de contumácia n.º 21 700/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 903/96, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguido Adriano Fernando Oliveira de Almeida, casado, comerciante, nascido a 5 de Janeiro de 1939, em Rio Tinto, Gondomar, filho de Albino Pereira de Almeida e de Maria de Oliveira, titular do bilhete de identidade n.º 973438-4, residente na Rua de Florbela Espanca, 151, rés-do-chão, direito, 4300 Rio Tinto, Gondomar, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 218.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro o arguido acima identificado em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a caducidade desta declaração logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do mesmo Código), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do citado Diploma) e a proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela Gomes Pinto de Zabala*.

Aviso de contumácia n.º 21 701/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 763/96, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguido Mário Sepiacci, solteiro, professor, nascido a 3 de Setembro de 1952, em Itália, de nacionalidade italiana, filho de Paride Raffaele Sepiacci e de Aurora Dionisi, titular do bilhete de identidade n.º 16118711-0, com última residência conhecida na Rua do Duque de Palmela, 29, 4.º, frente, Porto, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro o arguido acima identificado em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a caducidade desta declaração logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do mesmo Código), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do citado Diploma) e a proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo auto-

móvel e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela Gomes Pinto de Zabala*.

Aviso de contumácia n.º 21 702/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 306/96, que o Ministério Público move contra o arguido Roger Gerard Vilmin, casado, industrial, nascido a 12 de Outubro de 1944, natural de França, filho de Alphonse Vilmin e de Mathilde Marchal, ausente em parte incerta, com última residência conhecida no Barreiro, Gavião, Vila Nova de Famalicão, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.ºs 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 703/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 783/95, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguido Francisco José Araújo Sousa Tavares, casado, nascido a 23 de Dezembro de 1956, em Rio Tinto, Gondomar, filho de José Ricardo de Carvalho Figueira de Sousa Tavares e de Maria Rita Correia da Silva Araújo, titular do bilhete de identidade n.º 3462382, com última residência conhecida na Rua de São Cristóvão, 54, 4435 Rio Tinto, Gondomar, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro o arguido acima identificado em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a caducidade desta declaração logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do mesmo Código), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do citado Diploma) e a proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela Gomes Pinto de Zabala*.

Aviso de contumácia n.º 21 704/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 544/96, que o Ministério Público move contra o arguido Fernando dos Anjos Oliveira Seabra Costa, filho de Adriano Lopes Seabra e de Rosa de Oliveira, natural de Mafamude, Vila Nova de Gaia, nascido a 31 de Janeiro de 1958, comerciante, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Praceta da Covilhã, Pedroso, Vila Nova de Gaia, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efei-

tos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, fica vedado ao arguido obter certidões de registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução e sua renovação, bilhete de identidade e sua renovação, passaporte e sua renovação e quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Antónia Rios de Carvalho*. — O Oficial Judicial, *Ana Paula*.

Aviso de contumácia n.º 21 705/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 884/96, que o Ministério Público move contra o arguido António José Carneiro Fontes, filho de Manuel Joaquim Alves Carneiro e de Maria da Conceição, natural de Vila Verde, Alijó, nascido a 17 de Agosto de 1934, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida no Freixo, Vila Verde, Alijó, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, fica vedado ao arguido obter certidões de registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução e sua renovação, bilhete de identidade e sua renovação, passaporte e sua renovação e quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Antónia Rios de Carvalho*. — O Oficial Judicial, *Ana Paula*.

Aviso de contumácia n.º 21 706/97 — AP. — O Dr. Jorge Augusto da Silva Dias, juiz de direito do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 764/96, a correr termos por esta Secção e Juízo, em que é arguido Manuel António Matos de Araújo, casado, comerciante, nascido a 10 de Setembro de 1964, em Vilar da Veiga, Terras de Bouro, filho de António Cândido de Araújo e de Maria de Lurdes Matos, titular do bilhete de identidade n.º 7701589, emitido em 23 de Dezembro de 1992, com residência em Sanguinhedo do Couto, Viseu, foi declarada cessada a contumácia em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Manuela Gomes Pinto de Zabala*.

Aviso de contumácia n.º 21 707/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 389/96, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguido Bento Teles Barreiras, casado, industrial, nascido a 18 de Janeiro de 1940, em Canelas, Vila Nova de Gaia, filho de Bernardino da Silva Barreiras e de Maria dos Prazeres Teles da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 3041382, com última residência conhecida na Rua de Delim de Lima, 487, Canelas, Vila Nova de Gaia, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, hoje 218.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro o arguido acima identificado em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1), a caducidade desta declaração logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1) e a proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 708/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 1089/93, do 3.º Juízo Crimi-

nal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguido Fernando Manuel dos Santos Pinto, divorciado, comerciante, nascido a 19 de Outubro de 1946, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Fernando Morgado Pinto e de Maria da Assunção Garcia dos Santos Pinto, titular do bilhete de identidade n.º 0016547, com última residência conhecida na Rua do Fundo da Gândara, 217, 1.º, esquerdo, Vale de Cambra, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro o arguido acima identificado em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1), a caducidade desta declaração logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1) e a proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 709/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 1009/95, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguido Joaquim Inácio Queiraz, casado, vendedor, nascido a 3 de Maio de 1963, em Mirandela, Bragança, filho de João Inácio Queiraz e de Maria da Luz Lopes, titular do bilhete de identidade n.º 5920885, emitido em 30 de Novembro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua do Tanque, 34, Mirandela, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal de 1982, hoje 217.º do Código Penal de 1995, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro o arguido acima identificado em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1), a caducidade desta declaração logo que o arguido se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1) e a proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 710/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 45-A/96, que o Ministério Público move contra o arguido Luciano Cardoso Lourenço, casado, comerciante, nascido a 26 de Setembro de 1955, natural de Ermida, Sertã, filho de Custódio Lourenço e de Maria Celeste Cardoso, titular do bilhete de identidade n.º 6753804, emitido em 28 de Setembro de 1989, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Rua de Bernardino Ribeiro, 376, rés-do-chão, traseiras, São Mamede de Infesta, Matosinhos, por ter cometido o crime de exploração ilícita de jogo, previsto e punido pelo artigo 3.º, 4.º, 6.º e 108.º, n.º 1, e 115.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, foi o mesmo declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º, do Código de Processo Penal com os efeitos no disposto nos n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos,

designadamente, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e quaisquer certidões ou registos junto das conservatórias, repartições de finanças, câmaras municipais e quaisquer outras autoridades públicas e o arresto de todas as contas de que o arguido figure como titular.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 711/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 964/95, que o Ministério Público move contra o arguido José Adérito Seixas Santos Cardoso, filho de António Manuel dos Santos Cardoso e de Rita da Conceição Seixas, nascido em Tabuaço, Viseu, a 6 de Março de 1950, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua da Ranha, 367, 1.º, Rio Tinto, Gondomar, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, ficando vedado ao arguido obter certidões do registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução, bilhete de identidade e passaporte e suas renovações e quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Antónia Rios de Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Ana Paula*.

Aviso de contumácia n.º 21 712/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 589/96, que o Ministério Público move contra o arguido Armando Augusto Rodrigues da Fonseca, filho de Armando Costa da Fonseca e de Liete Pereira Rodrigues da Fonseca, nascido em São Jorge de Arroios, Lisboa, a 28 de Junho de 1960, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de D. João de Castro, 6, 2.º, esquerdo, Amadora, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, ficando vedado ao arguido obter certidões do registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução, bilhete de identidade e passaporte e suas renovações e quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Antónia Rios de Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Ana Paula*.

Aviso de contumácia n.º 21 713/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 594/96, que o Ministério Público move contra o arguido António José Freitas de Carvalho, filho de António Mendes Carvalho e de Judite Lopes de Freitas, nascido em Paranhos, Porto, a 9 de Fevereiro de 1956, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de Serpa Pinto, 725, 3.º, esquerdo, Porto, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, ficando vedado ao arguido obter certidões do registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução, bilhete de identidade e passaporte e suas renovações e quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Antónia Rios de Carvalho*. — A Oficial de Justiça, *Ana Paula*.

Aviso de contumácia n.º 21 714/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 313/90, a correr termos pela 1.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, em que é arguido José Carlos Batista Reis, casado, empregado de balcão, nascido a 25 de Agosto de 1961, natural de Santo Ildefonso, Porto, filho de Daniel

António Alves Reis e de Maria Noémia Crespo Baptista Reis, titular do bilhete de identidade n.º 6507416, emitido em 13 de Maio de 1988, pela Direcção do Serviço de Identificação Civil, de Lisboa, residente na Rua do Capitão Aresta, 110, 1.º, Valongo, foi declarada caduca a declaração de contumácia, proferida contra o referido arguido, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos José Magalhães Raimundo*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Isabel Guedes*.

Aviso de contumácia n.º 21 715/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 340/95, do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, 2.ª Secção, em que é arguida Paula Cristina Dias Soares, solteira, empregada de escritório, nascida a 22 de Julho de 1963, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filha de José de Paula Soares e de Maria América Pereira Dias Soares, titular do bilhete de identidade n.º 6263098, com última residência conhecida na Travessa do 5 de Outubro, bloco D, Vale de Figueira, Sacavém, Loures, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, e hoje 217.º do Código Penal de 1995, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, declaro a arguida acima identificada em situação de contumácia, com as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1), a caducidade desta declaração logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1) e a proibição de a arguida obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3).

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto Silva Dias*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 716/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 861/93, que o Ministério Público move contra o arguido José Alberto Fernandes Gonçalves, casado, empreiteiro, nascido a 18 de Maio de 1966, em Massarelos, Porto, filho de José Ricardo Gonçalves dos Reis e de Marcelina Fernandes Maciel, titular do bilhete de identidade n.º 7876889, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua do Caminho do Calvário, 173, São Cosme, Gondomar, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, fica vedado ao arguido obter certidões de registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução e sua renovação, bilhete de identidade e sua renovação, passaporte e sua renovação e quaisquer registos.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto da Silva Dias*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria João*.

Aviso de contumácia n.º 21 717/97 — AP. — Faz-se saber que, pela 3.ª Secção do 3.º Juízo Criminal da Comarca do Porto, correm termos uns autos de processo comum n.º 692/92, que o Ministério Público move contra o arguido Amândio António Bento de Oliveira, divorciado, vendedor, nascido a 11 de Dezembro de 1956, em Moçambique, com nacionalidade portuguesa, filho de António Bento de Oliveira e de Carolina da Conceição Oliveira, titular do bilhete de identidade n.º 6057866, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida no Casal de São Romão, casa 1, rés-do-chão, São Romão, Leiria, onde lhe é imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado em situação de contumácia, de acordo com o disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os efeitos

tos do disposto no n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, fica vedado ao arguido obter certidões de registo de nascimento e outros, certificado do registo criminal, carta de condução e sua renovação, bilhete de identidade e sua renovação, passaporte e sua renovação e quaisquer registos.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Augusto da Silva Dias*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria João*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso de contumácia n.º 21 718/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum n.º 37/97, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move ao arguido Edwin Bristow, solteiro, administrador da firma Cosmotex — Comércio e Indústria de Têxteis, L.dá, nascido a 8 de Fevereiro de 1953, de nacionalidade inglesa, titular do passaporte n.º 315498-ZX, com última residência conhecida na Avenida da Liberdade, 53, 1.º, D, Sesimbra, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, e 217.º e 218.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e decretada a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectiva renovação e outros documentos, certidões e registos junto de autoridades ou serviços públicos, e, ainda, o arresto dos bens do arguido legalmente permitidos e o congelamento das suas contas bancárias, bem como a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal.

30 de Junho de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 719/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum n.º 788/96, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move ao arguido Luís da Silva Veiga, casado, comerciante, nascido a 24 de Março de 1953, em Paranhos, Porto, filho de Fernando Ferreira Veiga e de Albina Rosa da Silva, residente na Rua das Lavouras, 12, B, 2, rés-do-chão, esquerdo, Francelos, Valadares, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal de 1982, e 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e decretada a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectiva renovação e outros documentos, certidões e registos junto de autoridades ou serviços públicos, e, ainda, o arresto dos bens do arguido legalmente permitidos e o congelamento das suas contas bancárias, bem como a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 720/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 544/95, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move contra o arguido António Jorge Valente dos Reis, nascido a 14 de Fevereiro de 1949, filho de Jorge Valente dos Reis e de Ana Rosa Valente de Almeida, natural de Angola, 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, titular do bilhete de identidade n.º 381755, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida em Quinta e Rego, Valega, Ovar, pelo crime de burla para obtenção de alojamento, previsto e punido pelo artigo 316.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, foi declarada caduca, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, a declaração de contumácia.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 721/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 23 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum n.º 822/96, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move ao arguido José Pinheiro Pinto, nascido a 1 de Janeiro de 1963, em Gouveia, São Simão, Amarante, filho de António Pinto e de Deolinda de Jesus Pinheiro, residente na Rua do 25 de Abril, 27, Rio-meão, Santa Maria da Feira, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e decretada a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectiva renovação e outros documentos, certidões e registos junto de autoridades ou serviços públicos, e, ainda, o arresto dos bens do arguido legalmente permitidos e o congelamento das suas contas bancárias, bem como a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 722/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum n.º 770/96, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move à arguida Cristina Maria dos Santos Pereira, solteira, empregada de balcão, nascida a 4 de Junho de 1973, em Canedo, Santa Maria da Feira, filha de José Pereira de Jesus e de Ana Rosa dos Santos Ferreira, residente em Canedinho, Canedo, Santa Maria da Feira, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 13 de Setembro, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e decretada a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectiva renovação e outros documentos, certidões e registos junto de autoridades ou serviços públicos, e, ainda, o arresto dos bens da arguida legalmente permitidos e o congelamento das suas contas bancárias, bem como a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 723/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 23 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum n.º 536/96, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move aos arguidos José Filipe Caiado Calixto da Silva, casado, empregado de escritório, nascido a 22 de Junho de 1961, em Oliveira de Azeite, filho de José Calixto da Silva e de Maria Adelaide Caiado da Silva, com última residência conhecida no lugar da Fonte da Cova, Orreiro, bloco 2, rés-do-chão, São João da Madeira, e Vítor Manuel Correia Henriques, casado, industrial, nascido a 25 de Junho de 1946, no Socorro, Lisboa, filho de Américo Henriques e de Devinidade Henriques, com última residência conhecida na Rua do Professor Egas Moniz, 271, São João da Madeira, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, e 217.º e 218.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, foram os mesmos declarados contumazes, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e decretada a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectiva renovação e outros documentos, certidões e registos junto de autoridades ou serviços públicos, e, ainda, o arresto dos bens dos arguidos legalmente permitidos e o congelamento das suas contas bancárias, bem como a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 724/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 23 de Outubro de 1997, nos autos de proces-

so comum n.º 824/96, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move ao arguido António Manuel Camacho Rodrigues, casado, estudante, nascido a 3 de Junho de 1963, em Leça do Balio, Matosinhos, filho de Francisco Manuel Rodrigues e de Eduarda Marques Santos Camacho, residente em Silveiras, apartado 251, Guimarães, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, e 217.º e 218.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e decretada a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectiva renovação e outros documentos, certidões e registos junto de autoridades ou serviços públicos, e, ainda, o arresto dos bens do arguido legalmente permitidos e o congelamento das suas contas bancárias, bem como a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 725/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 21 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum n.º 106/96, a correr termos pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move ao arguido Francisco Diamantino de Sousa Vale, casado, gerente, nascido a 10 de Dezembro de 1991, em Vila Nova de Gaia, filho de José Alberto dos Santos Vale e de Maria da Conceição Aranha Sousa, com última residência conhecida na Rua do Comendador de Sá Couto, 59, 2.º, esquerdo, pelo crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, e 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e decretada a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectiva renovação e outros documentos, certidões e registos junto de autoridades ou serviços públicos, e, ainda, o arresto dos bens do arguido legalmente permitidos e o congelamento das suas contas bancárias, bem como a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Aviso de contumácia n.º 21 726/97 — AP. — Faz-se saber que, pelo 1.º Juízo Criminal da Comarca de Santarém, correm termos uns autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 378/96, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Emília Chitas, filha de António Chitas e de Angelina da Conceição, nascida a 17 de Maio de 1967, solteira, operária fabril, com última residência conhecida na Rua de João Maria da Silva Correia, 18-20, Benavente, por se encontrar acusada da prática de três crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, em conjugação com o artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, pelo que foi aquela arguida declarada contumaz, por despacho de 11 de Outubro de 1997, nos termos dos artigos 336.º e 337.º ambos do Código de Processo Penal. Tal declaração, que caducará logo que a arguida se apresente em Juízo ou a sua detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, tem o efeito jurídico de serem anulados todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, e, ainda, a proibição de obter ou renovar certidões ou registos junto das entidades públicas competentes, e, bem assim, passaporte, bilhete de identidade, carta de condução de qualquer veículo automóvel ou respectivas renovações, nos termos do artigo 337.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Processo Penal.

16 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Pilar Pereira de Oliveira.* — O Escriutário Judicial, *Paulo José Lopes da Cruz.*

Aviso de contumácia n.º 21 727/97 — AP. — A Dr.ª Maria Pilar Pereira de Oliveira, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da

Comarca de Santarém, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 1689/91, que o Ministério Público move contra Carlos José Almeida Fernandes, filho de Joaquim Fernandes e de Maria Vitória de Almeida, natural de Azambujeira, Rio Maior, Santarém, nascida a 24 de Agosto de 1950, titular do bilhete de identidade n.º 2298304, emitido em 3 de Abril de 1990, de nacionalidade portuguesa, com última residência conhecida em Malaqueijo, Rio Maior, por estar acusado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, por despacho proferido em 3 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia daquele arguido, por o mesmo se ter apresentado em Juízo. Para constar se lavrou o presente edital que vai ser legalmente afixado.

20 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Pilar Pereira de Oliveira.* — A Escriutária Judicial, *Sandra Margarida Perdigão.*

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Aviso de contumácia n.º 21 728/97 — AP. — O Dr. Joaquim António Galvão Duarte Silva, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santarém, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 183/95, a correr termos por este Juízo, que o Ministério Público move contra os arguidos João Manuel Correia Pinto Lopes, solteiro, gerente comercial, natural da freguesia de Ildefonso, titular do bilhete de identidade n.º 8613613, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua do Tenente Valadim, 252, habitação 32, Porto, acusado pela prática de um crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e João Filipe Gonçalves Vaz, solteiro, gerente comercial, natural de Angola, titular do bilhete de identidade n.º 8229394, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua do Barão de Cosmes, 57, Porto, acusado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foram os arguidos declarados contumazes, nos termos do disposto nos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal, por despacho de 15 de Julho de 1997, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou à detenção dos arguidos, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, conforme artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º, n.º 1, do mesmo Código), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelos arguidos após esta declaração, conforme artigo 337.º, n.º 1, do citado Código e a proibição de obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões de administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal). Para constar se lavrou o presente, que vai ser legalmente publicado.

15 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Joaquim António Galvão Duarte Silva.* — A Escrivã-Adjunta, *Maria Alzira Fernandes da Silva Costa.*

Aviso de contumácia n.º 21 729/97 — AP. — Faz-se saber que, pelo 2.º Juízo Criminal da Comarca de Santarém, correm seus termos uns autos de processo comum, singular, n.º 502/96, que o Ministério Público nesta comarca move contra o arguido David Alves Dias, casado, comerciante, nascido a 5 de Dezembro de 1950, natural de Gois, filho de Manuel Duarte Dias e de América Alves, com última residência conhecida na Rua H, 118, São Silvestre, Coimbra, titular do bilhete de identidade n.º 4309810, emitido em 18 de Março de 1993, pelo Arquivo de Identificação de Coimbra, por se encontrar acusado de ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, por referência ao artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo, por despacho datado de 12 de Fevereiro de 1997, declarado contumaz, o que implica: a suspensão dos termos ulteriores do processo, salvo actos urgentes (artigos 336.º e 320.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a declaração caducará logo que o arguido se apresente ou for detido, a anulabilidade dos negócios jurídicos do arguido após esta

declaração (artigo 337.º, n.º 1, do citado Código) e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

24 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Joaquim António Galvão Duarte Silva*. — A Escrivã-Adjunta, *Filomena Maria Alves Padrão Gomes*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Aviso de contumácia n.º 21 730/97 — AP. — A Dr.ª Anabela Maria Lopes Varizo Martins, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, por despacho proferido a 30 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 398/95, da 1.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move à arguida Maria Helena Cruz Fernandes Pinho Moura Pereira, casada, industrial, nascida a 8 de Abril de 1947, natural de Lordelo do Ouro, Porto, filha de José Fernandes de Pinho e de Idalina da Silva Cruz, titular do bilhete de identidade n.º 7097069, emitido em 17 de Fevereiro de 1987, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Delfim Maia, 231, rés-do-chão, Porto, e Urbanização Mestre Clara, 164, 2.ª, Moreira, Maia, e que lhe imputa a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, e 314.º, alínea c), do Código Penal, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 76, do Código de Processo Penal, foi cessada a situação de contumácia, cuja declaração havia sido publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 1996, dando-se sem efeito o anúncio de cessação de contumácia publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 24 de Outubro de 1997, de 18 de Janeiro de 1996.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Anabela Maria Lopes Varizo Martins*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 731/97 — AP. — A Dr.ª Anabela Maria Lopes Varizo Martins, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 772/95, da 1.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Amílcar Baltazar Gomes Oliveira, filho de António José de Oliveira e de Idalina Baltazar de Oliveira, nascido a 10 de Junho de 1962, casado, natural de Sebadelhe de Serra, Trancoso, vendedor, titular do bilhete de identidade n.º 7533239, com última residência conhecida na Rua das Laranjeiras, 91, Marinha Grande, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi este declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º a 337.º do Código de Processo Penal. Além da anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, para desmotivar a contumácia, fica o arguido proibido de obter quaisquer certidões ou registos junto das autoridades públicas e, bem assim, de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução de qualquer veículo e passaporte.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Anabela Maria Lopes Varizo Martins*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 732/97 — AP. — A Dr.ª Anabela Maria Lopes Varizo Martins, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, por despacho proferido a 3 de Novembro de 1997, nos autos de processo comum, singular, n.º 1016/94, pendente neste Juízo, que o Ministério Público move à arguida Maria do Castelo Oliveira Santos Azevedo, casada, comerciante, nascida a 15 de Agosto de 1969, em Coruche, filha de João Gonçalves Santos e de Nazaré Jesus Oliveira, com última residência conhecida na Praceta de Maria Celeste, lote 115, 1.º, direito, Baixa da Banheira, Moita, e que lhe imputa a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 76, do Código de Processo Penal, foi cessada a situação de contumácia, cuja declaração havia sido publi-

cada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 285, de 12 de Dezembro de 1994.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Anabela Maria Lopes Varizo Martins*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 733/97 — AP. — A Dr.ª Anabela Maria Lopes Varizo Martins, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 2118/94, da 1.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Paulo Belmiro Ribeiro Macedo, casado, comerciante, nascido a 2 de Novembro de 1967, natural de Paranhos, Porto, filho de Armando Macedo Leal e de Rosa Domingues Ribeiro, titular do bilhete de identidade n.º 8285225, emitido em 27 de Março de 1985, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida no lugar das Pedreiras, Palmeira, Braga, Porto, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º a 337.º do Código de Processo Penal. Além da anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, para desmotivar a contumácia, fica o arguido proibido de obter quaisquer certidões ou registos junto das autoridades públicas e, bem assim, de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução de qualquer veículo e passaporte.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Anabela Maria Lopes Varizo Martins*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 734/97 — AP. — A Dr.ª Anabela Maria Lopes Varizo Martins, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 658/95, da 1.ª Secção deste Juízo, que o Ministério Público move ao arguido Domingos Azevedo Ferreira, casado, comerciante, titular do bilhete de identidade n.º 6795417, emitido em 8 de Março de 1995, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente em Gol-drez, Palme, Barcelos, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. Além da anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, para desmotivar a contumácia, fica o arguido proibido de obter quaisquer certidões ou registos junto das autoridades públicas e, bem assim, de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução de qualquer veículo e passaporte.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Anabela Maria Lopes Varizo Martins*. — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*.)

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO SEIXAL

Aviso de contumácia n.º 21 735/97 — AP. — O Dr. Luís Manuel Santos Mendonça, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, registados neste 1.º Juízo sob o n.º 637/95.8PB.SXL, que o Ministério Público nesta comarca, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, move contra a arguida Dulce Marina Bento da Silva, solteira, guia turística, nascida a 27 de Fevereiro de 1968, na Arrentela, Seixal, filha de Maria Orlanda Camilo Bento Galinha, titular do bilhete de identidade n.º 7881162, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua dos Lusíadas, 119, 1.º, direito, Lisboa, por douto despacho de 27 de Outubro de 1997, foi a arguida, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, declarada contumaz, implicando esta declaração a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter bilhete de iden-

tidade, carta de condução e passaporte e certidões e registos junto de autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Manuel dos Santos Mendonça*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Adelina Cardoso*.

Aviso de contumácia n.º 21 736/97 — AP. — O Dr. Luís Manuel Santos Mendonça, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal, faz saber que, neste Juízo e no processo comum, colectivo, n.º 1139/94.5PBSXL, pendente contra o arguido José António Nunes Grilo, casado, nascido a 14 de Junho de 1959, em Almada, filho de Helder dos Santos Grilo e de Maria Augusta de Jesus Nunes Grilo, titular do bilhete de identidade n.º 5512482, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua da Cordoaria, 37, rés-do-chão, direito, Cruz de Pau, pela prática de um crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º, do Código de Processo Penal, é o mesmo notificado de que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, foi declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (n.º 3 do artigo 336.º do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, a proibição de obter bilhete de identidade, carta de condução e passaporte e certidões e registos junto de autoridades públicas e a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Manuel dos Santos Mendonça*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria do Carmo Loureiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 737/97 — AP. — O Dr. Luís Manuel Santos Mendonça, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal, faz saber que, neste Juízo e no processo comum, colectivo, n.º 659/95.9TASXL, pendente contra o arguido João Paulo Carapeto da Silva Rosa, filho de António Armando da Silva Rosa e de Arménia de Jesus Carapeto, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido a 13 de Agosto de 1967, titular do bilhete de identidade n.º 8201525, emitido em 20 de Junho de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua Quatro, 6, rés-do-chão, direito, Vale Boem, Charneca de Caparica, Cruz de Pau, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, é o mesmo notificado de que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, foi declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (n.º 3 do artigo 336.º do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, a proibição de obter bilhete de identidade, carta de condução e passaporte e certidões e registos junto de autoridades públicas e a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Manuel dos Santos Mendonça*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria do Carmo Loureiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 738/97 — AP. — O Dr. Luís Manuel Santos Mendonça, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal, faz saber que, neste Juízo e no processo comum, colectivo, n.º 15 120/94.0JALSB, pendente contra a arguida Marília Sanches Brito da Conceição, filha de Virgílio Dionísio de Brito e de Leonarda dos Santos Sanches de Brito, natural de São Sebastião, Setúbal, nascida a 25 de Janeiro de 1962, casada, doméstica, com última residência conhecida na Avenida de Francisco Fernandes, lote 5-A-22, Setúbal, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, é a mesma notificada de que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, foi declarada contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (n.º 3 do artigo 336.º do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração, a proibição de obter bilhete de identidade, carta de condução e passaporte e certidões e registos junto de autoridades públicas e a suspensão dos termos ulteriores do pro-

cesso até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Manuel dos Santos Mendonça*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria do Carmo Loureiro*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DO SEIXAL

Aviso de contumácia n.º 21 739/97 — AP. — A Dr.ª Georgina de Almeida Costa, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 2642/93, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Ana Maria Oliveira Branco, filha de Francisco António Branco e de Maria Alice Oliveira Ferreira, nascida a 9 de Julho de 1960, natural de Almada, titular do bilhete de identidade n.º 5545816, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de Abel Salazar, 24, 1.º, direito, Cruz de Pau, Seixal, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, tendo tal situação os seguintes efeitos para a arguida: a suspensão do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e certificado do registo criminal e certidões ou quaisquer documentos que requeira nas repartições de finanças.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Georgina de Almeida Costa*. — A Escrivã-Adjunta, *Olívia Gouveia*.

Aviso de contumácia n.º 21 740/97 — AP. — A Dr.ª Georgina de Almeida Costa, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca do Seixal, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 144/95 (396/93.9TASXL), que o digno magistrado do Ministério Público, move contra a arguida Maria de Fátima de Almeida Catulo Lucas, filha de José Pereira Catulo e de Elvira Borges de Almeida, nascida a 7 de Setembro de 1952, casada, doméstica, natural de Lavos, Figueira da Foz, com última residência conhecida na Rua do Professor Egas Moniz, lote 67, rés-do-chão, esquerdo, Paio Pires, Seixal, por ter cometido um crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º do Código Penal, por despacho de 23 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia da arguida.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Georgina de Almeida Costa*. — A Escriutária Judicial, *Andreia Parreira Fragoso*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SETÚBAL

Aviso de contumácia n.º 21 741/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 2648/95.4TASTB-B, do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal, que o Ministério Público move contra o arguido Francisco Manuel Maia Nobre, solteiro, gerente comercial, nascido a 5 de Agosto de 1948, natural da freguesia dos Anjos, concelho de Lisboa, filho de Francisco Farinha Nobre e de Cremilde Santos Maia Nobre, titular do bilhete de identidade n.º 6818808, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida no lugar do Apeadeiro, 4, Venda do Alcaide, Pinhal Novo, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, actualmente ao artigo 218.º, n.º 1, do actual Código Penal, foi o mencionado arguido declarado contumaz, por despacho de 23 de Outubro de 1997, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter, ou renovar, quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e certidões ou registos, junto dos serviços ou autoridades ligadas à administração pública, central, regional e local, incluindo os consulados de Portugal.

27 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *António José Martins Cabral*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

1.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SINTRA

Aviso de contumácia n.º 21 742/97 — AP. — Faz-se saber que, processo comum, singular, n.º 98/92, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra, que o digno magistrado do Ministério Público, move contra o arguido Albino Russo Marecos, filho de João do Rosário Marecos e de Gertrudes da Conceição Russo, nascido a 18 de Dezembro de 1948, natural de Achete, Santarém, com última residência conhecida na Rua do Dr. António José de Almeida, 9, 4.º, direito, Santarém, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi o arguido declarado contumaz, conforme publicação do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 1 de Agosto de 1996, por duto despacho de 20 de Dezembro de 1996, foi declarada cessada a declaração de contumácia contra o arguido, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Pinto do Amaral*. — A Oficial de Justiça, *Maria de S. José N. Rito*.

Aviso de contumácia n.º 21 743/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 6/94.7GHSNT, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra, contra a arguida Maria Esmeralda Antunes Graça, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, filha de Abílio Graça e de Francisca Antunes Graça, com última residência conhecida na Rua de Fausto de Figueiredo, vivenda Cardeal, Birre, Cascais, por se encontrar acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, é a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo ou seja detida (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos processuais até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do mesmo Código) e a proibição de a arguida obter ou renovar carta de condução e certidões ou registos de acções ou direitos sobre bens imóveis.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Pinto do Amaral*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 744/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 17/93.0PASNT, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra, a correr termos por este Juízo, movidos pelo digno magistrado do Ministério Público contra o arguido Fernando Mendes, nascido a 26 de Dezembro de 1957, na Guiné-Bissau, filho de Francisco Mendes e de Sábado da Costa, casado, titular do bilhete de identidade n.º 10953456, com última residência conhecida na Rua de Nisa, lote 80, 1.º, frente, Vale de Milhaços, Corroios, Almada, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia que caducará logo que o arguido se apresente em juízo ou seja detido (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal) tem os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos processuais até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do mesmo Código) e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, certidão de nascimento e carta de condução, bem como de obter certidões e efectuar registos ou praticar quaisquer outros actos junto das entidades públicas, nomeadamente repartições de finanças, cartórios notariais, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Pinto do Amaral*. — A Escrivã-Adjunta, *Dulce Sabino*.

Aviso de contumácia n.º 21 745/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 87/94.3TBSNT, do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra, pendente contra o arguido Pedro Alexandre Lepierre Tinoco Fagundes Barreto, nascido a 31 de Julho de 1969, em Angola, filho de Rui Manuel Fagundes Barreto e de Maria da Conceição Lemos Lepierre Tinoco Barreto, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8571020, com última residência conhecida na Tapada do Mocho, bloco E-2, 1.º, direito, Paço d' Arcos, Oeiras, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia que caducará logo que o arguido se apresente em juízo ou seja detido (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal) tem os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos processuais até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do mesmo Código) e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, certidão de nascimento e carta de condução, bem como de obter certidões e efectuar registos ou praticar quaisquer outros actos junto das entidades públicas, nomeadamente repartições de finanças, cartórios notariais, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Mário Pinto do Amaral*. — A Escrivã-Adjunta, *Dulce Sabino*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE SINTRA

Aviso de contumácia n.º 21 746/97 — AP. — O Dr. Francisco Gonçalves Domingos, juiz de direito do 2.º Juízo Criminal da Comarca de Sintra, faz saber que, no processo comum, singular, n.º 332/93.2TA, que o Ministério Público move contra José António Silvestre Simões, nascido a 3 de Fevereiro de 1953, filho de Otávio de Jesus Simões e de Maria do Céu Silvestre, natural do Socorro, Lisboa, com última residência conhecida na Rua da União Piedense, 88, 1.º, direito, Cova da Piedade, Almada, por se encontrar acusado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, ficando assim sem mais efeito as cominações aplicadas ao arguido e referidas no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, e cuja publicação foi efectuada no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Agosto de 1996.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Francisco Gonçalves Domingos*. — A Escrivã-Adjunta, *Isabel Margarida V. António*.

Aviso de contumácia n.º 21 747/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 381/95.6GISNT, pendente nesta comarca contra o arguido Fernando João, filho de Vunge Ngundza e João Luamba, natural de Angola, nascido a 4 de Maio de 1970, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16134687, com última residência conhecida na Rua de Veiga da Cunha, casa 23, Sintra, por se encontrar acusado pela prática de um crime de ofensas corporais simples, previsto e punido pelo artigo 142.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do mesmo Código) e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direc-

ção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Francisco Gonçalves Domingos*. — A Escrivã-Adjunta, *Cristina Maria V. R. Peniche da Silva*.

Aviso de contumácia n.º 21 748/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 369/95.7TASNT, pendente nesta comarca contra o arguido Vítor Manuel Rosado, filho de Manuel Rosado e de Ana Rosado, natural de Santo Antão, Évora, nascido a 28 de Maio de 1943, solteiro, comerciante, titular do bilhete de identidade n.º 215561, emitido em 18 de Março de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua da Vinha do Senhor, 2-C, cave esquerda, São Martinho do Porto, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do mesmo Código) e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Francisco Gonçalves Domingos*. — A Escrivã-Adjunta, *Cristina Maria V. R. Peniche da Silva*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso de contumácia n.º 21 749/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 550/94.6TAVFX, pendente no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Franca de Xira, contra o arguido Manuel Esteves Pereira, nascido a 3 de Setembro de 1943, natural de Palhais, Barreiro, filho de António Antunes Pereira, residente na Rua de Júlio Dinis, 81, rés-do-chão, Barreiro, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, cessada a declaração de contumácia.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Eleonora Maria Pereira de Almeida Viegas*. — A Escrivã-Adjunta, *Célia Maria Arsénio Nicolau*.

Aviso de contumácia n.º 21 750/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 3504/90, pendente no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Franca de Xira, contra o arguido Álvaro Marques Pires, nascido a 21 de Maio de 1954, natural da Sertã, filho de Jaime Martins da Silva Pires e de Palmira Marques, residente na Urbanização da Arroja, lote 71, 13.º, esquerdo, Odivelas, Loures, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi, por despacho proferido a 28 de Outubro de 1997, cessada a declaração de contumácia.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Eleonora Maria Pereira de Almeida Viegas*. — A Escrivã-Adjunta, *Célia Maria Arsénio Nicolau*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso de contumácia n.º 21 751/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 4457, pendente no 3.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Nova de Gaia, em que é acusado pelo Ministério Público da prática do crime de emissão de cheque sem

provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, a arguida Maria Irene Amaral Pereira, filho de Sebastião Martins Pereira e de Anadil Tavares Amaral, casada, comerciante, nascida a 8 de Novembro de 1965, em Moçambique, residente na Rua de Vasco da Gama, 130, Vale de Cambra, foi cessada a declaração de contumácia.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Conceição Pacheco Maia*. — A Oficial de Justiça, *Lisette O. Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 21 752/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 4907, pendente no 3.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Nova de Gaia, em que é acusado pelo Ministério Público da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, a arguida Maria Emília Manita, filho de José Domingos Manita e de Aurora Rocha Manita, divorciada, reformada, nascida a 1 de Janeiro de 1927, em Nossa Senhora da Anunciada, Setúbal, residente na Rua da Formosa, 90, 3.º, 4000 Porto, foi cessada a declaração de contumácia.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Conceição Pacheco Maia*. — A Oficial de Justiça, *Lisette O. Pereira*.

Aviso de contumácia n.º 21 753/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 6524, pendente no 3.º Juízo Criminal da Comarca de Vila Nova de Gaia, em que é acusado pelo Ministério Público da prática do crime de dano, previsto e punido pelo artigo 308.º, n.º 1, do Código Penal, o arguido Gonzalo de Oliveira Soares, filho de Belmiro de Oliveira Pinto e de Maria Manuela Soares Teixeira de Oliveira, solteiro, servente, nascido a 21 de Abril de 1972, na Venezuela, com última residência conhecida na Rua dos Ligestres, 371, São Félix da Marinha, 4400 Vila Nova de Gaia, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, implicando para o acusado a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de o arguido poder obter qualquer tipo de documentação em repartições públicas, administração fiscal e conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis, nomeadamente bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Conceição Pacheco Maia*. — A Oficial de Justiça, *Lisette O. Pereira*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DA COMARCA DE VISEU

Aviso de contumácia n.º 21 754/97 — AP. — Anuncia-se que, no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Viseu e no processo comum, singular, n.º 1048/94, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Torcato Miguel Gonçalves Gonzalez, solteiro, vendedor ambulante, nascido a 19 de Março de 1971, na freguesia de Rio Tinto, Gondomar, filho de Pedro do Carmo Gonzalez e de Maria de Fátima Gonçalves, titular do bilhete de identidade n.º 102247119, emitido em 11 de Junho de 1992, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida no Bairro de Contumil, bloco 6, entrada 264, casa 11, Campanhã, Porto, por haver cometido os crimes, um de injúrias, previsto e punido pelos artigos 165.º, n.º 1, e 168.º, n.ºs 1 e 2, um de coacção a funcionário, previsto e punido pelo artigo 384.º, n.º 1, e um de dano, previsto e punido pelo artigo 308.º e 309.º, n.º 3, alínea b), todos do Código Penal, é o mesmo notificado por esta forma de que, por despacho de 4 de Novembro de 1997, foi declarado contumaz, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 1 e 3, todos do Código de Processo Penal, declaração esta que implica para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração. Nos termos do disposto no n.º 3 do citado artigo 337.º do Código de Processo Penal, foi decretada, ainda, a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade e passaporte, bem como, certidões de nascimento e casamento junto das autoridades públicas.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Leonor de Campos Vasconcelos Esteves*. — A Escrivã-Adjunta, *Olivia Lourenço da Costa*.

Aviso de contumácia n.º 21 755/97 — AP. — Anuncia-se que, no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Viseu e no processo comum, singular, n.º 224/97, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Herculano dos Santos Pinto, solteiro, nascido a 8 de Agosto de 1979, natural da freguesia de Viseu, concelho de Viseu, filho de Alfredo Pinto e de Maria do Patrocínio dos Santos, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida no Matadouro Velho, à Rua de Serpa Pinto, Viseu, por haver cometido de ofensa à integridade física simples, previsto e punido nos termos do artigo 143.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, é o mesmo notificado por esta forma de que, por despacho de 4 de Novembro de 1997, foi declarado contumaz, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 1 e 3, todos do Código de Processo Penal, declaração esta que implica para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração. Nos termos do disposto no n.º 3 do citado artigo 337.º do Código de Processo Penal, foi decretada, ainda, a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade e passaporte, bem como, certidões de nascimento e casamento junto das autoridades públicas.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Leonor de Campos Vasconcelos Esteves*. — A Escrivã-Adjunta, *Olivia Lourenço da Costa*.

Aviso de contumácia n.º 21 756/97 — AP. — Anuncia-se que, no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Viseu e no processo comum, singular, n.º 358/97, que o digno agente do Ministério Público move contra a arguida Susana Casimiro Rodrigues, solteira, cabeleireira, nascido a 23 de Julho de 1978, natural da freguesia de Tondela, concelho de Tondela, filha de António Fernandes Rodrigues e de Isolina de Jesus Casimiro Rodrigues, titular do bilhete de identidade n.º 11347009, emitido em 26 de Abril de 1994, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida no Pinheiro, Santos Evos, Viseu, por haver cometido um crime de furto qualificado na forma tentada, previsto e punido nos termos dos artigos 296.º e 297.º, n.ºs 1 e 2, alínea d), do Código Penal, bem como artigos 22.º, 23.º, n.ºs 1 e 2, e 74.º, do mesmo Diploma, actualmente artigo 203.º, n.º 1, 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal revisto, é a mesma notificada por esta forma de que, por despacho de 4 de Novembro de 1997, foi declarada contumaz, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal, declaração esta que implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, foi decretada a proibição de a arguida obter ou renovar bilhete de identidade e passaporte, bem como certidões de nascimento ou de casamento junto de autoridades públicas.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Leonor de Campos Vasconcelos Esteves*. — A Escrivã-Adjunta, *Olivia Lourenço da Costa*.

Aviso de contumácia n.º 21 757/97 — AP. — Anuncia-se que, no 2.º Juízo Criminal da Comarca de Viseu e no processo comum, singular, n.º 346/97, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António Matos Monteiro Ribeiro, casado, industrial, nascido a 18 de Novembro de 1942, na freguesia de São Joaninho, Santa Comba Dão, filho de António de Matos Ribeiro e de Emília Pedro Monteiro, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida em Vila Pouca, Santa Comba Dão, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, correspondendo esta ao artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, foi declarado contumaz, por despacho de 4 de Novembro de 1997, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 1 e 3, todos do Código de Processo Penal, declaração esta que implica para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração. Nos termos do disposto no n.º 3 do citado artigo 337.º do Código de Processo Penal, foi decretada, ainda, a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade e passaporte, bem como, certidões de nascimento e casamento junto das autoridades públicas.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Leonor de Campos Vasconcelos Esteves*. — A Escrivã-Adjunta, *Olivia Lourenço da Costa*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE ANADIA

Aviso de contumácia n.º 21 758/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, colectivo, n.º 827, do Tribunal de Círculo de Anadia, que o Ministério Público move contra o arguido Armando Jorge Martins Monteiro, casado, comerciante, nascido a 21 de Março de 1968, natural do Vale Maior, Albergaria-a-Velha, filho de Armando da Silva Ventura e de Maria Célia Martins Monteiro, residente na Grela, Pessegueiro do Vouga, Sever do Vouga, encontrando-se indiciado em co-autoria e concurso real na prática de dois crimes de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelos artigos 176.º, n.º 2, e 177.º, n.ºs 1 e 2, do Código de Processo Penal, e dois crimes de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c) e h), do Código de Processo Penal, o primeiro na forma tentada e o segundo na forma consumada, por despacho de 4 de Novembro de 1997, foi declarada caduca a situação de contumácia em relação ao mesmo, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, que lhe havia sido imposta, por despacho de 7 de Julho de 1995, por apresentação.

5 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Carlos Manuel Rodrigues Carvalho Guerra*. — A Escriutária Judicial, *Amélia Rodrigues Nogueira da Rocha*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE BRAGA

Aviso de contumácia n.º 21 759/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, colectivo, registados sob o n.º 73/97, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra a arguida Gorete das Dores de Carvalho Fernandes, solteira, caixeira, nascida a 18 de Novembro de 1974, filha de Domingos Dias Fernandes e de Maria da Luz Matos de Carvalho Fernandes, natural de São João do Souto, Braga, com última residência conhecida na Rua dos Barbosas, 243, rés-do-chão, direito, Braga, e actualmente ausente em parte incerta, por haver cometido os crimes, um de falsificação, previsto e punido pelos artigos 228.º, n.ºs 1, alíneas a), b) e 2, e 229.º, n.º 1, e 229.º, n.º 1, e um de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º, n.º 1, todos do Código Penal de 1982, foi a mesma arguida declarada contumaz nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pela arguida após esta declaração.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Cabrita Vieira da Cunha*. — A Escriutária Judicial, *Isaura Silva Castro*.

Aviso de contumácia n.º 21 760/97 — AP. — O Dr. José Manuel Cabrita Vieira da Cunha, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Círculo de Braga, faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, colectivo, registados sob o n.º 127/97, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Fernando Elias Martins Fernandes, casado, ajudante de motorista, nascido a 9 de Abril de 1965, natural da Venda Nova, Montalegre, filho de Acácio Fernandes e de Cândida Martins Gonçalves, com última residência conhecida na Alameda do Fajal, 36, rés-do-chão, direito, frente, Braga, por haver indícios de ter praticado os crimes, um de receptação, previsto e punido pelo artigo 329.º, n.º 1, do Código Penal, um de tráfico de estupefacientes de menor gravidade, previsto e punido pelo artigo 25.º, alínea a), e outro de consumo, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi o arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Manuel Cabrita Vieira da Cunha*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria de Jesus Apolinário*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE COIMBRA

Aviso de contumácia n.º 21 761/97 — AP. — A Dr.ª Maria Isabel dos Santos Valongo, juíza de direito do Tribunal de Círculo

de Coimbra, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, registados sob o n.º 33/97, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido João Ferreira Torres Pimentel, casado, pedreiro, nascido a 12 de Outubro de 1962, filho de João Torres Pimentel e de Estrela Ferreira Tavares, natural de Pereira, Montemor-o-Velho, titular do bilhete de identidade n.º 8578511, com última residência conhecida na Rua da República, 37, rés-do-chão, em Fala, Coimbra, por haver cometido os crimes, um de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alíneas a) e b), e um de burla, previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1, ambos do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado contumaz, artigo 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e decretada a proibição de o arguido obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto das autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Isabel dos Santos Valongo*. — O Oficial de Justiça, *César Lopes de Azevedo*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DO FUNCHAL

Aviso de contumácia n.º 21 762/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, colectivo, n.º 284-A, do 1.º Juízo de Tribunal de Círculo do Funchal, contra José Fernando Rodrigues Alves, solteiro, pintor da construção civil, nascido a 12 de Janeiro de 1963, natural da freguesia e concelho de Machico, filho de Manuel Alves e de Aldora Rodrigues Canada, titular do bilhete de identidade n.º 9461433, emitido em 30 de Outubro de 1990, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente no Sítio da Serra de Água, Machico, ao qual era imputada a prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 297.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, alíneas c) e d), com referência ao artigo 298.º, n.º 2, todos do Código de Processo Penal, por despacho de 30 de Outubro de 1997, atento ao disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, foi declarada caducada a declaração de contumácia, dado o arguido ser ter apresentado em juízo.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jaime Ferdinando de Castro Pestana*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Bela A. Antunes*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE MIRANDELA

Aviso de contumácia n.º 21 763/97 — AP. — O Dr. Luís Fernando Machado Pires, juiz de direito do Tribunal de Círculo de Mirandela, faz saber que, no processo comum, colectivo, n.º 64/96, pendente neste Tribunal contra o arguido Armindo José Alvites da Costa, solteiro, estudante, filho de Armindo José Esteves e de Ismênia Amélia Vieira Alvites, nascido a 13 de Março de 1977, em Águas Revés e Castro, Valpaços, titular do bilhete de identidade n.º 11266815, emitido em 27 de Abril de 1995, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Rua da Igreja, Carvalhais, Mirandela, foi declarada cessada a declaração de contumácia, por ter sido detido.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Fernando Machado Pires*. — A Escriutária Judicial, *Fátima Jesus T. Matos Portela*.

Aviso de contumácia n.º 21 764/97 — AP. — O Dr. Luís Fernando Machado Pires, juiz de direito do Tribunal de Círculo de Mirandela, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, registados sob o n.º 6/97, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Pinto Coelho Cavaleiro, casado, pintor da construção civil, filho de José Pinto Coelho e de Maria da Conceição Cavaleiro, nascido a 21 de Outubro de 1966, em Frechas, Mirandela, com última residência conhecida no Bairro Social do Cachão, Mirandela, e ora ausente em parte incerta, por se encontrar acusado de ter cometido o crime de tráfico de estupefacientes de menor gravidade, previsto e punido nos termos do artigo 25.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta

declaração e a proibição de obter ou renovar os bilhete de identidade, passaporte e carta de condução, de obter certidões em quaisquer repartições públicas e de efectuar quaisquer registos nas mesmas repartições.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Fernando Machado Pires*. — O Oficial de Justiça, *José Maria Eiras*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE PORTIMÃO

Aviso de contumácia n.º 21 765/97 — AP. — A Dr.ª Ana Filipa Lourenço Ávila, juíza de direito do Tribunal de Círculo de Portimão, faz saber que, no processo comum n.º 16/96, do 2.º Juízo deste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Jorge Manuel Dias Rocha, solteiro, pedreiro, filho de Manuel de Jesus Rocha e de Maria da Piedade Dias, nascido em Pombal, a 18 de Junho de 1969, com residência no Casal Velho, Pombal, por despacho de 31 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, que havia sido declarada no processo comum n.º 102/94, deste Tribunal.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Filipa Lourenço Ávila*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José E. Parreira*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso de contumácia n.º 21 766/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, nos autos de processo comum, colectivo, n.º 57/97, a correr termos pelo Tribunal de Círculo de Santa Maria da Feira, que o Ministério Público move ao arguido José Manuel da Silva Oliveira, pelo crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos dos artigos 320.º e 336.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, conforme artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal e a impossibilidade de requerer bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e respectivas renovações certificado do registo criminal e certidão de nascimento, nos termos do artigo 337.º do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE SETÚBAL

Aviso de contumácia n.º 21 767/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, colectivo, registados sob o n.º 327/94-M, do Tribunal de Círculo de Setúbal, 2.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público, move contra a arguida Liliana Ferreira Oliveira, solteira, nascida a 1 de Dezembro de 1967, filha de Carlos Jesus Oliveira e de Maria de Fátima Ferreira, actualmente em parte incerta, e com última residência conhecida na Corredora, Sesimbra, por se encontrar acusada da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 228.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, do Código Penal, e artigo 30.º, n.º 2, do mesmo Código, depois de devidamente notificada nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal e não se ter apresentado em juízo dentro do prazo que lhes foi concedido, por despacho do juiz de direito, lavrado nos autos supra referidos e datado de 28 de Setembro de 1994, foi a referida arguida declarada contumaz, ficando suspensos os termos do processo até à sua apresentação ou detenção e com os seguintes efeitos: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de a arguida obter ou renovar, bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e certidão de nascimento.

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Anabela do Carmo Fernandes de Campos*. — O Escrivão-Adjunto, *Augusto Alexandre Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 768/97 — AP. — O Dr. Germano António Reis da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo comum, colectivo, n.º 2775/95.8TASTB-A, que corre seus termos no Tribu-

nal de Círculo de Setúbal, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Manuel Jacinto de Carvalho Machado e outros, solteiro, estudante, filho de Manuel Jacinto Machado e de Alexandra Maria Pereira de Carvalho, nascido a 23 de Agosto de 1975, natural de São Sebastião, Setúbal, titular do bilhete de identidade n.º 10545408-7, emitido em 23 de Novembro de 1993, com última residência conhecida na Rua de Mariano Coelho, 38, 1.º, direito, Setúbal, e actualmente em parte incerta, por se encontrar indiciado na prática de um crime de consumo de droga, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi o mesmo, por despacho de 8 de Outubro de 1997, declarado contumaz, ao abrigo do disposto no artigo 335.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal) e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de todas as autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Germano António Reis da Fonseca*. — A Escriutária Judicial, *Maria Emília Pêro Nunes Furtado*.

Aviso de contumácia n.º 21 769/97 — AP. — O Dr. Germano António Reis da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo comum, colectivo, n.º 2775/95.8TASTB-A, que corre seus termos no Tribunal de Círculo de Setúbal, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra a arguida Ana Paula Pereira Pinto Cordeiro e outros, casada, doméstica, filha de Rogério Rodrigues Pinto e de Maria Fernanda Pereira Henrique, nascida a 19 de Março de 1967, natural de São Sebastião, Setúbal, com última residência conhecida na Alameda das Palmeiras, 1, 2.º, esquerdo, em Setúbal, e actualmente em parte incerta, por se encontrar indiciada na prática de um crime de consumo de droga, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi o mesmo, por despacho de 8 de Outubro de 1997, declarada contumaz, ao abrigo do disposto no artigo 335.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal) e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de todas as autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Germano António Reis da Fonseca*. — A Escriutária Judicial, *Maria Emília Pêro Nunes Furtado*.

Aviso de contumácia n.º 21 770/97 — AP. — O Dr. Germano António Reis da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo comum, colectivo, n.º 2775/95.8TASTB-A, que corre seus termos no Tribunal de Círculo de Setúbal, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Rui Miguel da Conceição Pires e outros, solteiro, armador de ferro, filho de Manuel Raposo Pires e de Etelvina Maria da Conceição, nascido a 24 de Abril de 1977, natural de São Sebastião, Setúbal, titular do bilhete de identidade n.º 12285618, com última residência conhecida em Rua de Mário Sacramento, 34, 3.º, esquerdo, Setúbal, e actualmente em parte incerta, por se encontrar indiciado na prática de um crime de consumo de droga, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi o mesmo, por despacho de 8 de Outubro de 1997, declarado contumaz, ao abrigo do disposto no artigo 335.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal) e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de todas as autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Germano António Reis da Fonseca*. — A Escriutária Judicial, *Maria Emília Pêro Nunes Furtado*.

Aviso de contumácia n.º 21 771/97 — AP. — O Dr. Germano António Reis da Fonseca, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo comum, colectivo, n.º 2775/95.8TASTB-A, que corre seus termos no Tribunal de Círculo de Setúbal, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra a arguida Maria de Fátima Silva Ascenso e outros, solteira, empregada doméstica, filha de António da Silva Ascenso e de mãe incógnita, nascida a 24 de Dezembro de 1961, natural de Setúbal,

com última residência conhecida na Rua do Antigo Olival, 7, 42-D, em Setúbal, e actualmente em parte incerta, por se encontrar indiciada na prática de um crime de consumo de droga, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, foi o mesmo, por despacho de 8 de Outubro de 1997, declarada contumaz, ao abrigo do disposto no artigo 335.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal) e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de todas as autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Germano António Reis da Fonseca*. — A Escriutária Judicial, *Maria Emília Pêro Nunes Furtado*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE SINTRA

Aviso de contumácia n.º 21 772/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, colectivo, n.º 741/93.7GFSNT, do Tribunal de Círculo de Sintra, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Nelson Matias Gomes da Cruz, solteiro, servente de pedreiro, nascido a 9 de Agosto de 1966, natural de Angola, filho de André Simão da Cruz e de Teresa Narciso Gomes, com última residência conhecida na Calçada de Santana, rés-do-chão, direito, Lisboa, ausente em parte incerta, por ter sido acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c), d) e h), com referência ao artigo 298.º, n.º 1, todos do Código Penal, foi o mesmo, por despacho de 17 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a proibição de obter, de qualquer autoridade, repartição ou serviço público, certidões ou registos de qualquer espécie, bem como, bilhete de identidade, passaporte, ou carta de condução de qualquer veículo, e, ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Ramos Silva*. — A Escriutária Judicial, *Paula Gracinda Sampaio Marçal Cristóvão*.

Aviso de contumácia n.º 21 773/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, colectivo, n.º 741/93.7GFSNT, do Tribunal de Círculo de Sintra, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Samuel Mavetide, solteiro, nascido a 16 de Fevereiro de 1962, natural de Angola, filho de José Marcos dos Santos e de Maria Mavetide, com última residência conhecida no Vale da Amoreira, lote 17, 1.º, esquerdo, Barreiro, ausente em parte incerta, por ter sido acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c), d) e h), com referência ao artigo 298.º, n.º 1, todos do Código Penal, foi o mesmo, por despacho de 17 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a proibição de obter, de qualquer autoridade, repartição ou serviço público, certidões ou registos de qualquer espécie, bem como, bilhete de identidade, passaporte, ou carta de condução de qualquer veículo, e, ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Jorge Ramos Silva*. — A Escriutária Judicial, *Paula Gracinda Sampaio Marçal Cristóvão*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO E DE COMARCA DE BEJA

Aviso de contumácia n.º 21 774/97 — AP. — O Dr. Edgar Gouveia Valente, juiz de direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Beja, 2.º Juízo, faz saber que, no processo comum, singular, n.º 154-2/96, pendente na 2.ª Secção deste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Alexandre Cardoso da Silva, solteiro, nascido a 13 de Abril de 1974, filho de Fernando Manuel Santos da Silva e de Lília da Silva Cardoso, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, com última residência conhecida na Rua da Fundação Salazar, bloco B, 4.º, direito, Laranjeiro de Fora, 2800 Almada, actualmente ausente em parte incerta, ao qual é imputada a prática de um crime previsto e punido pelos artigos 24.º e 40.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, foi, por despacho de 17 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos do dispo-

to nos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões, documentos ou certificado do registo criminal, junto das autoridades públicas.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Edgar Gouveia Valente*. — A Escriutária Judicial, *Maria de Jesus*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO E DE COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ

Aviso de contumácia n.º 21 775/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 21 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 81/95, pendente no Tribunal de Círculo e de Comarca da Figueira da Foz, 2.º Juízo, que o Ministério Público move a Fernando António Lagoa Francisco, nascido a 17 de Janeiro de 1964, e Luis António Lagoa Francisco, nascido a 17 de Agosto de 1965, filhos de Luis Francisco e de Maria Júlia Morgado Lagoa, naturais da freguesia de Colmeias, concelho de Leiria, e residentes no Casal do Vale das Mós, Ulme, Chamusca, pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 11 de Março de 1996.

13 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

TRIBUNAL DE CÍRCULO E DE COMARCA DE VILA REAL

Aviso de contumácia n.º 21 776/97 — AP. — A Dr.ª Isabel Maria Cortes Lourenço da Fonseca, juíza de direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Vila Real, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 54/97, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move a Vítor Manuel Albergaria Lopes Rodrigues, divorciado, comerciante, nascido a 16 de Setembro de 1958, filho de Vítor Manuel Moraes Lopes Rodrigues e de Maria Elvira Salgado Soares de Albergaria Lopes Rodrigues, natural de Massarelos, Porto, com última residência conhecida na Rua do Progresso, 529, 1.º, esquerdo, em Perafita, Matosinhos, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, ou 217.º e 218.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Código Penal revisto, foi o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração, bem como, a proibição de o arguido obter ou renovar os seguintes documentos: passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou registos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Cortes Lourenço da Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Maria Dina Nunes de Barros*.

Aviso de contumácia n.º 21 777/97 — AP. — A Dr.ª Isabel Maria Cortes Lourenço da Fonseca, juíza de direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Vila Real, faz saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 127/97, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move a António José Carneiro e Fontes, casado, proprietário, nascido a 17 de Agosto de 1934, filho de Manuel Joaquim Alves Carneiro e de Maria da Conceição Fontes, natural de Vila Verde, Alijó, com última residência conhecida no Freixo, Vila Verde, Alijó, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, ou 217.º e 218.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Código Penal revisto, foi o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração impli-

ca a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração, bem como, a proibição de o arguido obter ou renovar os seguintes documentos: passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou registos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Cortes Lourenço da Fonseca*. — A Oficial de Justiça, *Maria Dina Nunes de Barros*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA

Aviso de contumácia n.º 21 778/97 — AP. — O Dr. José Carlos Dias Cravo, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Águeda, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 124/97, deste Tribunal, que o Ministério Público move ao arguido Vítor Manuel Cortesão Garrido, casado, empregado bancário, com última residência conhecida na Rua de Santa Maria, Ança, Cantanhede, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, do referido Código de Processo Penal) e a proibição de obter passaporte, bilhete de identidade e carta de condução, bem como, proceder às suas renovações e de obter certidões e de efectuar registos junto das autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Carlos Dias Cravo*. — O Escrivão-Adjunto, *António Manuel Moreira Lima*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBERGARIA-A-VELHA

Aviso de contumácia n.º 21 779/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 42/96, pendente no Tribunal da Comarca de Albergaria-a-Velha, 1.ª Secção, 2.º Juízo, que o Ministério Público move a Celso Oliveira Ribeiro, filho de António de Oliveira Ribeiro e de Maria do Espírito Santo de Oliveira, natural da freguesia e concelho de Cantanhede, nascido a 22 de Setembro de 1955, casado, de nacionalidade portuguesa, comerciante, residente em Pedras Asperas, Sanguinheira, Cantanhede, titular do bilhete de identidade n.º 43890096, emitido em 13 de Maio de 1992, pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, foi declarada a cessação da contumácia, determinada por despacho de 27 de Junho de 1997.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBUFEIRA

Aviso de contumácia n.º 21 780/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 142/96, que o Ministério Público move contra o arguido Boaventura da Conceição Ribeiro, casado, construtor civil, natural de Espite, Vila Nova de Ourém, nascido a 12 de Fevereiro de 1945, filho de Adelino Pereira Ribeiro e de Deolinda da Conceição Ribeiro, ausente em parte incerta, com última residência conhecida no Chão Duro, Moita, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, sendo aquele arguido declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, ficando, consequentemente, suspensos os ulteriores termos do processo sem prejuízo da realização dos actos urgentes nos termos do artigo 320.º do mesmo Diploma legal, implicando para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial em que intervenha após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e, ainda, a proibição de obter bilhete de identidade, certificado do registo criminal e quaisquer outros documentos.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Hugo Carlos de Noronha Campanella*. — O Escrivão-Adjunto, *Joel Marques Vêenza*.

Aviso de contumácia n.º 21 781/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 94/94, a correr termos pelo Tribunal da Comarca de Albufeira, 1.º Juízo, em que é arguido António Dias Martins, casado, carpinteiro, nascido a 16 de Julho de 1956, em Ferreira do Zêzere, filho de Abílio Martins e de Ângela Trindade Lisboa, actualmente em parte incerta, com última residência conhecida no Edifício Auto Via-Mar, 1.º, porta B, Escanxinas, Almancil, foi declarada caduca a declaração de contumácia, proferida contra o referido arguido, nos termos do artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

O Juiz de Direito, *Hugo Carlos de Noronha Campanella*. — O Escrivão-Adjunto, *Joel Marques Veneza*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ALCANENA

Aviso de contumácia n.º 21 782/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 128/96, a correr seus devidos termos na única secção do Tribunal da Comarca de Alcanena, contra os arguidos José Filipe Caiado Calisto da Silva e Vítor Manuel Correia Henriques, ambos casados, industriais, maiores de 16 anos, com último domicílio profissional conhecido na firma ANLEPI — Indústria de Calçado, L.da, com sede no lugar de Belece, São Miguel do Mato, Arouca, da qual eram sócios gerentes, por se encontrarem indiciados pela prática de dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência aos artigos 313.º e 314.º, alínea c), do então Código Penal, e actualmente pelos artigos 217.º e 218.º, n.º 1, do Código Penal vigente, foram aqueles arguidos declarados contumazes, por despacho de 16 de Janeiro de 1997, ficando suspensos os termos do processo até às suas apresentações ou detenção, conforme artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia implica para os arguidos a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelos arguidos após esta declaração e a proibição de obterem ou renovarem os bilhete de identidade, certidão de nascimento ou de casamento, carta de condução e certificado do registo criminal junto das competentes repartições.

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Nuno Miguel Gonçalves*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Antunes Trincão*.

Aviso de contumácia n.º 21 783/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 39/97, a correr seus devidos termos na única secção do Tribunal da Comarca de Alcanena, contra os arguidos Francisco José Neto Rodrigues, divorciado, maior de 16 anos, natural da República do Zaire, Manuel Ferreira dos Santos, solteiro, maior de 16 anos, natural de Lisboa, e Venâncio da Silva, casado, nascido a 15 de Janeiro de 1937, filho de Rafael da Silva e de mão ignorada, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, titular do bilhete de identidade n.º 1321071, emitido em 17 de Junho de 1983, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, todos com última residência conhecida no lugar e freguesia de Benedita, Alcobaça, e Francisco Luís Ogando de Araújo Leite, por se encontrarem indiciados em co-autoria material e na forma consumada, num crime de falsas declarações, previsto e punido nos termos do artigo 360.º, n.º 1, do Código Penal, foram os três primeiros arguidos declarados contumazes, por despacho de 22 de Outubro de 1997, ficando suspensos os termos do processo até às suas apresentações ou detenção, conforme artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia implica para os arguidos a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelos arguidos após esta declaração e a proibição de obterem ou renovarem quaisquer documentos, designadamente, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, certidões ou registos, junto dos serviços ou autoridades ligadas à administração pública, central, regional e local, incluindo os consulados de Portugal.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Nuno Miguel Gonçalves*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Antunes Trincão*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE

Aviso de contumácia n.º 21 784/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, pendentes no Tribunal da Comarca de Amarante, 1.º Juízo, 1.ª Secção, o arguido José Joaquim Teixeira de Magalhães, filho de José de Magalhães e de Maria Teixeira

ra, natural da freguesia da Chapa, Amarante, nascido a 12 de Agosto de 1969, solteiro, vendedor, titular do bilhete de identidade n.º 10271959, residente em parte incerta, com última residência conhecida no lugar da Serra, Chapa, Amarante, por se encontrar acusado com autor material de um crime de desobediência qualificada, previsto e punido pelos artigos 22.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Fevereiro, e 388.º, n.º 3, do Código Penal, foi declarado contumaz, por despacho de 29 de Outubro de 1997, nos termos dos artigos 335.º a 337.º e 473.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração de contumácia, bem como, a proibição de obter qualquer documento, certidão ou registo, junto de qualquer autoridade pública.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Oliveira*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Joaquim Mendes Teixeira*.

Aviso de contumácia n.º 21 785/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, pendentes no Tribunal da Comarca de Amarante, 1.º Juízo, 1.ª Secção, o arguido Carlos Alberto de Jesus Pereira, natural de Viade de Baixo, Montalegre, nascido a 11 de Outubro de 1964, titular do bilhete de identidade n.º 5925234, residente no lugar do Ladário, Soalhães, Marco de Canavezes, por se encontrar acusado com autor material de quatro crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 314.º, alínea c), do Código Penal, actualmente três deles previstos e punidos pelo artigo 218.º, n.º 1, do Código Penal, e um deles pelo artigo 218.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal, foi declarado contumaz, por despacho de 29 de Outubro de 1997, nos termos dos artigos 335.º a 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração de contumácia, bem como, a proibição de obter qualquer documento, certidão ou registo, junto de qualquer autoridade pública.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Oliveira*. — O Escrivão-Adjunto, *Fernando Joaquim Mendes Teixeira*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ANADIA

Aviso de contumácia n.º 21 786/97 — AP. — O Dr. Vítor Morgado, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Anadia, faz saber que, por despacho de 29 de Setembro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 119/(97), pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Manuel Jesus Mestre Simões, casado, pedreiro, nascido a 25 de Dezembro de 1965, natural de Tamengos, Anadia, filho de Manuel Salgueiro Simões e de Valentina Rameira Mestre Simões, com última residência conhecida em Espinhal, Tamengos, Anadia, por haver cometido o crime de furto, foi o mesmo arguido declarado contumaz, conforme artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração, ficando-lhe, ainda, vedada a obtenção ou renovação do bilhete de identidade, passaporte e carta de condução.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Vítor Morgado*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Alexandre de Matos Domingos*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE BAIÃO

Aviso de contumácia n.º 21 787/97 — AP. — O Dr. Rui Manuel Ataíde Araújo, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Baião, faz saber que, por este Tribunal e nos autos de processo comum registados sob o n.º 14/97, que INDUMECA — Sociedade Industrial Metalúrgica de Baião, move contra o arguido Manuel Fernando Santana Ribeiro, casado, gerente comercial, residente em Cegade, Carreira, Vila Nova de Famalicão, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, foi aquele arguido, por despacho de 1 de Outubro de 1997, declarado contumaz, conforme os artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directamente ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e, ainda,

a proibição de obter bilhete de identidade, certidões de nascimento ou casamento e certificado do registo criminal.

8 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Rui Manuel Ataíde Araújo*. — O Escrivão-Adjunto, *Adalberto B. Pereira*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO BARREIRO

Aviso de contumácia n.º 21 788/97 — AP. — A Dr.ª Isabel Lourenço, juíza de direito do Tribunal da Comarca do Barreiro, faz saber que, no processo comum, singular, n.º 145/92, pendente no 1.º Juízo deste Tribunal, contra o arguido Jorge Emanuel Santos Castro, casado, mecânico de máquinas, nascido a 31 de Abril de 1942, na freguesia da Sé, Évora, filho de José Pedro de Castro e de Carolina Ivone dos Santos Castro, titular do bilhete de identidade n.º 203391, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, ausente em parte incerta, com última residência conhecida na Rua de São Pedro de Alcântara, 19, 2.º, Barreiro, ao qual foi imputado o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, por despacho proferido em 28 de Outubro de 1996, foi aquele arguido declarado contumaz, com os seguintes efeitos: a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, certificado do registo criminal, bem como qualquer documento junto das repartições de finanças, determinando a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Lourenço*. — A Escrivã-Adjunta, *Nazaré Pedreira Mixão*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGANÇA

Aviso de contumácia n.º 21 789/97 — AP. — A Dr.ª Clementina de Jesus Duarte da Rocha Ferreira, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Bragança, faz saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 129/97, pendente neste Tribunal, que Vasco Paulo Quitério Pires move contra a arguida Olinda Mendes Domingues, filha de Francisco Joaquim Domingues e de Maria do Rosário Mendes, solteira, nascida a 3 de Agosto de 1973, natural da freguesia da Sé, concelho de Bragança, com última residência conhecida no Bairro do Fundo de Fomento e Habitação, bloco H, 2.º, esquerdo, Bragança, por haver cometido o crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º, n.º 1, alínea f), do Código Penal, foi a mesma arguida declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pela arguida após esta declaração, foi, ainda, proibida de obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões e registos em conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação e suas delegações, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Clementina de Jesus Duarte da Rocha Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Alice Gata*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE CABEZEIRAS DE BASTO

Aviso de contumácia n.º 21 790/97 — AP. — O Dr. Pedro Álvares de Carvalho, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Cabezeiras de Basto, faz saber que, nos autos de processo comum, com a intervenção do tribunal colectivo, registados sob o n.º 74/97, pendentes neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido José Marques Barroso Pereira, casado, industrial, nascido a 16 de Março de 1948, em Gondiaes, Cabezeiras de Basto, filho de Armando Barroso Pereira e de Maria Rosa Marques, com última residência conhecida no lugar e freguesia de Gondiaes, desta comarca, por ser acusado da comissão de um crime de tentativa de homicídio, previsto e punido pelos artigos 131.º, 132.º, n.º 2, alínea c), 22.º, n.ºs 1 e 2, alínea b), e 74.º (actual 75.º), todos do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado contumaz, por despacho de 31 de Outu-

bro de 1997, o que implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a presente data, bem como, a proibição de lhe ser passado bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e, ainda, certidões ou quaisquer outros documentos que requeira junto das repartições de finanças, ficando-lhe, também, vedado obter quaisquer documentos ou certidões e de efectuar quaisquer registos junto das autoridades públicas, nomeadamente, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, serviços notariais, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal).

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Pedro Álvares de Carvalho*. — O Escriutário Judicial, (*Assinatura ilegível*).

TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso de contumácia n.º 21 791/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 12 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 97/95.3PBCLD, que o Ministério Público move contra o arguido José Manuel da Costa Cruz, casado, vendedor, nascido a 5 de Dezembro de 1960, em Alvorninha, Caldas da Rainha, filho de Albino Penas da Cruz e de Maria Cristina da Costa, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua do Compromisso, 70, Bairro dos Arneiros, Santo Onofre, Caldas da Rainha, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, ou 217.º, n.º 1, do actual Código Penal, foi o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter documentos, tais como, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, cartão de contribuinte, cartão de eleitor, além de certidões ou registos junto das autoridades públicas.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Judite Lima Oliveira Pires*. — O Escrivão-Adjunto, *José Manuel da Silva*.

Aviso de contumácia n.º 21 792/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 444/95.8PBCLD, do Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha, 3.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Alberto Manuel Jesus Santos, casado, comerciante, nascido a 1 de Setembro de 1953, nas Caldas da Rainha, filho de Alberto dos Santos e de Isilda Jesus Agostinho, com última residência conhecida na Rua de Ana de Castro Osório, 12, 5.º, A, Lisboa, por lhe ser imputada a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 29 de Outubro de 1997, ao abrigo do disposto nos artigos 335.º, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, e com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter documentos, certidões de nascimento e de casamento, carta de condução e objectos de registos nas conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e, ainda, de requerer certidões em qualquer repartição notarial.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Judite Lima Oliveira Pires*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Isabel M. Pereira Crua*.

TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO

Aviso de contumácia n.º 21 793/97 — AP. — O Dr. Manuel José Miranda Pedro, juiz de direito no Tribunal da Comarca do Cartaxo, 1.ª Secção, faz saber que, nos autos de processo comum, juiz colectivo, aqui registados sob o n.º 86/97, que o digno agente do Ministério Público, move aos arguidos Badea Aurel, solteiro, motorista, órfão, nascido a 8 de Agosto de 1964, natural de Craiova, Roménia, e Cirpaci Doru, casado, mecânico, nascido a 25 de Abril de 1971, em Resita, Roménia, filho de Cirpaci Gigi e de Cirpaci Aurica,

ambos com residência na Pensão Estoril, Avenida de João XXI, 6, 2.º, Lisboa, e actualmente em parte incerta, por estarem acusados de haver cometido o crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c), d) e h), do Código Penal de 1982, foram aqueles arguidos, por despacho de 30 de Outubro de 1997, declarados contumazes, ao abrigo do disposto nos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, suspendendo-se os trâmites do processo até às suas detenções ou apresentações, sem prejuízo da realização dos actos urgentes, implicando para os referidos arguidos os seguintes efeitos: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que venham a celebrar após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte e quaisquer outros documentos, certidões ou registos junto das autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Manuel José Miranda da Pedro*. — O Oficial de Justiça, *Hélder Lourenço*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO DE PAIVA

Aviso de contumácia n.º 21 794/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 833/94, pendente no Tribunal da Comarca de Castelo de Paiva, Fernando Manuel da Silva Moreira, solteiro, residente na Rua do 25 de Abril, Castelo de Paiva, move a António Carlos Ferreira de Matos, solteiro, maior, desempregado, filho de Manuel Leite de Matos e de Lucinda Ferreira de Oliveira, nascido a 1 de Setembro de 1958, em Raiva, Castelo de Paiva, titular do bilhete de identidade n.º 5483377, residente em Gondarém, Raiva, Castelo de Paiva, pela prática do crime de dano, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 28 de Abril de 1995.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Miguel Vaz da Fonseca Martins*. — O Oficial de Justiça, *Manuel António Pinto de Miranda*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ELVAS

Aviso de contumácia n.º 21 795/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 35/97, pendente no 2.º Juízo, única secção, do Tribunal da Comarca de Albufeira, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Fernando Joaquim Mendes Pinto, nascido a 27 de Outubro de 1961, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de pai natural e de Maria do Carmo Mendes Pinto, actualmente em parte incerta, e com última residência conhecida na Rua de João de Castro, 64, rés-do-chão, no Pinhal Novo, Palmela, por se encontrar indiciado pela prática do crime de posse de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, com referência à tabela I-A, foi, por despacho de 16 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, declaração essa que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do mesmo Código, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte e carta de condução, bem como, quaisquer certidões ou registos junto das autoridades públicas, nomeadamente, conservatórias, repartições notariais, entidades consulares, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação e governos civis e, ainda, o arresto de todos os bens do arguido, de tal susceptíveis, logo que conhecida a sua existência. Mais se esclarece que a presente declaração caduca logo que o arguido se apresente ou seja detido (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Flávia Cristina Mateus Santana*. — O Escrivão-Adjunto, *Manuel Mimoso Valente*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPINHO

Aviso de contumácia n.º 21 796/97 — AP. — A Dr.ª Lúcia Maria Pinho Faria Bravo, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, faz saber que, por despacho de 22 de Setembro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular,

n.º 6045/92, que o Ministério Público move ao arguido Júlio dos Santos Henriques, casado, comerciante, filho de Américo Lourenço Henriques e de Violeta dos Santos, natural de Lisboa, nascido a 17 de Dezembro de 1942, titular do bilhete de identidade n.º 2096191, emitido em 10 de Agosto de 1997, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, foi declarada cessada a contumácia do arguido.

24 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Lúcia Maria Pinho Faria Bravo*. — A Oficial de Justiça, *Helena Pedro*.

Aviso de contumácia n.º 21 797/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 526/93, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Espinho, que o digno agente do Ministério Público move contra a arguida Aida Maria das Neves Ferreira Lopes, casada, nascida a 24 de Julho de 1955, natural da freguesia da Arrifana, concelho de Vila Nova de Poiares, filha de Joaquim Ferreira e de Helena Ferreira das Neves, residente na Rua das Perlinhas, 452, 1.º, esquerdo, Rio Tinto, Gondomar, à qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, de que, por despacho de 15 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, em relação à mesma.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Gomes Bernardo Perquilha*. — A Oficial de Justiça, *Isabel da Conceição Morgado*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE FAFE

Aviso de contumácia n.º 21 798/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo penal comum, colectivo, n.º 60/97, 2.º Juízo, que o digno magistrado do Ministério Público, nesta comarca, move contra o arguido Albertino Gonçalves Mendes, casado, filho de Armando Mendes da Silva e de Maria Gonçalves, natural de Agrela, Fafe, onde nasceu a 12 de Julho de 1962, com última residência conhecida em São Bento, Donim, Póvoa de Lanhoso, e actualmente ausente em parte incerta, por se encontrar indiciado como autor material do crime previsto e punido pelos artigos 296.º, 297.º, n.º 1, alínea h), e 176.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 17 de Outubro de 1997, nos termos do disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido, além da suspensão dos termos ulteriores do processo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter ou renovar documentos em qualquer repartição ou serviço público, nos termos do artigo 337.º do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Luísa Adelaide Carvalho e Vale*. — O Escrivão-Adjunto, *Armindo Castro*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

Aviso de contumácia n.º 21 799/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 189/96, pendente no Tribunal da Comarca de Felgueiras, 1.º Juízo, que o Ministério Público move a Alfredo Almeida de Sousa, casado, industrial, filho de José de Sousa e de Maria Emília Almeida, nascido a 19 de Março de 1962, natural de Maureles, Marco de Canaveses, titular do bilhete de identidade n.º 5974914, emitido em 10 de Março de 1992, residente na Rua do Engenheiro Adelino Amaro da Costa, Fornos, Marco de Canaveses, pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 23 de Janeiro de 1997, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 22 de Abril de 1997.

3 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Gil Vicente Ribeiro Cardoso da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Manuel Sousa da Mota*.

Aviso de contumácia n.º 21 800/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, 83/92, que o Ministério Público move

contra o arguido José dos Santos Freitas, casado, vendedor, nascido a 24 de Outubro de 1930, filho de Augusto da Mota Freitas e de Gracinda Fernandes dos Santos, natural de Orense, Espanha, com residência no Bairro de Santo António, Escapães, Santa Maria da Feira, ao qual foi imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, actualmente artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 314.º, alíneas a) e e), do Código Penal. Foi declarada a cessação de contumácia, por ter sido declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando Manuel Barroso Cabanelas*. — O Escrivão-Adjunto, *Manuel Magalhães da Fonseca*.

Aviso de contumácia n.º 21 801/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, 255/95, pendente no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras, que o Ministério Público move contra o arguido António da Silva Costa, casado, industrial, nascida a 22 de Junho de 1951, filho de João Ferreira da Costa e de Maria Rosa da Silva, natural dos Lagares, com residência no Bairro de João Paulo II, porta 48, Margaride, Felgueiras, ao qual foi imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal. Foi declarada a cessação de contumácia, por ter sido declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando Manuel Barroso Cabanelas*. — O Escrivão-Adjunto, *Manuel Magalhães da Fonseca*.

TRIBUNAL DA COMARCA DA GUARDA

Aviso de contumácia n.º 21 802/97 — AP. — O Dr. João Nuno dos Santos Caldeira Jorge, juiz de direito do Tribunal da Comarca da Guarda, faz saber que, por despacho proferido a 14 de Outubro de 1997, nos autos de processo n.º 159/95, foi cessada a situação de contumácia ao arguido João Manuel Lourenço Conceição, solteiro, comerciante, filho de Manuel de Jesus Conceição e de Maria Isilda Lopes Lourenço, nascido a 18 de Abril de 1962, nascido em Pinheiro de Coja, Tábua, com última residência conhecida na Calçada do Forte, 14, 1.º, direito, Lisboa.

O Juiz de Direito, *João Nuno dos Santos Caldeira Jorge*.

Aviso de contumácia n.º 21 803/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 6 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 147/96, a correr termos pelo 2.º Juízo, 2.ª Secção, do Tribunal da Comarca da Guarda, nos termos dos artigos 335.º, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, foi declarado contumaz o arguido Pedro José Lebre Henriques, casado, comerciante, nascido a 8 de Junho de 1965, nos Arcos, Anadia, filho de Virgílio Henriques e de Laura Clementina da Costa Lebre, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida nas Vendas da Pedreira, Arcos, Anadia, sendo anuláveis, em consequência da declaração, todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo mesmo, tendo sido decretada a proibição daquele poder obter certidões da conservatória do registo civil, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução ou sua renovação.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 804/97 — AP. — A Dr.ª Maria Alexandra Ascensão Silva, juíza de direito do Tribunal da Comarca da Guarda, faz saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 92/90, a correr seus termos pelo 1.º Juízo da 1.ª Secção do Tribunal da Comarca da Guarda, foi declarada cessada a situação de contumácia referente à arguida Maria da Ascensão de Jesus Filipe, casada, doméstica, nascida a 23 de Outubro de 1941, na freguesia de Valhelhas, Guarda, filha de Joaquim Filipe e de Gracinda de Jesus, titular do bilhete de identidade n.º 10067085, residente no Bairro de Miguel Alpendre, 21, Guarda.

A Juíza de Direito, *Maria Alexandra Ascensão Silva*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Aviso de contumácia n.º 21 805/97 — AP. — Faz-se saber que, cessou a declaração de contumácia do arguido Óscar Augusto Ferreira da Costa, casado, industrial, nascido a 28 de Julho de 1969, em Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, filho de Augusto Moreira da Costa e de Delfina Ferreira da Silva, com última residência conhecida na Rua de Cense, 10, Vila das Aves, Santo Tirso, proferida nos autos de processo comum, singular, n.º 549/94, do 2.º Juízo Criminal de Guimarães, a qual foi declarada caduca, por despacho de 31 de Outubro de 1997, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal. Tal contumácia foi declarada por despacho de 30 de Maio de 1996, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 22 de Outubro de 1996, cessando os efeitos respectivos, nos termos do artigo acima mencionado.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão de Sousa*. — O Escriutário Judicial, *António Jorge Martins Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 21 806/97 — AP. — Faz-se saber que, cessou a declaração de contumácia da arguida Matilde dos Santos Silva, casada, doméstica, nascida a 12 de Outubro de 1956, em Santa Maria, Odemira, filha de Salvador Jacinto da Silva e de Josefa Maria dos Santos, titular do bilhete de identidade n.º 5637282, emitido em 18 de Maio de 1993, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Rua do 7 de Fevereiro, lote 43, Pinhal Novo, Setúbal, proferida nos autos de processo comum, singular, n.º 372/95, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Guimarães, a qual foi declarada caduca, por despacho de 30 de Outubro de 1997, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal. Tal contumácia foi declarada por despacho de 20 de Setembro de 1996, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 29 de Março de 1997, cessando os efeitos respectivos, nos termos do artigo acima mencionado.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Margarida Ferreira Leitão de Sousa*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE LAGOS

Aviso de contumácia n.º 21 807/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 94/96, pendentes no Tribunal da Comarca de Lagos, 2.º Juízo, contra o arguido Hélder Monteiro Godinho Branco, nascido a 30 de Junho de 1960, filho de José Godinho Branco e de Maria do Céu Monteiro, natural de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Viriato, Fetais de Baixo, Lisboa, actualmente em parte incerta, por se encontrar acusado de um crime de falsas declarações, previsto e punido pelo artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 33 725, de 21 de Junho de 1994, actualmente pelo artigo 359.º do Código Penal, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, foi declarado contumaz, por despacho de 16 de Outubro de 1997, nos termos dos artigos 335.º a 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e a inibição de obter, a seu requerimento, a emissão de documentos ou certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente, bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel e documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

22 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Sandra Henriques Alves*. — O Escriutário Judicial, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 808/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 76/96, pendentes no Tribunal da Comarca de Lagos, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra o arguido Virgílio Oliveira Dias de Sousa, natural de Luanda, Angola, nascido a 28 de Março de 1978, filho de Fernando Vasco Dias de Sousa e de Maria Luísa Oliveira, com última residência conhecida na Rua do 5 de Outubro, 57, Lagos, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 30 de Outubro de 1997, por haver cometido um crime de introdução em lugar vedado ao público, previsto e punido pelo artigo 191.º do Código Penal, o que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à

sua apresentação ou detenção (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), sem prejuízo dos actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do mesmo Código, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição para o arguido de obter certidões de nascimento, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou registos nas conservatórias, cartórios notariais e embaixadas e postos consulares portugueses, certidão do registo criminal ou passaporte (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Moreno*. — A Escriutária Judicial, *Ana Paula Teixeira Paulo*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE MACEDO DE CAVALEIROS

Aviso de contumácia n.º 21 809/97 — AP. — A Dr.ª Lígia Paula Venade, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Macedo de Cavaleiros, faz saber que, por despacho de 20 de Outubro de 1997, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido, Joaquim Moreira Custódio, casado, comerciante, nascido a 4 de Novembro de 1953, na freguesia da Cedofeita, Porto, filho de Joaquim Custódio e de Laurinda da Conceição Moreira de Almeida, com última residência conhecida na Rua de Carlos Manuel, 109, Bairro de São João, Mirandela, actualmente ausente em parte incerta, pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pela conjugação das disposições dos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à sua detenção ou apresentação em juízo, sem prejuízo da realização de actos urgentes, n.º 1 do citado artigo 336.º e implicando a presente declaração, durante a sua vigência, para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (n.º 1 do citado artigo 337.º), o impedimento de obter e renovar documentos e certidões das autoridades e serviços públicos, nomeadamente os bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e licença e uso e porte de armas, registo e manifesto de armas (n.º 3 do citado artigo 337.º) e de obter certidões e registos, nomeadamente de acções e direitos sobre bens imóveis junto das autoridades e serviços públicos, entre os quais as conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, cartórios notariais, repartições de finanças, câmaras municipais e juntas de freguesia, Centro de Identificação Civil e Criminal, governos civis e Direcção-Geral de Viação (n.º 3 do citado artigo 337.º).

22 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Lígia Paula Venade*. — O Oficial de Justiça, *António Fernando Fraga de Sousa Martins*.

TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

Aviso de contumácia n.º 21 810/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 18/97, do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, que o Ministério Público move contra o arguido Florindo Parreira Mendes, filho de Augusto Mendes e de Maria José Parreira, natural da freguesia de Pias, concelho de Ferreira do Zêzere, nascido a 10 de Fevereiro de 1947, titular do bilhete de identidade n.º 2284688, com última residência conhecida na Rua Principal, 101, Garcia, Marinha Grande, nos termos do artigo 336.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, foi declarada cessada a situação de contumácia proferida contra aquele arguido.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Guerreiro Afonso*. — O Escrivão-Adjunto, *Joaquim Lopes Jorge*.

Aviso de contumácia n.º 21 811/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 115/95, por despacho de 30 de Outubro de 1997, exarado pelo juiz de direito do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, 1.º Juízo, foi declarado contumaz, o arguido Mário Rui de Almeida Encarnação, natural da freguesia de São João da Pedreira, nascido a 14 de Maio de 1963, casado, comerciante, com última residência conhecida na Quinta da Piedade, lote 46, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira, ao qual é imputado um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência aos artigos 313.º e 314.º, alí-

nea c), do Código Penal. Tal medida implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (artigo 336.º do aludido Código), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal) e a proibição de o arguido obter certidões ou registos junto das autoridades públicas, bem como, os bilhete de identidade e passaporte.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Romão Rosa da Cruz*. — A Escrivã-Adjunta, *Isabel Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 812/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 100/91, que correm termos no Tribunal da Comarca da Marinha Grande, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra Rui Manuel Garcia Rodrigues, casado, comerciante, filho de Fernando Henriques Rodrigues e de Branca Celeste Garcia Rodrigues, natural de Bragança, onde nasceu a 6 de Janeiro de 1963, titular do bilhete de identidade n.º 5939162, emitido em 9 de Maio de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Emílio Navarro, Bragança, por despacho de 20 de Outubro de 1997, foi declarada a cessação da contumácia, relativamente àquele arguido, por prescrição.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Romão Cruz*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Isabel Neves*.

Aviso de contumácia n.º 21 813/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 42/96, que correm termos no Tribunal da Comarca da Marinha Grande, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra Maria Luísa Santos Sousa Primavera, casada, gerente comercial, filha de Albino da Silva Sousa Primavera e de Margarida Fernanda Pereira dos Santos, natural da Maia, onde nasceu a 31 de Maio de 1958, titular do bilhete de identidade n.º 7598160, emitido em 15 de Novembro de 1990, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua do Barreiro, 15, Vila Nova da Telha, Maia, por despacho de 22 de Outubro de 1997, foi declarada a cessação da contumácia, relativamente àquela arguida, por apresentação de desistência de queixa.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Romão Cruz*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Isabel Neves*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE MONTEMOR-O-NOVO

Aviso de contumácia n.º 21 814/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum n.º 1450/94, que corre termos pelo 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Montemor-o-Novo, movido pelo digno agente do Ministério Público contra o arguido José Manuel Leal Tapadinha, divorciado, trabalhador rural, filho de Manuel dos Santos Tapadinha e de Miquelina Rosa Leal, natural da freguesia da Sé, Concelho de Évora, nascido a 26 de Junho de 1934, com última residência conhecida no Monte da Alfarrobeira, Évora, por se encontrar acusado pela prática de um crime previsto e punido pelo artigo 205.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar, após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do citado Código de Processo Penal) e a proibição de o arguido obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou registos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis e notariado, Centro Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis (n.º 3 do citado artigo 337.º do Código de Processo Penal).

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Orlanda Pedro Silva*. — O Oficial de Justiça, *Manuel Indácio Nunes*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE OEIRAS

Aviso de contumácia n.º 21 815/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 1808/95.2 SFLSB, por crime de emissão de cheque sem provisão, que o Ministério Público move contra o arguido Silvío Manuel Abrantes Garrido, casado, industrial, nascido a 12 de Setembro de 1948, natural de São Tiago de Cassurães, Mangualde, filho de António Abrantes Garrido e de Maria da Encarnação dos Santos, residente pela última vez no lugar de Gais, Rua B, lote 7, 2.º, esquerdo, Alfragide, o qual foi notificado editalmente para se apresentar em juízo e não se tendo apresentado no prazo fixado para o efeito, nos termos dos artigos 335.º, n.ºs 1 e 2, e 336.º do Código de Processo Penal, foi o arguido declarado contumaz. Esta declaração de contumácia implica para o mesmo a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados a partir da presente data, nos termos do n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, proibindo ainda o arguido, ao abrigo do n.º 3 do mesmo preceito, de obter certidões de nascimento ou de casamento e registos criminais e de obter ou renovar passaporte.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 816/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 9949/94.7 JDLSB, por crime de receptação, que o Ministério Público move contra o arguido Benjamin José de Jesus Gouveia, filho de Eduardo Cardoso Augusto Gouveia e de Maria Anunciação, natural de Arcozelo, Moimenta da Beira, titular do bilhete de identidade n.º 7782791, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Cândido Manuel Pereira, 2-D, rés-do-chão, direito, Barreiro, o qual foi notificado editalmente para se apresentar em juízo e não se tendo apresentado no prazo fixado para o efeito, nos termos dos artigos 335.º, n.ºs 1 e 2, e 336.º do Código de Processo Penal, foi o arguido declarado contumaz. Esta declaração de contumácia implica para o mesmo a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados a partir da presente data, nos termos do n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, proibindo ainda o arguido, ao abrigo do n.º 3 do mesmo preceito, de obter certidões de nascimento ou de casamento e registos criminais e de obter ou renovar passaporte.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 817/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 849/94.1 TAOER, por crime de burla, que o Ministério Público move contra o arguido João Nuno Caleiro Almeida Figueiredo Oliveira e Silva, filho de pais naturais, solteiro, comerciante, com última residência conhecida na Rua do Almirante Nunes da Mata, 9, rés-do-chão, direito, Parede, o qual foi notificado editalmente para se apresentar em juízo e não se tendo apresentado no prazo fixado para o efeito, nos termos dos artigos 335.º, n.ºs 1 e 2, e 336.º do Código de Processo Penal, foi o arguido declarado contumaz. Esta declaração de contumácia implica para o mesmo a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados a partir da presente data, nos termos do n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, proibindo ainda o arguido, ao abrigo do n.º 3 do mesmo preceito, de obter certidões de nascimento ou de casamento e registos criminais e de obter ou renovar passaporte.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 818/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 168/95.6 PEOER, por crime de uso de documentação alheia, que o Ministério Público move contra o arguido Joaquim Pereira José, solteiro, servente de armador de ferro, nascido a 23 de Junho de 1970, natural de Angola, filho de Joaquim Manuel Vieira e de Lígia Pereira José, titular do bilhete de identidade n.º 16150679, com última residência conhecida na Rua de Cabo Verde, lote 36, 3.º, direito, Olivais Basto, Loures, o qual foi notificado editalmente para se apresentar em juízo e não se tendo apresentado no prazo fixado para o

efeito, nos termos dos artigos 335.º, n.ºs 1 e 2, e 336.º do Código de Processo Penal, foi o arguido declarado contumaz. Esta declaração de contumácia implica para o mesmo a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados a partir da presente data, nos termos do n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, proibindo ainda o arguido, ao abrigo do n.º 3 do mesmo preceito, de obter certidões de nascimento ou de casamento e registos criminais e de obter ou renovar passaporte.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 819/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 17/96.8 PEOER, por crime de furto, que o Ministério Público move contra o arguido Ioan Doreal Gheorghe Catalina Ciorea, filho de Gheorghe Ciorea e de Citlina Ciorea, nascido a 24 de Maio de 1962, Turta, Roménia, titular do bilhete de identidade n.º 417919, emitido em 14 de Março de 1995, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Pensão Estoril, Lisboa, o qual foi notificado editalmente para se apresentar em juízo e não se tendo apresentado no prazo fixado para o efeito, nos termos dos artigos 335.º, n.ºs 1 e 2, e 336.º do Código de Processo Penal, foi o arguido declarado contumaz. Esta declaração de contumácia implica para o mesmo a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados a partir da presente data, nos termos do n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, proibindo ainda o arguido, ao abrigo do n.º 3 do mesmo preceito, de obter certidões de nascimento ou de casamento e registos criminais e de obter ou renovar passaporte.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 820/97 — AP. — A Dr.ª Elsa Maria Pereira Esteves, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Oeiras, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 1422/93.7 PCOER, por crime de ofensas corporais simples, previsto e punido pelo artigo 142.º do Código Penal, que o Ministério Público move contra o arguido João Abílio Lameiras de Almeida Santos, casado, armador de ferro, nascido a 24 de Junho de 1967, natural de Angola, filho de Vasco Carmo Alves Almeida e de Zaida Inácio Lameiras, que residia no Bairro do Municipal, na Quinta da Conceição, 1-B, Falagueira, Amadora, o qual foi notificado editalmente para se apresentar em juízo e não se tendo apresentado no prazo fixado para o efeito, nos termos dos artigos 335.º, n.ºs 1 e 2, e 336.º do Código de Processo Penal, foi o arguido declarado contumaz. Esta declaração de contumácia implica para o mesmo a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados a partir da presente data, nos termos do n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal, proibindo ainda o arguido, ao abrigo do n.º 3 do mesmo preceito, de obter certidões de nascimento ou de casamento e registos criminais e de obter ou renovar passaporte.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Maria Pereira Esteves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso de contumácia n.º 21 821/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 40/95, pendentes na secção única do Tribunal da Comarca de Oliveira do Bairro, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Alberto Sousa Ferraz, casado, trolha, nascido a 23 de Novembro de 1964, em Real, Amarante, filho de Alberto Ribeiro Ferraz e de Maria Augusta de Sousa, com última residência conhecida no lugar da Volta de Água, Castelões, Penafiel, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, por despacho de 28 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia que lhe havia sido imposta por despacho de 30 de Junho de 1997, cuja publicação foi feita no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 105, de 6 de Maio de 1996, nos termos do n.º 3 do artigo 336.º do Código de Processo Penal.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Manuel Rijo Araújo Silva*. — A Escriutária Judicial, *Maria de Lurdes P. S. Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 822/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 272/96, pendentes na secção única do Tribunal da Comarca de Oliveira do Bairro, que o Ministério Público move contra o arguido Edmundo Fernando Oliveira Ruas, casado, operador de máquinas, nascido a 7 de Julho de 1967, na freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro, filho de Edmundo António Ruas e de Rosa de Jesus Oliveira, titular do bilhete de identidade n.º 9671267, emitido em 5 de Novembro de 1996, com última residência conhecida em Águas Boas, 3770 Oiã, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter todos os documentos, certidões ou registos das seguintes autoridades públicas, serviços de identificação civil e criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis e câmaras municipais, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, cartórios notariais, serviços da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, Centros Regionais da Segurança Social e Centro Nacional de Pensões e consulados portugueses.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Maria Manuel Rijo Araújo Silva*. — A Oficial de Justiça, *Maria Helena da Cunha Bica*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE FRADES

Aviso de contumácia n.º 21 823/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 24 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 204/89, que o Ministério Público move contra o arguido Celso Rodrigues Marques, casado, filho de Nelson Rodrigues Marques e de Maria Augusta, nascido a 23 de Setembro de 1959, natural de São Vicente de Lafões, Oliveira de Frades, com última residência conhecida na Rua de Serpa Pinto, 57, Ílhavo, Aveiro, ou nas Gafanhas, em Ílhavo, titular do bilhete de identidade n.º 7621105, emitido em 19 de Maio de 1978, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 24 de Outubro de 1997.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Germana da Conceição Pinto Ferreira*. — A Escrivã-Adjunta, *Manuela Estela Santos*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE OVAR

Aviso de contumácia n.º 21 824/97 — AP. — A Dr.ª Teresa Teixeira Sá Lopes, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Ovar, 3.º Juízo, faz saber que, por despacho de 13 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 215/95, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra a arguida Patrocínia da Silva Morgado Queirós, filha de Manuel Morgado Rodrigues e de Cassilda da Silva, nascida a 7 de Outubro de 1961, na Várzea de Abruñhais, Lamego, casada, comerciante, com última residência conhecida na Rua de Fernando Nunes Duarte, 18, Sitrás, Marinha Grande, e actualmente ausente em parte incerta, por haver cometido o crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º do Código Penal, foi o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração, bem como, a proibição de obter quaisquer certidões, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, renovações ou segundas vias dos mesmos, ou efectuar quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Teresa Teixeira Sá Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Maria de Fátima Vicente dos Santos*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Aviso de contumácia n.º 21 825/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 55/96, pendentes no 2.º Juízo

do Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, o arguido António José Carneiro Dias, casado, comerciante, filho de Alvaro José da Silva dias e de Maria Gabriela Filipe Carneiro, nascido a 8 de Junho de 1974, em Facho, Agrela, Santo Tirso, titular do bilhete de identidade n.º 11575416, emitido em 20 de Julho de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida no lugar do Facho, Agrela, Santo Tirso, por se encontrar acusado como autor material de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, foi declarado contumaz, por despacho de 6 de Outubro de 1997, nos termos dos artigos 335.º a 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para o arguido a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração, bem como, a proibição de obter qualquer documento, certidão ou registo junto de qualquer autoridade pública.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Pinto Nunes*. — A Funcionário Judicial, *Diana Maria de Almeida Paulino*.

Aviso de contumácia n.º 21 826/97 — AP. — Faz-se público que, nos autos de processo comum n.º 238/92, pendentes no Tribunal da Comarca de Paços de Ferreira, 1.º Juízo, que o Ministério Público move contra Jorge Manuel Rodrigues Correia, casado, vendedor, filho de Albino Costa Gomes e de Maria Luísa Dias Rodrigues Correia, nascido a 16 de Janeiro de 1957, em Angola, titular do bilhete de identidade n.º 7674018, emitido em 25 de Setembro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida no edifício Atenas, 1, Valença, acusado como autor material de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 1, do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, por despacho de 28 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 23 de Abril de 1993.

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Alberto Eduardo Monteiro de Paiva Taveira*. — O Oficial de Justiça, *Fernando Odeberto da Silva Pereira*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

Aviso de contumácia n.º 21 827/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum n.º 176/95, pendente na 1.ª Secção do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Penafiel, em que é acusado pelo Ministério Público da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, a arguida Armandina Costa Oliveira Pinto, filha de Armindo da Silva Oliveira e de Maria Martins da Costa Ribeiro, casada, salsicheira, nascido a 22 de Agosto de 1965, em Grimancelos, Barcelos, com última residência conhecida na Urbanização de Santo Adrião, bloco B, 6.º, esquerdo, Vila Nova de Famalicão, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 336.º do Código de Processo Penal, implicando para o acusado a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e, ainda, a proibição de a arguida poder obter qualquer tipo de documentação em repartições públicas, administração fiscal e conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis, nomeadamente, bilhete de identidade, certificado do registo criminal, passaporte, carta de condução e livrete de veículo automóvel, ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção da arguida.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Gorete Roxo Pinto*. — O Oficial de Justiça, *José Paulo Teixeira Santos*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PENICHE

Aviso de contumácia n.º 21 828/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 608/93.9PAPN1, pendente no Tribunal da Comarca de Peniche, que o Ministério Público move contra o arguido Joaquim Silvério Rodrigues Quaresma, nascido a 7 de Maio de 1951, filho de Joaquim Quaresma e de Maria Junete da Conceição Rodrigues, com última residência conhecida na Cerca do José Gago, 12, Peniche, por haver cometido o crime de furto, é o mesmo notificado por esta forma para se apresentar em juízo dentro do prazo de 30 dias, contados da data da afixação do presente edital, com a cominação de não o fazendo ser declarado contu-

maz, nos termos do artigo 335.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Para constar se passou presente e outros que vão ser legalmente afixados.

9 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Baptista*. — O Funcionário Judicial, *Carlos Manuel de Sousa Policarpo*.

Aviso de contumácia n.º 21 829/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 27 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, n.º 5/97.7TBPNI, que o Ministério Público move contra o arguido António Manuel Marques Cardoso, nascido a 29 de Agosto de 1964, casado, marítimo, filho de Arlete Marques Mafra e de António Cardoso Rabicho, natural da Nazaré, com última residência conhecida no Pátio de Chico Mafra, 2450 Nazaré, por haver cometido o crime de dano, foi declarado contumaz, nos termos das disposições dos artigos 335.º a 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a interdição de obtenção de bilhete de identidade, certificado do registo criminal, certidão de nascimento, cartão de contribuinte, licença de condução, passe social, licença de caça e de pesca.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Baptista*. — O Funcionário Judicial, *João Carlos Madeira*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE POMBAL

Aviso de contumácia n.º 21 830/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 20/95, da 4.ª Secção, que o Ministério Público nesta comarca move contra o arguido Carlos Marques dos Santos, solteiro, electricista, nascido a 13 de Fevereiro de 1970, filho de Manuel dos Santos e de Maria Marques dos Santos, com última residência conhecida em Lagoeiros, Guia, por despacho de 29 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a situação de contumácia daquele arguido, por prescrição.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Margarida Isabel Pereira de Almeida Cardo*. — A Escriutária Judicial, *Dina Maria Gameiro Carreira de Seabra Correia*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DA BARCA

Aviso de contumácia n.º 21 831/97 — AP. — O Dr. Fernando Oliveira Barbosa, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Ponte da Barca, faz saber que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 54/97, que o Ministério Público move contra o arguido Luís Alberto Vieira Lacerda Martins, solteiro, desempregado, nascido a 17 de Abril de 1968, filho de Luís Lima Martins e de Maria da Conceição Lacerda, natural de Ponte de Lima, e com última residência conhecida na Rua de João Rodrigues de Moraes, 43, Ponte de Lima, por se encontrar acusado da prática, como co-autor material, de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, por despacho proferido em 3 de Novembro de 1997, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, que implica os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados por si após a declaração de contumácia e a proibição de o arguido obter quaisquer certidões ou documentos, designadamente bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e certidões ou efectuar quaisquer registos junto de quaisquer entidades ou autoridades públicas, nomeadamente tribunais, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, notariado, Direcção dos Serviços de Identificação Civil e Criminal O. C., Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando de Oliveira Barbosa*. — O Escrivão-Adjunto, *José Moreira de Lima*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTIMÃO

Aviso de contumácia n.º 21 832/97 — AP. — A Dr.ª Paula Sofia Amaral Albuquerque Coelho Almeida, juiz de direito do

2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Portimão, faz saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 3198/93, do 2.º Juízo deste Tribunal, que o Ministério Público move contra a arguida Margarida Maria Lucrécia Guerreiro, solteira, doméstica, natural de Portimão, nascida a 5 de Novembro de 1971, filha de José Vitorino e de Ermelinda Guerreiro, residente na Rua de Cândido Guerreiro, 1, Bairro Pontal, Portimão, por ter cometido um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 30.º e 297.º, n.º 1, alínea f), do Código Penal, por despacho proferido em 23 de Outubro de 1997, foram declarados cessados os efeitos da contumácia, nos termos dos artigos 336.º, n.º 3, e 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Sofia Amaral Albuquerque Coelho Almeida*. — A Escrivão-Adjunta, *Ana Lúcio Calixto*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTO DE MÓS

Aviso de contumácia n.º 21 833/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 40/93, a correr seus termos pela 2.ª Secção do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, que o Ministério Público move contra o arguido Telmo João Fernandes Matos, casado, natural de Pedrogão, concelho de Torres Novas, filho de António de Matos e de Marcolina Carolina Fernandes Matos, nascido a 31 de Julho de 1969, com última residência conhecida na Travessa do Casal, Casais Martanes, Torres Novas, agora ausente em parte incerta, o qual é acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, foi declarado contumaz, por despacho de 10 de Outubro de 1997, ao abrigo do disposto no artigo 336.º do Código de Processo Penal, por não ter sido possível notificá-lo do despacho que designou dia para julgamento, nem o mesmo se ter apresentado em juízo no prazo de trinta dias, conforme notificação edital que lhe foi feita. Tal declaração tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados por si após a declaração de contumácia e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos em repartições públicas ou de efectuar registos nas mesmas.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — A Escriutária Judicial, *Rosa Maria Borges Vilaça*.

Aviso de contumácia n.º 21 834/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 328/93, a correr seus termos pela 2.ª Secção do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, que o Ministério Público move contra o arguido António Manuel Martins Marques, solteiro, filho de Vítor Manuel Coelho Marques e de Gracinda de Lurdes Martins Marques, nascido a 24 de Setembro de 1964, e com última residência conhecida na Rua de Álvaro Gomes, lote 4, 7.º, E, Armação de Pêra, o qual é acusado da prática de crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 300.º, n.º 1, do Código Penal, foi declarada cessada a contumácia, por despacho de 13 de Outubro de 1997, em virtude de ser conhecido o seu paradeiro.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — A Escriutária Judicial, *Rosa Maria Borges Vilaça*.

Aviso de contumácia n.º 21 835/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 66/92, a correr seus termos pela 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, que o Ministério Público move contra o arguido Fernando Gonçalves Enes, solteiro, nascido a 5 de Novembro de 1958, natural da freguesia de Angola, filho de Luciano Gonçalves Enes e de Ludovina Rosa Timóteo Enes, com última residência conhecida em Maceira, e ausente em parte incerta, o qual é acusado da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, foi declarada cessada a contumácia, por despacho de 17 de Outubro de 1997, em virtude de ter sido declarado prescrito o procedimento criminal.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola*. — A Escrivão-Adjunta, *Ana Paula Alves Crachat*.

Aviso de contumácia n.º 21 836/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum n.º 9/96, do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, que o Ministério Público move contra o arguido Pedro Manuel Tomás dos Santos, solteiro, natural da Bata-

Iha, nascido a 9 de Agosto de 1970, filho de João Ruivo dos Santos e de Carminda da Silva Tomás, titular do bilhete de identidade n.º 9976529, com última residência conhecida em Casal do Relvas, Batalha, e actualmente em parte incerta, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 13 de Outubro de 1997, por se encontrar indiciado da prática de um crime de consumo de estupefacientes na forma continuada, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, com referência à Tabela I-A, anexa ao referido diploma, e com referência ao artigo 30.º, n.º 2, do Código Penal de 1982, que implica para o arguido a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, passaportes, certidões ou registos junto de quaisquer entidades e repartições públicas (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Escriutário Judicial, (*Assinatura ilegível.*)

Aviso de contumácia n.º 21 837/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, singular, n.º 24/94, a correr seus termos pela 2.ª Secção do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, que o Ministério Público move contra o arguido Noé Trindade Luis, casado, nascido a 29 de Outubro de 1947, filho de Manuel Luis e de Capitolina Pereira, natural de Évora de Alcobaça, titular do bilhete de identidade n.º 4078444, emitido pelo Arquivo de Identificação de Coimbra, com última residência conhecida em Arieiro, Alcobaça, o qual era acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi declarada cessada a contumácia, por despacho de 24 de Outubro de 1997, por extinção do procedimento criminal, por prescrição.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Lopes Catrola.* — A Escriutária Judicial, *Rosa Maria Borges Vilaça.*

TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 21 838/97 — AP. — A Dr.ª Lígia Maria da Nova Araújo Sá Trovão, juíza de direito do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que, por despacho proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 38/96, pendente na 2.ª Secção deste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido José Manuel Oliveira Monteiro Barbosa, divorciado, nascido a 31 de Julho de 1957, natural da Sé, concelho do Porto, titular do bilhete de identidade n.º 3573659, emitido em 7 de Abril de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, filho de João Barbosa e de Margarida Maria de Oliveira Monteiro, com última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 107, 3399, 1.º, Perafita, Matosinhos, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e punido por remissão da disposição legal pelo artigo 314.º, alínea c), do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração.

28 de Maio de 1997. — A Juíza de Direito, *Lígia Maria da Nova Araújo Sá Trovão.* — A Oficial de Justiça, *Maria Alexandra Robalo.*

Aviso de contumácia n.º 21 839/97 — AP. — A Dr.ª Lígia Maria da Nova Araújo Sá Trovão, juíza de direito do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que, por despacho proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 38/96, pendente na 2.ª Secção deste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido José Manuel Oliveira Monteiro Barbosa, divorciado, nascido a 31 de Julho de 1957, natural da Sé, concelho do Porto, titular do bilhete de identidade n.º 3573659, emitido em 7 de Abril de 1988, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, filho de João Barbosa e de Margarida Maria de Oliveira Monteiro, com última residência conhecida na Estrada Nacional n.º 107, 3399, 1.º, Perafita, Matosinhos, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem

provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e punido por remissão da disposição legal pelo artigo 314.º, alínea c), do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração.

28 de Maio de 1997. — A Juíza de Direito, *Lígia Maria da Nova Araújo Sá Trovão.* — A Oficial de Justiça, *Maria Alexandra Robalo.*

Aviso de contumácia n.º 21 840/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 21 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 369/94, pendente na 3.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, que o Ministério Público move a Inês da Conceição Fernandes Ferreira, viúva, doméstica, natural de Bragança, nascida a 18 de Setembro de 1961, filha de Alberto António Fernandes e de Lucinda Nascimento, titular do bilhete de identidade n.º 10444494, emitido em 7 de Maio de 1972, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Rua da Estacada, 27, 3.º, esquerdo, Bragança, pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 26 de Setembro de 1995.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Cláudia Sofia da Silva Maia Rodrigues Caetano.* — A Oficial de Justiça, *Maria Leonor.*

TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA COMBA DÃO

Aviso de contumácia n.º 21 841/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 120/94, pendente na 2.ª Secção deste Tribunal, que o Ministério Público move a António Pereira Ferreira, casado, trolha, filho de José Ferreira e de Maria de Lurdes Pereira Lopes, natural de Abraveses, Viseu, nascido a 1 de Abril de 1960, com última residência conhecida em Casal do Cochicho, Estrada da Paiã, Pontinha, Loures, pela prática do crime de dano, previsto e punido pelo artigo 310.º, n.º 2, conjugado com o disposto nos artigos 308.º e 309.º, n.º 3, alínea b), todos do Código Penal, foi declarada a cessação de contumácia, determinada por despacho de 12 de Dezembro de 1994.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Cristina Mendes Oliveira Emídio.* — O Oficial de Justiça, *José Carlos dos Santos Salgado Caires.*

TRIBUNAL DA COMARCA DE SEIA

Aviso de contumácia n.º 21 842/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 16 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 134/93, a correr seus termos pelo 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Seia, que o Ministério Público move contra a arguida Graziela Moreira, solteira, nascida a 19 de Novembro de 1953, filha de José Luís Moreira e de Jacy Petrovich, natural do Brasil, e com última residência conhecida na Rua da Carapalha, 2, 9.º, C, Castelo Branco, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e 313.º do Código Penal de 1982, por força do que dispõe o artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, foi declarada cessada a contumácia, em virtude de o crime em apreço ter sido extinto, por prescrição (artigos 118.º, n.º 1, alínea c), e 119.º, n.º 1, do Código Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando Miguel F. A. Alves.* — O Escriutário Judicial, *João Domingos N. Martins.*

Aviso de contumácia n.º 21 843/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 30 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 25/97, pendente

no 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Seia, que o Ministério Público move contra a arguida Gracinda Craveiro Cardetas, divorciada, cabeleireira, filha de Emídio Pinho Cardetas e de Gracinda da Costa Craveiro, natural de Ança, Cantanhede, nascida a 30 de Novembro de 1962, e com última residência conhecida em Canas de Senhorim, Nelas, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 217.º, n.º 1, do actual Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. Tal declaração tem as seguintes consequências: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pela arguida após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter ou renovar documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, nomeadamente Direcção dos Serviços de Identificação Criminal, Direcção-Geral de Viação, conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, cartórios notariais e autarquias locais (artigo 337.º, n.º 3, do mesmo diploma legal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível*). — O Escrivão Judicial, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 844/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 16 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, singular, registados sob o n.º 38/94, a correr seus termos pelo 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Seia, que o Ministério Público move contra a arguida Maria João Laranjeira Conde Chula, casada, enfermeira, nascida a 31 de Janeiro de 1949, filha de Bernardino Conde e de Camila dos Santos Laranjeira, natural da Sé, Faro, e com última residência conhecida na Avenida de 25 de Abril, lote 98, rés-do-chão, Urbanização Pimenta e Rendeiro, Massamá, Queluz, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, e 313.º do Código Penal de 1982, por força do que dispõe o artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, foi declarada cessada a contumácia, em virtude de o crime em apreço ter sido extinto, por prescrição (artigos 118.º, n.º 1, alínea c), e 119.º, n.º 1, do Código Penal).

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando Miguel F. A. Alves*. — O Escrivão Judicial, *João Domingos N. Martins*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SILVES

Aviso de contumácia n.º 21 845/97 — AP. — Torna-se público que, no processo comum, singular, n.º 22/96, pendente na 1.ª Secção do Tribunal da Comarca de Silves, que o Ministério Público move contra os arguidos Carlos Alberto Silva, solteiro, mecânico, natural de Sá da Bandeira, Angola, filho de Teodoro da Silva e de Armanda Matos da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 16030890, emitido em 7 de Maio de 1980, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida no sítio da Taboada, Odelouca, Silves, e José António da Conceição Pedro, divorciado, agricultor, nascido a 7 de Novembro de 1941, na freguesia de Porches, Lagoa, filho de José Inácio Pedro e de Isabel da Conceição, titular do bilhete de identidade n.º 216044, emitido em 18 de Junho de 1990, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e com última residência conhecida na Rua de São Gonçalo de Lagos, 14 (Residencial Cavaco), Quarteira, por se encontrarem indiciados pela prática de um crime de falsificação de documento sob a forma continuada, previsto e punido pelos artigos 30.º, n.º 2, e 228.º, n.º 1, alíneas a) e c), do Código Penal, com referência ao artigo 229.º, n.º 3, do Código Penal, foram os mesmos, por despacho de 14 de Outubro de 1997, declarados contumazes, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, implicando esta declaração, a partir desta data, a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação dos arguidos, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obterem ou renovarem quaisquer documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente carta de condução, passaporte, bilhete de identidade, certificado do registo criminal, certidões de nascimento e livrete de veículo automóvel, e

documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis (artigo 337.º, n.º 3, do citado Código).

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Rui José Fernandes Banaco*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Fátima de F. C. Semedo*.

Aviso de contumácia n.º 21 846/97 — AP. — O Dr. Rui José Fernandes Banaco, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Silves, faz saber que, por despacho de 20 de Junho de 1996, proferido nos autos de processo comum n.º 28/92, da 2.ª Secção deste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido José Rafael Fernandes Prudêncio, solteiro, ajudante de camionista, nascido a 15 de Janeiro de 1971, natural de Alcantarilha, Silves, filho de António Manuel Rim Prudêncio e de Maria Suzete Fernandes Prudêncio, com última residência conhecida na Rua do Rossio, São Bartolomeu de Messines, por haver cometido um crime de furto, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, revisto pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, foi declarada cessada a declaração de contumácia proferida contra o referido arguido, no *Diário da República*, 2.ª série, de 8 de Julho de 1994.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Rui José Fernandes Banaco*. — A Escrivã-Adjunta, *Irene Clotilde Águas dos Santos*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE TAVIRA

Aviso de contumácia n.º 21 847/97 — AP. — Torna-se público que, no processo comum, singular, n.º 369/94, da única secção de processos deste Tribunal, em que é acusado pelo Ministério Público da prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, o arguido Sérgio Porfírio Canada Navio, casado, empresário, filho de Porfírio Viegas Navio e de Benedita Canada Navio, nascido a 19 de Abril de 1959, na freguesia de Pechão, concelho de Olhão, titular do bilhete de identidade n.º 6300625, foi, por despacho de 16 de Outubro de 1997, declarado extinto o procedimento criminal instaurado contra o mesmo, por prescrição, e, em consequência, cessada a declaração de contumácia.

23 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Tavares da Costa*. — A Escrivã-Adjunta, *Luzia Amélia Filipe*.

Aviso de contumácia n.º 21 848/97 — AP. — O Dr. Luís Tavares da Costa, juiz de direito do Tribunal da Comarca de Tavira, faz saber que, no processo comum, singular, n.º 99/96, pendente na única secção desta comarca, que o Ministério Público move contra o arguido Tarmamade Abobakar, filho de Abobakar Narmamade e de Alima Mamade, natural de Nampula, Moçambique, comerciante, nascido a 17 de Janeiro de 1958, solteiro, com última residência conhecida na Quinta do Barruncho, lote 5, 1.º A, Odívelas, por se encontrar indiciado pela prática do crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido nas disposições combinadas dos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo, por despacho de 7 de Outubro de 1997, declarado contumaz, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, ficando o arguido, a partir desta data, proibido de obter quaisquer documentos junto das repartições públicas, implicando, ainda, a suspensão dos termos ulteriores do processo e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Luís Tavares da Costa*. — O Escrivão Judicial, *Acácio Silva*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE TONDELA

Aviso de contumácia n.º 21 849/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 85/95, pendente no Tribunal da Comarca de Tondela, que o Ministério Público move contra o arguido Manuel João da Silva Vale, solteiro, agricultor, nascido a 24 de Junho de 1966, filho de Francisco Dinis e de Amândia da Silva Craveiro, natural de Tonda, Tondela, com última residência conhecida em Vila Nova, Tonda, Tondela, por se encontrar acusado de ter cometido um

crime de ofensas corporais simples, previsto e punido pelo artigo 142.º, n.º 1, do Código Penal, e um crime de detenção de arma proibida, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 260.º do Código Penal, e 3.º, alínea f), do Decreto-Lei n.º 207-A/75, de 17 de Abril, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e a proibição de poder obter ou consultar, em qualquer serviço público nacional, alguma certidão, registo ou qualquer tipo de documento.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Cristina Gomes da Quinta*. — A Oficial de Justiça, *Dora João*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS

Aviso de contumácia n.º 21 850/97 — AP. — Faz-se público que, por despacho de 28 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum, tribunal singular, registados sob o n.º 143/96.3 PATVD, da 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Torres Vedras, foi declarado contumaz o arguido José de Jesus Branco de Almeida, com última residência conhecida na Quinta da Ponte, lote 31, 1.º, esquerdo, Arruda dos Vinhos, casado, nascido a 5 de Abril de 1936, filho de Agripino Armando de Almeida e de Idalina Clotilde Mendes Branco, natural da freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa, por se achar acusado pela prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, implicando para o referido arguido, após a declaração, a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia acarreta, nos termos do artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial em que intervenha; nos termos do artigo 337.º, n.º 3, do citado Código, fica, ainda, vedada ao arguido a obtenção de certidões de registo de nascimento e outras e certificado do registo criminal, bem como carta de condução, passaporte e bilhete de identidade e respectivas renovações, e quaisquer registos.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Elsa Parrado de Azevedo*. — A Escriutária Judicial, *Maria José Coutinho*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE TRANCOSO

Aviso de contumácia n.º 21 851/97 — AP. — A Dr.ª Susana Direito da Cruz Filipe Regatia, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Trancoso, faz saber que, por despacho de 31 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 181/96, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido António Frias da Costa, casado, filho de João da Costa e de Conceição da Costa, nascido a 6 de Março de 1961, natural e com última residência conhecida, no país, na freguesia de Coruche, concelho de Aguiar da Beira, por haver cometido o crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º do Código Penal de 1982, e actualmente previsto e punido pelo artigo 217.º, n.º 1, do novo Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do disposto nos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, nomeadamente bilhete de identidade, carta de condução, passaporte e certidões de nascimento e casamento.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Susana Direito da Cruz Filipe Regatia*. — A Oficial de Justiça, *Iracema*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VALENÇA

Aviso de contumácia n.º 21 852/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 114/93, que o Ministério Público move contra o arguido Fernando Manuel Martins Lopes Chapelão, casado, industrial, nascido a 15 de Setembro de 1964, natural de

Moçambique, filho de José Martins Chapelão e de Maria Lúcia Martins Lopes Oliveira, com última residência conhecida no lugar de Vilarinho, Encouradas, Barcelos, e actualmente em parte incerta, foi, por despacho de 5 de Novembro de 1997, declarada cessada a situação de contumácia em que o arguido se encontrava, e que havia sido declarado por despacho de 24 de Fevereiro de 1994, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 14 de Maio de 1994.

5 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Eliseu Ramos Salgado*. — O Escriutário Judicial, *José Manuel R. Silva*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VIEIRA DO MINHO

Aviso de contumácia n.º 21 853/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum, com intervenção do tribunal singular, registados sob o n.º 107/97, a correr termos por este Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Rui Manuel Martins Pereira, solteiro, trolha, nascido a 31 de Maio de 1976, filho de José Maria Pereira e de Maria Gorete Lobo Martins, natural da freguesia de Moimenta, concelho de Terras de Bouro, com última residência conhecida no lugar de Costas, freguesia de Ventosa, Vieira do Minho, titular do bilhete de identidade n.º 11666589, actualmente em parte incerta, por se encontrar indiciado na prática de um crime de dano, previsto e punido pelo artigo 308.º do Código Penal, o que corresponde, na redacção do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, o artigo 212.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, ao abrigo do disposto nos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, por despacho de 20 de Outubro de 1997, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados por si após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do Código de Processo Penal), e a inibição de obter documentos, certidões ou registos junto de entidades públicas. Esta declaração de contumácia caducará logo que o arguido se apresente ou for detido (artigo 336.º, n.º 3, do citado diploma legal).

29 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Herculano José Rodrigues Esteves*. — O Oficial de Justiça, *Luís Gonzaga Marinho Carvalho*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA DO CONDE

Aviso de contumácia n.º 21 854/97 — AP. — A Dr.ª Maria dos Prazeres Rodrigues da Silva, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Vila do Conde, faz saber que, por despacho de 24 de Fevereiro de 1995, foi julgada extinta a situação de contumácia em que se encontrava o arguido Jorge Manuel Catarino Ferreira, solteiro, comerciante, filho de António Peixoto Ferreira e de Lucília da Conceição Catarino, nascido a 19 de Novembro de 1962, natural da freguesia de A-Ver-o-Mar, Póvoa de Varzim, no processo comum, singular, n.º 115/95, do 3.º Juízo, e com residência actual na Rua de Gomes de Amorim, 2, A Ver-o-Mar, Póvoa de Varzim, por ter sido localizado e designado dia para julgamento, nos autos supra identificados.

31 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria dos Prazeres Rodrigues da Silva*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Aviso de contumácia n.º 21 855/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 803/94, pendente nesta comarca contra o arguido Manuel Carvalho Mesquita, casado, industrial, nascido a 12 de Fevereiro de 1954, na freguesia e concelho de Santo Tirso, filho de Manuel da Costa Mesquita e de Libânia Araújo, titular do bilhete de identidade n.º 3009199, emitido em 15 de Setembro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Ferreira Lemos, 315, Santo Tirso, e actualmente em parte incerta, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 23.º e 24.º, n.º 2, alínea a), do Decreto com força de lei n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927, é o mesmo declarado contumaz, por despacho de 17 de Novembro de 1995, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia que caducará logo que o arguido se apresente em

juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados por si após a publicação da presente declaração de contumácia (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e cartão de eleitor, bem como obter certificado do registo criminal, livrete e título de registo de propriedade de veículo automóvel, licença camarária ou do governo civil, certidão emitida por tribunal, junta de freguesia, repartição de finanças, cartório notarial e conservatórias dos registos civil, predial ou comercial (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Laura Goulart Maurício*. — O Escrivão-Adjunto, *Manuel Gonçalves*.

Aviso de contumácia n.º 21 856/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum, singular, n.º 2674/94, pendente nesta comarca contra a arguida Rosa da Costa, divorciada, empresária, nascida a 26 de Maio de 1957, titular do bilhete de identidade n.º 3761157, com última residência conhecida no lugar de Pelhe, Calendário, Vila Nova de Famalicão, e actualmente em parte incerta, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º, n.º 1, do Código Penal, é a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do artigo 336.º do mesmo Código), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados por si após a publicação da presente declaração de contumácia (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e cartão de eleitor, bem como obter certificado do registo criminal, livrete e título de registo de propriedade de veículo automóvel, licença camarária ou do governo civil, certidão emitida por tribunal, junta de freguesia, repartição de finanças, cartório notarial e conservatórias dos registos civil, predial ou comercial (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Laura Goulart Maurício*. — A Escriutária Judicial, *Idalina Cunha*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA POUCA DE AGUIAR

Aviso de contumácia n.º 21 857/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 59/97, que o Ministério Público move contra o arguido Domingos Manuel Limões Teixeira, solteiro, nascido a 1 de Fevereiro de 1978, na freguesia de Canedo, Ribeira da Pena, Vila Pouca de Aguiar, filho de Armando Novais Teixeira e de Maria Simões Pereira Novais Teixeira, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida no lugar de Bragadas, Santo Aleixo, Ribeira da Pena, por ter cometido um crime de falta ao recenseamento militar, previsto e punido pelo artigo 40.º, n.º 1, alínea b), da Lei 30/87, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 89/88, de 5 de Agosto, foi o mesmo, por despacho de 16 de Outubro de 1997, declarado contumaz (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), o que implica a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de renovar bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e de obter certidões ou quaisquer registos e documentos junto de autoridades públicas.

27 de Setembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Alexandra da Silva Cardoso*. — O Escriutário Judicial, *Fernando Carvalho*.

Aviso de contumácia n.º 21 858/97 — AP. — Faz-se saber que, nos autos de processo comum n.º 117/96, que o Ministério Público move contra o arguido Domingos Oliveira Duarte, solteiro, empreiteiro, nascido a 5 de Abril de 1934, na freguesia de Manhente, Barcelos, filho de Zeferino Lopes Duarte e de Armanda Júlia Oliveira, ausente em parte incerta, e com última residência conhecida em Vila Real, junto ao Hospital de Lordelo, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezem-

bro, e 313.º do Código Penal, foi o mesmo, por despacho de 6 de Outubro de 1997, declarado contumaz (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), o que implica a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de renovar bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e de obter certidões ou quaisquer registos e documentos junto de autoridades públicas.

27 de Setembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Paula Alexandra da Silva Cardoso*. — O Escriutário Judicial, *Fernando Carvalho*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL

Aviso de contumácia n.º 21 859/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 22 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 102/97, pendente no 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vila Real, que Ministério Público move contra o arguido José Mário Manuel Moreira, solteiro, servente da construção civil, titular do bilhete de identidade n.º 10945687, emitido em 29 de Novembro de 1993, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, filho de Rui Manuel da Nóbrega Moreira e de Maria de Fátima Domingos Quitumbo Manuel Moreira, nascido a 4 de Outubro de 1974, em Angola, e com última residência conhecida na Rua da Levada, Flores, Vila Real, por haver cometido o crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal revisto, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do citado Código), e a proibição de o arguido obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou registos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Cortes Lourenço da Fonseca*. — O Oficial de Justiça, *Vitor Garcia Luis*.

Aviso de contumácia n.º 21 860/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 120/97, pendente no Tribunal da Comarca de Vila Real, que Ministério Público e o denunciante Renorte, Correia, Silva & Pureza, L.ª, movem contra o arguido António José Carneiro e Fontes, casado, industrial, titular do bilhete de identidade n.º 714386, emitido em 25 de Julho de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, filho de Manuel Joaquim Alves Carneiro e de Maria da Conceição Fontes, nascido a 17 de Agosto de 1934, em Vila Verde, Alijó, e com última residência conhecida em Freixo, Vila Verde, Alijó, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos artigos 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º e 314.º, alínea a), do Código Penal, ou 218.º, n.º 2, alínea b), do Código Penal de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do citado Código), e a proibição de o arguido obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou registos junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Cortes Lourenço da Fonseca*. — O Oficial de Justiça, *Vitor Garcia Luis*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Aviso de contumácia n.º 21 861/97 — AP. — Anuncia-se que, no processo comum, singular, n.º 113/95, pendente na única

secção desta comarca, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Jorge dos Santos Nunes, actualmente em parte incerta, e com última residência conhecida em Casalinho da Tapada, Serã, por se encontrar indiciado pela prática de um crime de furto, previsto e punido pelo artigo 296.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 28 de Outubro de 1997, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, ficando, a partir desta data, proibido de obter quaisquer documentos junto das repartições públicas, nomeadamente bilhete de identidade, passaporte e carta de condução ou sua renovação, bem como quaisquer certidões ou registos junto dos serviços ou autoridades ligados à Administração Pública (Central, Regional e Local), incluindo os consulados de Portugal, implicando, ainda, a suspensão dos termos posteriores do processo e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar.

4 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Graça Madalena Carvalho*. — A Escriutária Judicial, *Margarida Trindade*

Aviso de contumácia n.º 21 862/97 — AP. — Anuncia-se que, no processo comum, colectivo, n.º 121/91, pendente na única secção desta comarca, que o Ministério Público move contra o arguido Abdulai Indjai, solteiro, pedreiro, nascido a 10 de Junho de 1957, em Anxalé, Guiné-Bissau, e com última residência conhecida na Rua de Agostinho Neto, lote 123, Lisboa, onde se encontra indiciado pela prática de um crime de falsificação de documentos, previsto e punido pelo artigo 228.º, n.º 1, alínea c), e 2, do Código Penal, foi, por despacho de 31 de Outubro de 1997, declarada cessada a contumácia, por prescrição do procedimento criminal, nos termos do disposto no artigo 117.º do Código Penal, ficando, a partir daquela data, caducados os efeitos da declaração de contumácia, nestes autos.

5 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Graça Madalena Carvalho*. — A Escriutária Judicial, *Margarida Trindade*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA VERDE

Aviso de contumácia n.º 21 863/97 — AP. — O Dr. José António Rodrigues da Cunha, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Vila Verde, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 139/96, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra a arguida Maria Isabel Gama Ribeiro Marques, casada, nascida a 4 de Novembro de 1947, em Braga, filha de Augusto Ribeiro e de Guilhermina Rosa da Silva, com última residência conhecida no lugar do Outeiro, Ribeiro, Terras de Bouro, por haver cometido o crime previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, com referência ao artigo 313.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, actualmente previsto e punido pelo artigo 218.º, n.º 1, do Código Penal, revisto pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos posteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção e a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pela arguida após esta declaração.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José António Rodrigues da Cunha*. — O Oficial de Justiça, *Almerindo Dantas*.

TRIBUNAL DE EXECUÇÃO DAS PENAS DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 864/97 — AP. — O Dr. António Manuel de Almeida Semedo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Execução das Penas de Lisboa, faz saber que, no processo complementar de revogação de saída precária prolongada, n.º 1485/97, pendente neste 2.º Juízo, em que é arguido Sérgio Manuel Pedras Alvas, natural de Lisboa, filho de Rosa Conceição Pedras Alvas, nascido a 16 de Junho de 1966, e com última residência conhecida na Rua de Sabino de Sousa, 40, 2.º, direito, Lisboa, por se encontrar evadido do Estabelecimento Prisional de Sintra, desde o dia 5 de Maio de 1997, e porque sobressai dos autos que o arguido agiu com intenção de se eximir ao cumprimento da pena que lhe foi imposta no processo n.º 13/95, da 5.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, 1.ª Secção, sentença transitada em julgado, nos termos dos artigos 335.º, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 5 de Novembro de 1997, e essa declaração implica a suspensão dos

termos posteriores do processo até à sua apresentação, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a caducidade desta declaração de contumácia logo que o arguido se apresente, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, designadamente bilhete de identidade e passaporte.

5 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *António Manuel de Almeida Semedo*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

1.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 865/97 — AP. — A Dr.ª Ana Maria Barata Brito, juíza de direito da 2.ª Secção da 1.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 330/96.4GCLSB, que o Ministério Público move contra o arguido João Manuel Salgado Oliveira, filho de José Manuel Salgado Oliveira e de Maria Amélia Narciso Amélia, natural de Aveiro, nascido a 18 de Julho de 1969, com última residência conhecida na Rua de Afonso de Albuquerque, numa barraca junto à Panificação, Sacavém, Loures, por haver cometido o crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, foi o mesmo, por despacho de 27 de Outubro de 1997, declarado contumaz, ficando suspensos os termos posteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, nos termos do n.º 1 do artigo 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados posteriormente à presente data e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte e carta de condução, bem como obter certidão de nascimento e de casamento e certidões dos registos predial, comercial e de automóveis.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Barata Brito*. — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

2.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 866/97 — AP. — O Dr. João Francisco Reis Carrola, juiz de direito da 3.ª Secção da 2.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, no processo comum, colectivo, n.º 182/96.4TOLSB (5/97), pendente neste Tribunal contra o arguido João Paulo Costa, filho de Alberto Costa e de Ana Mtumpi, nascido a 14 de Março de 1964, natural de Angola, solteiro, com última residência conhecida na Quinta da Serra de Baixo, 132, Sacavém, Loures, por ter sido acusado e condenado na prática de dois crimes de falsificação e uso de documento falso, previstos e punidos pelo artigo 245.º, n.ºs 1, alíneas a) e c), e 3, do Código Penal, por despacho de 27 de Outubro de 1997, foi o mesmo declarado contumaz, o que implica os efeitos dos artigos 336.º, n.º 1, e 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal. Para constar se lavrou o presente anúncio, que vai ser legalmente publicado.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Francisco Reis Carrola*. — A Escrivã-Adjunta, *Elsa Machado Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 867/97 — AP. — Faz-se público que, no processo n.º 1583/94.8JDLBS (71/96), pendente na 2.ª Secção desta Vara, contra o arguido Fernando José Alves de Carvalho, filho de Mamede Meireles de Carvalho e de Maria Vitória Alves Durães, nascido a 16 de Agosto de 1952, no Brasil, com última residência conhecida na Rua do Conde de Almoester, 104, 2.º, esquerdo, Lisboa, por se encontrar acusado de um crime previsto e punido pelos artigos 228.º, n.º 1, alínea b), e 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 31 de Outubro de 1997, e, em consequência, determinada a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar após esta declaração e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidão de nascimento e de casamento, bem como certidões dos registos predial, comercial e de automóveis.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Cláudio de Jesus Ximenes*. — A Escriutária Judicial, *Anabela Rocha*.

3.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 868/97 — AP. — O Dr. João Paulo Decroock Moura Sampaio, juiz de direito da 2.ª Secção da 3.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 80/95, desta Secção e Vara, em que é arguido José António Pinho Conde, filho de José Maria Lopes Conde e de Maria do Carmo Vieira Pinho, natural de Pardilhó, Estarreja, nascido a 5 de Agosto de 1957, titular do bilhete de identidade n.º 6127583, com última residência conhecida na Rua de Marques da Silva, 2, rés-do-chão, Lisboa, foi declarada cessada a situação de contumácia em que o arguido se encontrava, por ter sido preso.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *João Paulo Decroock Moura Sampaio*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*.)

5.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 869/97 — AP. — Faz-se público que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 58/96, pendentes na 3.ª Secção da 5.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, contra o arguido Carlos Daniel Alves Pires, natural de Alvalade, Lisboa, nascido a 25 de Dezembro de 1968, filho de Manuel Pinheiro Pires e de Maria da Conceição Alves Pires, com última residência conhecida na Rua da República Peruana, 5, 5.º, direito, Lisboa, por se encontrar indiciado pela prática de um crime previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 2, alíneas c) e d), do Código Penal. Tal declaração tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do citado Código), e a proibição de obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou efectuar quaisquer registos junto de quaisquer entidades e autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

16 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Barracosa*. — A Escriutária Judicial, *Amélia Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 870/97 — AP. — A Dr.ª Maria Manuela Barracosa, juíza de direito da 3.ª Secção da 5.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 9558, a correr termos nesta Secção e Vara, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Orlando José Vitorino, filho de José Francisco Vitorino e de Celeste da Conceição, nascido a 1 de Agosto de 1957, com última residência conhecida na Rua de 25 de Abril, Malveira, por se encontrar indiciado pela prática de um crime previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 1, alíneas f) e g), do Código Penal, por despacho de 24 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia, por detenção do arguido.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Barracosa*. — A Escrivã-Adjunta, *Celeste Simões*.

Aviso de contumácia n.º 21 871/97 — AP. — Faz-se saber que, correm termos pela 2.ª Secção da 5.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa uns autos de processo comum, colectivo, registados sob o n.º 40/97, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria Odete Baltazar de Oliveira, natural da freguesia das Escolas Gerais, concelho de Leiria, nascida a 19 de Agosto de 1932, solteira, filha de Arcenoso de Oliveira e de Clotilde dos Santos Baltazar de Oliveira, com última residência conhecida no Beco da Hera, 7, Lisboa, por ter cometido um crime de receptação, previsto e punido pelo artigo 329.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal de 1982, por despacho de 30 de Outubro de 1997, foi a mesma declarada contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, implicando a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida a partir da data da publicação do anúncio no *Diário da República* e a proibição de obter quaisquer documentos junto das repartições públicas, designadamente certidões ou registos, bem como bilhete de

identidade, carta de condução e passaporte e respectivas renovações, e, ainda, o arresto dos bens do arguido, ficando os autos suspensos até à sua detenção ou apresentação em juízo.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Abel Silveira Ventura*. — A Escriutária Judicial, *Ana Maria Portocarrero Brito Fortes*.

Aviso de contumácia n.º 21 872/97 — AP. — Faz-se público que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 67/95, pendentes na 3.ª Secção da 5.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, contra o arguido Fernando António Oliveira Carvalho de Freitas, natural do Monte, Funchal, nascido a 11 de Agosto de 1960, filho de António Maria de Freitas e de Maria Odete Oliveira de Carvalho de Freitas, com última residência conhecida no sítio da Torre, Câmara de Lobos, Funchal, por se encontrar indiciado pela prática de um crime previsto e punido pelo artigo 314.º, alínea c), com referência ao artigo 313.º do Código Penal. Tal declaração tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do citado Código), e a proibição de obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou efectuar quaisquer registos junto de quaisquer entidades e autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Barracosa*. — A Escriutária Judicial, *Amélia Oliveira*.

Aviso de contumácia n.º 21 873/97 — AP. — Faz-se público que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 138/94, pendentes na 3.ª Secção da 5.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, contra o arguido Gregório Eulálio Garcia Molina, natural de Las Palmas, nascido a 22 de Fevereiro de 1951, filho de Gregório y de Pino e de Maria y de Pino, com última residência conhecida em Ernest Hemingway, 11, Las Palmas, por se encontrar indiciado pela prática de um crime previsto e punido pelos artigos 21.º, n.º 1, e 40.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro. Tal declaração tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar após esta declaração (n.º 1 do artigo 337.º do citado Código), e a proibição de obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou efectuar quaisquer registos junto de quaisquer entidades e autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Barracosa*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

6.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 874/97 — AP. — A Dr.ª Maria do Céu Morgado, juíza de direito da 3.ª Secção da 6.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, no processo comum, colectivo, registado com o n.º 137/95, desta Secção, que o Ministério Público move contra o arguido Domingos Mendonça Tavares, solteiro, natural de Cabo Verde, nascido a 18 de Fevereiro de 1962, filho de Paulo Tavares e de Virgolina Mendonça, com última residência conhecida na Praceta de Maria Helena Vieira da Silva, lote 35, 6.º, D. Vale da Amoreira, pela prática do crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 306.º, n.ºs 1, 3, alínea a), e 5, com referência ao artigo 297.º, n.º 2, alínea h), do Código Penal de 1982, por despacho de 30 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia em que o mesmo se encontrava, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, de 29 de Novembro de 1995.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Maria do Céu Morgado*. — A Escriutária Judicial, *Dina Gouveia*.

7.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 875/97 — AP. — O Dr. Fernando Correia Estrela, juiz de direito da 3.ª Secção da 7.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 373/96, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido José Luís Rodrigues Mendes, solteiro, ajudante de vendedor, nascido a 21 de Abril de 1969, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Joaquim Mendes da Silva e de Maria Teresa Marques Rodrigues da Silva, titular do bilhete de identidade n.º 9071465, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua do Norte, 187, 10.º, direito, Fetais, Camarate, Loures, por se encontrar acusado e pronunciado como autor de um crime previsto e punido pelos artigos 296.º e 297.º, n.º 1, alínea g), do Código Penal, dois crimes previstos e punidos pelo artigo 306.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Código Penal, um crime previsto e punido pelo artigo 235.º do Código Penal, um crime previsto e punido pelo artigo 228.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, do Código Penal, e um crime previsto e punido pelos artigos 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal (sendo todas as disposições do Código Penal de 1982, à data dos factos), foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 30 de Outubro de 1997, e, em consequência, determinada a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, notariado, Direcção dos Serviços de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

3 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando Correia Estrela*. — A Escriutária Judicial, *Dulce Ramos*.

Aviso de contumácia n.º 21 876/97 — AP. — O Dr. Fernando Correia Estrela, juiz de direito da 3.ª Secção da 7.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, no processo comum n.º 225/95, pendente neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido João Carlos Baptista Mendonça dos Santos, casado, difusor, nascido a 23 de Janeiro de 1963, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de António Mendonça dos Santos e de Fernanda Carneiro Baptista Mendonça dos Santos, titular do bilhete de identidade n.º 6489099, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de D. Afonso de Noronha, 1, rés-do-chão, direito, Reboleira, Amadora, por se encontrar acusado e pronunciado como autor de um crime de falsificação, previsto e punido pelo artigo 228.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, do Código Penal de 1982, à data dos factos, e um crime de burla agravada, previsto e punido pelos artigos 313.º e 314.º, alínea c), do Código Penal de 1982, à data dos factos, foi o mesmo declarado contumaz, por despacho de 30 de Outubro de 1997, e, em consequência, determinada a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões junto das conservatórias dos registos civil, predial, comercial e de automóveis, notariado, Direcção dos Serviços de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

5 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando Correia Estrela*. — A Escriutária Judicial, *Dulce Ramos*.

8.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 877/97 — AP. — A Dr.ª Filipa de Frias Macedo, juíza de direito da 1.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 18/97 (221/93.0SKLSB), que o Ministério Público move contra o arguido António Trindade Correia, filho de Emílio Ferreira Correia e de Alzira Martins Trindade, natural de Esperança, Arronches, nascido a 6 de Janeiro de 1956, com última residência conhecida na Avenida de 5 de Outubro, 25, 5.º, frente, Lisboa, por haver cometido o crime de abuso de confiança, previsto e

punido pelo artigo 300.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Código Penal de 1982, foi o mesmo, por despacho de 27 de Outubro de 1997, declarado contumaz, ficando suspensos os termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, nos termos do n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal, sem prejuízo da realização de actos urgentes. Tal declaração implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados posteriormente à presente data e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto autoridades públicas.

28 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Filipa de Frias Macedo*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 878/97 — AP. — A Dr.ª Filipa de Frias Macedo, juíza de direito da 1.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 41/96 (584/92.5JGLSB), que o Ministério Público move contra a arguida Maria Teresa Ferreira Martins Silveira, filha de Inácio Ribeiro dos Santos e de Arminda Ferreira, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascida a 25 de Fevereiro de 1956, com última residência conhecida na Urbanização Carcavelos Lux, lote 22, 4.º, direito, Carcavelos, por haver cometido os crimes de receptação, falsificação de documento e burla, previstos e punidos pelos artigos 329.º, n.º 1, 228.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, e 313.º do Código Penal, foi a mesma, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarada contumaz, ficando suspensos os termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, nos termos do n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal, sem prejuízo da realização de actos urgentes. Tal declaração implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados posteriormente à presente data e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Filipa de Frias Macedo*. — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Aviso de contumácia n.º 21 879/97 — AP. — Faz-se saber que, no processo comum registado sob o n.º 113/94 (721/92.0TDLBSB), pendente na 1.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Carlos Fernandes da Silva Serrano, solteiro, natural de Parede, Cascais, filho de João Anastácio Serrano e de Julieta Rosa Fernandes da Silva, nascido a 25 de Fevereiro de 1972, vendedor ambulante, e com última residência conhecida na Rua do Restolho, lote 11, cave direita, Bairro do Zambujal, Buraca, Amadora, por haver cometido o crime previsto e punido pelos artigos 329.º, n.º 2, e 260.º do Código Penal, por despacho de 28 de Outubro de 1997, cessou a respectiva declaração de contumácia, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, pelo que deverá ser dado sem efeito o anúncio publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 9 de Agosto de 1995, que declarou aquele arguido contumaz.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Filipa de Frias Macedo*. — O Escrivão de Direito, *Vitor Manuel Marques*.

Aviso de contumácia n.º 21 880/97 — AP. — A Dr.ª Filipa de Frias Macedo, juíza de direito da 1.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum n.º 77/96 (670/95.0PDLBSB), que o Ministério Público move contra o arguido Nelson Rui dos Santos Francisco Silva, filho de Ezequiel Francisco Silva e de Maria Fernando Jorge dos Santos Silva, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido a 4 de Dezembro de 1974, com última residência conhecida na Rua do Conde Maior, 19, 5.º, A, Paço de Arcos, por haver cometido o crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 306.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, foi o mesmo, por despacho de 28 de Outubro de 1997, declarado contumaz, ficando suspensos os termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, nos termos do n.º 1 do artigo 336.º do Código de Processo Penal, sem prejuízo da realização de actos urgentes. Tal declaração implica a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados posteriormente à presente data e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto autoridades públicas.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Filipa de Frias Macedo*. — A Escriutária Judicial, *Graça Carreira*.

Aviso de contumácia n.º 21 881/97 — AP. — A Dr.ª Filipa de Frias Macedo, juíza de direito da 1.ª Secção da 8.ª Vara Cri-

minal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum n.º 138/95 (836/92.4JGLSB), a correr termos nesta Secção e Vara, contra o arguido Luís Manuel Rente Mirão, filho de Vítor Diogo Mirão e de Luísa Rita Rente, natural de Cabeção, Mora, nascido a 1 de Maio de 1963, residente na Travessa da Laranjeira, 25, rés-do-chão, Lisboa, por despacho de 29 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

30 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Filipa de Frias Macedo*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

Aviso de contumácia n.º 21 882/97 — AP. — A Dr.ª Filipa de Frias Macedo, juíza de direito da 1.ª Secção da 8.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum n.º 32/95 (198/95.8TCLSB), a correr termos nesta Secção e Vara, contra o arguido Orlando José Vitorino, filho de José Francisco Vitorino e de Celeste da Conceição, natural de Milharado, Mafra, nascido a 1 de Agosto de 1957, residente na Avenida de 25 de Abril, Malveira, por despacho de 30 de Outubro de 1997, foi declarada cessada a contumácia em que se encontrava aquele arguido, nos termos do disposto no artigo 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 1997. — A Juíza de Direito, *Filipa de Frias Macedo*. — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível*.)

10.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 21 883/97 — AP. — A Dr.ª Margarida Bacelar, juíza de direito da 3.ª Secção da 10.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 13/97 (375/95.1PDLSB), a correr termos neste Tribunal, que o Ministério Público move contra a arguida Ana Luísa Garcia Lameiro Tocha, solteira, desempregada, filha de Mário Lameiro Tocha e de Maria Luísa de Paiva Garcia Lameiro Tocha, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, nascida a 11 de Setembro de 1971, e com última residência conhecida na Travessa do Freixo, 18, Algueirão Velho, Mem Martins, Sintra, por se encontrar pronunciada pela prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.º 1, do Código Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter quaisquer documentos, nomeadamente passaporte, bilhete de identidade e carta de condução, bem como certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do citado Código).

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Margarida Bacelar*. — A Escrivã-Adjunta, *Eunice Gaspar*.

Aviso de contumácia n.º 21 884/97 — AP. — A Dr.ª Margarida Bacelar, juíza de direito da 3.ª Secção da 10.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 13/97 (375/95.1PDLSB), a correr termos neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Paulo Jorge Rosa dos Santos, solteiro, impressor de *off-set*, filho de Afonso Augusto Rosa dos Santos e de Silvina dos Santos Escada Rosa, natural da freguesia da Pena, concelho de Lisboa, nascido a 20 de Dezembro de 1969, e com última residência conhecida na Estrada da Pedemeira, Casal Maria Dias, Algueirão Velho, Mem Martins, Sintra, por se encontrar pronunciado pela prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.º 1, do Código Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter quaisquer documentos, nomeadamente passaporte, bilhete de identidade e carta de condução, bem como certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do citado Código).

27 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Margarida Bacelar*. — A Escrivã-Adjunta, *Eunice Gaspar*.

Aviso de contumácia n.º 21 885/97 — AP. — O Dr. Francisco António Figueiredo Caramelo, juiz de direito da 2.ª Secção da 10.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que, nos autos de processo comum registados sob o n.º 91/96 (NUIPC 488/95.0JDLBSB), a correr termos neste Tribunal, que o Ministério Público move contra o arguido Cristóvão Gomes da Silva, solteiro, servente de pedreiro, natural de Angola, nascido a 26 de Dezembro de 1975, de nacionalidade angolana, titular do bilhete de identidade n.º 16163314, emitido em 2 de Agosto de 1994, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, filho de António Nicole e de Ana Manuel António, com última residência conhecida na Urbanização da Arroja, lote 71, 3.º, esquerdo, Odivelas, Loures, por se encontrar pronunciado pela prática de dois crimes de burla, previstos e punidos pelo artigo 316.º, n.º 1, alínea c), pela prática de dois crimes de uso de documento alheio, previstos e punidos pelo artigo 235.º, e, ainda, pela prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 228.º, n.º 1, alíneas a) e c), todos do Código Penal, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes (artigo 336.º, n.º 1, do citado Código), a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar a partir desta data (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e a proibição de obter ou renovar quaisquer documentos, nomeadamente passaporte, bilhete de identidade e carta de condução e certidões ou registos junto de autoridades públicas.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Francisco António Figueiredo Caramelo*. — A Escriutária Judicial, *Teresa Botelho*.

Aviso de contumácia n.º 21 886/97 — AP. — O Dr. Francisco António Figueiredo Caramelo, juiz de direito da 2.ª Secção da 10.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo de Lisboa, faz saber que nesta Secção e Vara e nos autos de processo comum ali pendentes e registados sob o n.º 38/97 (NUIPC 847/95.8SELSB), que o Ministério Público move contra os arguidos Jorge Emanuel Gomes Duarte, divorciado, pintor, filho de Augusto Jorge de Oliveira Duarte e de Maria Júlia Alcainça Gomes Duarte, natural de Santa Maria e São Miguel, Sintra, nascido a 2 de Abril de 1954, e com última residência conhecida na Rua de Adelaide Cabete, 5, 3.º, C. Carnide, Lisboa, e Paula Cristina Raimundo Fernandes, solteira, doméstica, filha de Eduardo Veloso Fernandes e de Maria Luísa da Costa Raimundo Fernandes, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascida a 7 de Dezembro de 1972, e com última residência conhecida na Rua D, pátio 2, porta 5, Lisboa, os quais se encontram pronunciados pela prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 297.º, n.ºs 1 e 2, alíneas c), d) e h), com referência aos artigos 296.º e 298.º do Código Penal de 1982, actualmente previsto e punido pelos artigos 22.º, 203.º e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal de 1995, foram os mesmos declarados contumazes, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração e a proibição de obterem todos e quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigos 336.º e 337.º do Código de Processo Penal), ficando suspensos os ulteriores termos do processo até à sua apresentação, caducando logo que se apresentem.

5 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Francisco António Figueiredo Caramelo*. — O Escriutário Judicial, (*Assinatura ilegível*.)

1.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 21 887/97 — AP. — Anuncia-se que, no processo comum, em tribunal colectivo, n.º 181/97, que correm termos pela 1.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo do Porto, que o Ministério Público move contra a arguida Ana Maria Gomes da Silva Teixeira, casada, empregada doméstica, nascida a 3 de Abril de 1956, natural de Campanhã, Porto, filha de Manuel da Silva e de Josefina do Carmo Gomes, com última residência conhecida na Rua de Amândio Tavares, 72, 3.º, direito, Urbanização Santa Luzia, Paranhos, Porto, ora ausente em parte incerta, por se encontrar acusada do crime de furto, três crimes de falsificação de documentos e três crimes de burla, previstos e punidos pelos artigos 203.º,

256.º, n.ºs 1, alínea a), e 3, e 217.º do Código Penal, foi a mesma, por despacho de 29 de Outubro de 1997, declarada contumaz, nos termos do artigo 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, o que implica a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a publicação desta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade e certificado do registo criminal.

29 de Outubro de 1997. — A Juíza de Direito, *Nazaré de Jesus Lopes Miguel Saraiva*. — A Oficial de Justiça, *Aurora Amorim*.

Aviso de contumácia n.º 21 888/97 — AP. — O Dr. Fernando Manuel Monterroso Carvalho Gomes, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que, por despacho de 3 de Novembro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 7/97, pendente neste Tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Rui Jorge Pereira Reis, casado, filho de Arlindo Reis Duarte e de Maria Natércia Martins Pereira, nascido a 9 de Fevereiro de 1966, natural de Águeda, com última residência conhecida em Raso de Paredes, Águeda, por haver cometido o crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, certificado do registo criminal e certidão de assento de nascimento.

4 de Novembro de 1997. — O Juiz de Direito, *Fernando Manuel Monterroso Carvalho Gomes*. — A Escrivã-Adjunta, *Laura Pinto Gouveia*.

3.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 21 889/97 — AP. — Faz-se saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum n.º 63/97, pendente na 3.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido José António de Oliveira Soares, casado, nascido a 7 de Março de 1960, natural de Massarelos, Porto, filho de José Soares de Sousa e de Maria da Conceição de Oliveira e Silva, com últimas residências conhecidas na Urbanização do Sobreiro, 123, rés-do-chão, direito, Vermoin, Maia, no Bairro do Sobreiro, bloco 81, entrada 20, rés-do-chão, Vermoin, Maia, e na Rua do Souto, 247, Maia, ao qual é imputado o crime de falsificação de documento, previsto e punido, à data da sua prática, pelo artigo 228.º, n.ºs 1, alínea a), e 2, do Código Penal de 1982, actualmente, e após a revisão operada pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, pelo artigo 256.º, n.ºs 1, alínea a), e 3, do Código Penal revisto, em concurso real com a prática de um crime de burla, previsto e punido pelo artigo 313.º, n.º 1, do Código Penal de 1982, actualmente pelo artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal de 1995, revisto, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos

de natureza patrimonial por si celebrados após a sua prolação (artigo 337.º, n.º 1, do citado Código), e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e passaporte, bem como certidões ou registos junto de autoridades públicas (artigo 337.º, n.º 3, do mesmo diploma legal).

30 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *José Augusto Araújo Veloso*. — A Escriutária Judicial, (*Assinatura ilegível*).

4.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE CÍRCULO DO PORTO

Aviso de contumácia n.º 21 890/97 — AP. — O Dr. Edmundo Augusto Martins, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 160/96, pendente na 4.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António José Ferreira Cardoso, solteiro, ajudante de electricista, nascido a 23 de Novembro de 1966, em Miragaia, Porto, filho de António Cardoso e de Laura Amaral Ferreira Cardoso, titular do bilhete de identidade n.º 8186551, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida no Bairro do Cerco do Porto, bloco 29, entrada 113, casa 42, Porto, por haver cometido o crime de furto qualificado, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e suas renovações, bem como a proibição de obter certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Edmundo Augusto Martins*. — O Oficial de Justiça, *Domingos José de Oliveira Reis*.

Aviso de contumácia n.º 21 891/97 — AP. — O Dr. Edmundo Augusto Martins, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que, por despacho de 29 de Outubro de 1997, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 100/97, pendente na 4.ª Vara Criminal do Tribunal de Círculo do Porto, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Jorge Manuel Rodrigues Correia, casado, vendedor, nascido a 16 de Janeiro de 1957, em Luanda, Angola, filho de Albino da Costa Pereira e de Maria Luísa Dias Rodrigues Correia, titular do bilhete de identidade n.º 7674018, emitido em 25 de Setembro de 1989, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Avenida de Cel Aires Martins, 531, Árvore, Vila do Conde, por haver cometido o crime de falsificação de documentos e de burla, foi o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal. Tal declaração implica a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados, directa ou indirectamente, pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte e carta de condução e suas renovações, bem como a proibição de obter certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Outubro de 1997. — O Juiz de Direito, *Edmundo Augusto Martins*. — O Oficial de Justiça, *Domingos José de Oliveira Reis*.

APÊNDICES À 2.ª SÉRIE DO DIÁRIO DA REPÚBLICA PUBLICADOS NO ANO DE 1997

- N.º 1 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 1, de 2-1-97.
 N.º 2 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 3, de 4-1-97.
 N.º 3 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 5, de 7-1-97.
 N.º 4 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 17, de 21-1-97.
 N.º 5 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 19, de 23-1-97.
 N.º 6 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 20, de 24-1-97.
 N.º 7 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 24, de 29-1-97.
 N.º 8 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 31, de 6-2-97.
 N.º 9 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 33, de 8-2-97.
 N.º 10 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 38, de 14-2-97.
 N.º 11 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 42, de 19-2-97.
 N.º 12 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 43, de 20-2-97.
 N.º 13 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 53, de 4-3-97.
 N.º 14 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 54, de 5-3-97.
 N.º 15 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 56, de 7-3-97.
 N.º 16 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 60, de 12-3-97.
 N.º 17 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 61, de 13-3-97.
 N.º 18 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 67, de 20-3-97.
 N.º 19 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 71, de 25-3-97.
 N.º 20 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 72, de 26-3-97.
 N.º 21 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 79, de 4-4-97.
 N.º 22 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 80, de 5-4-97.
 N.º 23 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 80, de 5-4-97.
 N.º 24 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 86, de 12-4-97.
 N.º 25 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 88, de 15-4-97.
 N.º 26 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 90, de 17-4-97.
 N.º 27 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 91, de 18-4-97.
 N.º 28 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 91, de 18-4-97.
 N.º 29 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 99, de 29-4-97.
 N.º 30 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 100, de 30-4-97.
 N.º 31 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 100, de 30-4-97.
 N.º 32 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 100, de 30-4-97.
 N.º 33 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 100, de 30-4-97.
 N.º 34 — Autarquias — Ao DR, n.º 116, de 20-5-97.
 N.º 35 — Contumácias — Ao DR, n.º 117, de 21-5-97.
 N.º 36 — Autarquias — Ao DR, n.º 118, de 22-5-97.
 N.º 37 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 119, de 23-5-97.
 N.º 38 — Autarquias — Ao DR, n.º 125, de 31-5-97.
 N.º 39 — Contumácias — Ao DR, n.º 126, de 2-6-97.
 N.º 40 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 131, de 7-6-97.
 N.º 41 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 131, de 7-6-97.
 N.º 42 — Autarquias — Ao DR, n.º 137, de 17-6-97.
 N.º 43 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 137, de 17-6-97.
 N.º 44 — Contumácias — Ao DR, n.º 137, de 17-6-97.
 N.º 45 — Contumácias — Ao DR, n.º 138, de 18-6-97.
 N.º 46 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 138, de 18-6-97.
 N.º 47 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 139, de 19-6-97.
 N.º 48 — Contumácias — Ao DR, n.º 139, de 19-6-97.
 N.º 49 — Autarquias — Ao DR, n.º 140, de 20-6-97.
 N.º 50 — Contumácias — Ao DR, n.º 140, de 20-6-97.
 N.º 51 — Contumácias — Ao DR, n.º 143, de 24-6-97.
 N.º 52 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 144, de 25-6-97.
 N.º 53 — Contumácias — Ao DR, n.º 148, de 30-6-97.
 N.º 54 — Contumácias — Ao DR, n.º 152, de 4-7-97.
 N.º 55 — Contumácias — Ao DR, n.º 155, de 8-7-97.
 N.º 56 — Autarquias — Ao DR, n.º 156, de 9-7-97.
 N.º 57 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 157, de 10-7-97.
 N.º 58 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 158, de 11-7-97.
 N.º 59 — Contumácias — Ao DR, n.º 158, de 11-7-97.
 N.º 60 — Autarquias — Ao DR, n.º 160, de 14-7-97.
 N.º 61 — Contumácias — Ao DR, n.º 161, de 15-7-97.
 N.º 62 — Contumácias — Ao DR, n.º 165, de 19-7-97.
 N.º 63 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 165, de 19-7-97.
 N.º 64 — Contumácias — Ao DR, n.º 169, de 24-7-97.
 N.º 65 — Contumácias — Ao DR, n.º 170, de 25-7-97.
 N.º 66 — Contumácias — Ao DR, n.º 173, de 29-7-97.
 N.º 67 — Contumácias — Ao DR, n.º 176, de 1-8-97.
 N.º 68 — Autarquias — Ao DR, n.º 178, de 4-8-97.
 N.º 69 — Contumácias — Ao DR, n.º 179, de 5-8-97.
 N.º 70 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 179, de 5-8-97.
 N.º 71 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 181, de 7-8-97.
 N.º 72 — Autarquias — Ao DR, n.º 182, de 8-8-97.
 N.º 73 — Contumácias — Ao DR, n.º 185, de 12-8-97.
 N.º 74 — Contumácias — Ao DR, n.º 188, de 16-8-97.
 N.º 75 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 189, de 18-8-97.
 N.º 76 — Contumácias — Ao DR, n.º 191, de 20-8-97.
 N.º 77 — Autarquias — Ao DR, n.º 192, de 21-8-97.
 N.º 78 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 193, de 22-8-97.
 N.º 79 — Contumácias — Ao DR, n.º 196, de 26-8-97.
 N.º 80 — Contumácias — Ao DR, n.º 197, de 27-8-97.
 N.º 81 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 199, de 29-8-97.
 N.º 82 — Contumácias — Ao DR, n.º 202, de 2-9-97.
 N.º 83 — Contumácias — Ao DR, n.º 205, de 5-9-97.
 N.º 84 — Autarquias — Ao DR, n.º 208, de 9-9-97.
 N.º 85 — Contumácias — Ao DR, n.º 209, de 10-9-97.
 N.º 86 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 210, de 11-9-97.
 N.º 87 — Contumácias — Ao DR, n.º 212, de 13-9-97.
 N.º 88 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 213, de 15-9-97.
 N.º 89 — Contumácias — Ao DR, n.º 215, de 17-9-97.
 N.º 90 — Autarquias — Ao DR, n.º 216, de 18-9-97.
 N.º 91 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 217, de 19-9-97.
 N.º 92 — Contumácias — Ao DR, n.º 218, de 20-9-97.
 N.º 93 — Autarquias — Ao DR, n.º 220, de 23-9-97.
 N.º 94 — Contumácias — Ao DR, n.º 221, de 24-9-97.
 N.º 95 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 222, de 25-9-97.
 N.º 96 — Autarquias — Ao DR, n.º 223, de 26-9-97.
 N.º 97 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 223, de 26-9-97.
 N.º 98 — Autarquias — Ao DR, n.º 226, de 30-9-97.
 N.º 99 — Contumácias — Ao DR, n.º 228, de 2-10-97.
 N.º 100 — Contumácias — Ao DR, n.º 234, de 9-10-97.
 N.º 101 — Contumácias — Ao DR, n.º 235, de 10-10-97.
 N.º 102 — Contumácias — Ao DR, n.º 237, de 13-10-97.
 N.º 103 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 239, de 15-10-97.
 N.º 104 — Autarquias — Ao DR, n.º 240, de 16-10-97.
 N.º 105 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 244, de 21-10-97.
 N.º 106 — Autarquias — Ao DR, n.º 245, de 22-10-97.
 N.º 107 — Contumácias — Ao DR, n.º 247, de 24-10-97.
 N.º 108 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 250, de 28-10-97.
 N.º 109 — Contumácias — Ao DR, n.º 253, de 31-10-97.
 N.º 110 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 254, de 3-11-97.
 N.º 111 — Autarquias — Ao DR, n.º 256, de 5-11-97.
 N.º 112 — Contumácias — Ao DR, n.º 258, de 7-11-97.
 N.º 113 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 262, de 12-11-97.
 N.º 114 — Autarquias — Ao DR, n.º 263, de 13-11-97.
 N.º 115 — Contumácias — Ao DR, n.º 264, de 14-11-97.
 N.º 116 — Autarquias — Ao DR, n.º 265, de 15-11-97.
 N.º 117 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 267, de 18-11-97.
 N.º 118 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 269, de 20-11-97.
 N.º 119 — Contumácias — Ao DR, n.º 270, de 21-11-97.
 N.º 120 — Autarquias — Ao DR, n.º 271, de 22-11-97.
 N.º 121 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 273, de 25-11-97.
 N.º 122 — Autarquias — Ao DR, n.º 275, de 27-11-97.
 N.º 123 — Contumácias — Ao DR, n.º 276, de 28-11-97.
 N.º 124 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 277, de 29-11-97.
 N.º 125 — Contumácias — Ao DR, n.º 281, de 5-12-97.
 N.º 126 — Autarquias — Ao DR, n.º 282, de 6-12-97.
 N.º 127 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 284, de 10-12-97.
 N.º 128 — Autarquias — Ao DR, n.º 285, de 11-12-97.
 N.º 129 — Contumácias — Ao DR, n.º 286, de 12-12-97.
 N.º 130 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 287, de 13-12-97.
 N.º 131 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 289, de 16-12-97.
 N.º 132 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 290, de 17-12-97.
 N.º 133 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 291, de 18-12-97.
 N.º 134 — Autarquias — Ao DR, n.º 291, de 18-12-97.
 N.º 135 — Contumácias — Ao DR, n.º 292, de 19-12-97.
 N.º 136 — Ministério da Saúde — Ao DR, n.º 293, de 20-12-97.
 N.º 137 — Ministério da Educação — Ao DR, n.º 295, de 23-12-97.
 N.º 138 — Contumácias — Ao DR, n.º 297, de 26-12-97.

EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS

Sob a coordenação do Professor Doutor Carlos Reis, a versão, na sua autenticidade, da vasta obra de um dos mais significativos escritores e intelectuais portugueses da geração de 70. Uma colecção indispensável aos estudiosos da nossa literatura e amantes da escrita queirosiana.

Volumes já publicados:

- A CAPITAL! (começos duma carreira)
- O MANDARIM
- ALVES & C^ª
- TEXTOS DE IMPRENSA VI (da Revista de Portugal)



IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA

R. D. Francisco Manuel de Melo, 5
1099 Lisboa Codex - Tel.: 385 39 96



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85
ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 760\$00 (IVA INCLuíDO 5 %)

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.incm.pt> • Correio electrónico: deco@incm.pt • Linha azul: 0808 200 110



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES,
VENDA DE PUBLICAÇÕES,
IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500 Lisboa
(Centro Colombo, loja 0.503)
Telefs. (01)711 11 19/23/23 Fax (01)711 11 21
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
Telef. (02)205 92 06/(02)205 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
Telef. (039)2 69 02 Fax (039)3 26 30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex